

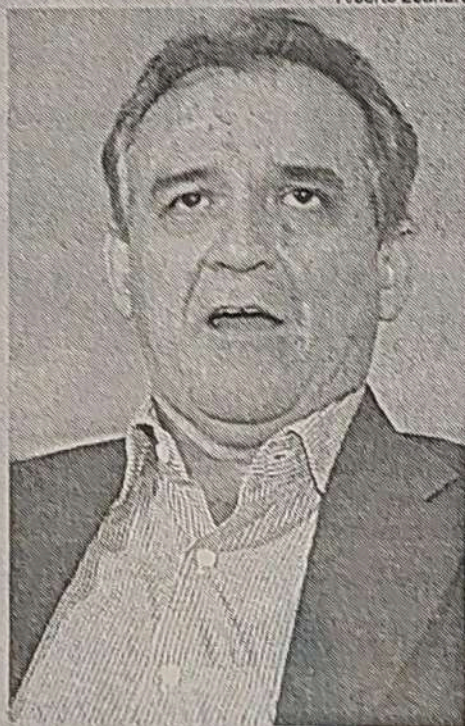
# Médicos voltam ao trabalho contra vontade

Alberto Leandro

Os médicos contratados pelo Governo do Estado cumpriram a determinação da juíza Daniela do Nascimento Cosmo de pôr fim à greve e voltaram a trabalhar. A decisão foi tomada pela categoria em assembleia na última segunda-feira, mas não reflete a vontade dos profissionais.

Segundo o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed), Geraldo Ferreira a intenção é recorrer. "A justiça penalizou apenas os médicos e não o Governo do Estado. Não foi necessário o cumprimento de nenhuma exigência da categoria médica. Queremos que seja aberta uma mesa de negociação com o Governo, já que nosso direito de lutar foi sustado", protesta Geraldo.

Ferreira ainda afirma que apesar do fim da greve, o sistema de saúde continua com deficiências no quadro de profissionais "Isso não era só por causa da greve", afirma. Ele considera que o encer-



Titular do Sinmed, Geraldo Ferreira

ramento do contrato com as cooperativas foi um erro do Governo do Estado. "Nossa idéia era que novos profissionais fossem contratados e gradativamente as cooperativas e os contratos temporários fossem dispensados, mas a estratégia foi errada", declara.

Um dos problemas da falta de profissionais, segundo o mé-

dico, é a impossibilidade de férias e licença. "Somos escravos do Estado. Não foi possível tirar férias nem em dezembro nem em janeiro. Resta saber se em fevereiro isso será permitido", revela.

Com a declaração de calamidade pública, feita mês passado pelo governador em exercício Iberê Ferreira, a Sesap convocou com urgência os profissionais que passaram no último concurso da saúde. Segundo a assessoria do órgão, atualmente já foram encaminhados quatro anestesistas, nove cirurgiões e dois ortopedistas para o Walfredo Gurgel e um pediatra para o Hospital Infantil Maria Alice Fernandes.

A Sesap também declara que o Exército e a Marinha disponibilizaram profissionais para o SUS e que alguns hospitais privados estão atendendo a população nas áreas de cirurgia, clínica médica e UTI. O encaminhamento de pacientes para estas unidades de saúde é feito através do Walfredo Gurgel.

**DECISÃO JUDICIAL**

Retorno deve ser imediato, sob pena de pagamento de 100 mil reais por dia

# Justiça determina o fim da greve dos médicos

A juíza-substituta da 9ª Vara Criminal, Daniela do Nascimento Cosmo, que estava de plantão no sábado passado, concedeu medida cautelar pedida pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), acabando com a greve dos médicos, que durava 72 dias. A ação foi motivada pela crise provocada depois do fim dos contratos com as cooperativas médicas e de

anestesiologistas, em 31 de janeiro, e a inviabilidade do atendimento na rede particular contratada pelo governo, porque alguns especialistas se negaram a atender pacientes do Sistema Único de saúde (SUS). A Justiça determina que os médicos do Estado devem voltar ao trabalho imediatamente sob pena de pagamento de multa de R\$ 100 mil

por dia, pelo Sindicato dos Médicos do RN (Sindmed). A magistrada lembrou o código de ética dos médicos, que diz: "É vedado ao médico: deixar de atender, em setores de urgência e emergência, quando for de sua obrigação fazê-lo, colocando em risco a vida de pacientes, mesmo respaldado por decisão majoritária da categoria."

**PARNAMIRIM** No Hospital Regional localizado na terceira maior cidade do Estado, médica de plantão fez até triagem dos pacientes



# Hospital tem apenas um plantonista

O Hospital Regional Deoclécio Marques de Lucena, em Parnamirim, passa por um momento crítico, que pode ser muito

bem representado pela quantidade de médicos de plantão: apenas um. A denúncia chegou à redação deste jornal na se-

gunda-feira à tarde e foi confirmada pela médica Thaise Galvão. Ela disse que a atenção do médico plantonista é dividida

em vários setores da unidade. Um detalhe chama a atenção e reforça o caos: o único plantonista faz até a triagem dos pa-

cientes, na recepção. A Secretaria Estadual de Saúde promete melhorias, para tentar minimizar a situação.



Flávio: destaque no Blues

### Flávio Guimarães inaugura 2009 no Clube do Blues

O Clube do Blues inaugura a temporada 2009 com o show de Flávio Guimarães, líder da banda carioca Blues Étlicos. Flávio é considerado por muitos como o melhor gaitista de blues do Brasil. Com uma carreira de mais de duas décadas, ele lançou 16 CDs.

CULTURA, PÁGINA 10

#### ÍNDICES DA ECONOMIA

Dólar comercial	R\$ 2,23
Dólar turismo	R\$ 2,34
Dólar paralelo	R\$ 2,28
Euro X Real	R\$ 3,04
Euro X Dólar	R\$ 2,89
Poupança	0,62%
Taxa Selic:	
- anual	13,75%
- diária (a.a)	13,64%

#### ESTA EDIÇÃO

1 caderno - 12 páginas

Opinião	2
Política	3 e 4
Cidade	5 e 6
Interior	7
Geral	8
Esporte	9
Cultura	10 e 11
Geral	12



Ney Douglas

Prefeita Mícarla de Souza conversou com representantes de entidades médicas e anunciou contratação das cooperativas

**NATAL** Prefeita recebeu em seu gabinete os médicos Álvaro Barros e Geraldo Ferreira

# Mícarla decreta estado de calamidade na Saúde

POLÍTICA, PÁGINA 4

## Benes Leocádio: chapa única na Femurn

INTERIOR, PÁGINA 7

#### CÂMARA MUNICIPAL

### Enildo Alves é escolhido como líder da prefeita

Uma conversa entre Mícarla de Souza, o vereador Dickson Nasser e o secretário João Faustino resultou na confirmação do nome do vereador Enildo Alves (PSB) como líder da prefeita na Câmara Municipal de Natal.

POLÍTICA, PÁGINA 3

#### CONTRAMÃO NACIONAL

### Cai 34% o número dos transplantes realizados no RN

O número de órgãos transplantados no RN caiu 34% em relação ao ano anterior: foram 120 no ano passado e 158 em 2007. Os dados são da Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos do RN (CNCDO-RN).

CIDADE, PÁGINA 5

#### PARNAMIRIM

### Atendimento no Hospital Regional continua crítico

Até o começo da noite de ontem, a falta de médicos plantonistas no Hospital Regional Deoclécio Marques, em Parnamirim, era a mesma da terça-feira, mostrada por este jornal. O governo do Estado anunciou a convocação de 131 médicos.

CIDADE, PÁGINA 5

Editor Assistente  
João Ricardo Correia

Repórteres  
Anderson Barbosa  
Alisson Almeida  
Roberta Trindade  
Isaac Lira  
Sara Vasconcelos

Arquivo



**MOSSORÓ** A prefeita Fafá Rosado (foto), após reunião realizada no Hotel Thermas, definiu juntamente com seus auxiliares de primeiro escalão, algumas das principais metas para o seu segundo mandato a frente da Prefeitura de Mossoró. **PÁGINA 7**

DEFINIDO Procurador geral de Justiça, José Augusto Peres, disse que contratos com cooperados resulta na duplicidade de pagamento

# Contratos não serão renovados

Anderson Barbosa

andersonssbarbosa@hotmail.com

Estado e Município não poderão renovar ou firmar novos convênios com médicos cooperados. Diante das duas situações de calamidade pública na Saúde, decretadas pelo governo do Estado e pela Prefeitura de Natal, esta foi a posição definida pelo Ministério Público, após longa reunião realizada na tarde/noite de ontem, com a presença da governadora Wilma de Faria; da prefeita de Natal, Micarla de Souza, mais o procurador geral de Justiça, José Augusto Peres e o secretário estadual de Saúde, George Antunes, além de outros secretários.

De imediato, para tentar sanar o caos no atendimento público, provocado pelo fim dos contratos entre Estado e as Cooperativas dos Anestesiologistas, Pediatras e dos Médicos



Micarla de Souza, Rubens Lemos Filho, Wilma de Faria e Augusto Peres participaram da reunião

cos (Coopmed), esta última representando várias especialidades clínicas, a alternativa encontrada em consenso foi deflagrar, a partir de hoje, uma "Força Tarefa Emergen-

cial". Segundo Augusto Peres, a governadora convocará, em caráter de urgência, todos os anestesistas do quadro funcional do Estado, inclusive aqueles que estão de férias e sob efeito de licença, para retornarem imediatamente ao trabalho. "A governadora também contratará médicos de outros Estados, especialistas das forças armadas e do Sistema Único de Saúde (SUS)", acrescentou o procurador.

Sem revelar os valores a serem pagos pelas contratações e nem com a convocação emergencial dos médicos em licença, Peres explicou apenas que a renovação com as cooperativas, seja com o RN ou com o município de Natal, não será mais possível, pois entre outras razões, a grande maioria dos cooperados também trabalha para o funcionalismo público, o que resulta em duplicidade no pagamento. Antes da reunião, o secre-

tário George Antunes revelou apenas que, mensalmente, o governo do Estado desembolsava algo em torno de R\$ 1,2 milhão por mês com as três cooperativas.

Entre outras medidas emergenciais tomadas pela governadora, está a nomeação de 131 profissionais aprovados no último concurso da Saúde em seis especialidades médicas: 31 anestesistas (dos 10 previstos no concurso); 39 cirurgiões gerais (dos 17 previstos); 17 ortopedistas (16 previstos); 23 pediatras (6 previstos); 18 intensivistas para tratamento de adultos e três de infantil.

A prefeita Micarla de Souza prometeu contratar 100 médicos através de processo seletivo, abrir concurso público, reestruturar unidades de saúde, abastecer de medicamentos e fortalecer o Comitê Permanente de Combate à Dengue.

ACÇÃO HUMANA PREOCUPA

Como de Bombeiros do Estado emprega toda sua logística para atender casos que poderiam ser evitados

## FORÇA TAREFA

Até médicos das forças armadas serão chamados para trabalhar no Rio Grande do Norte

# Cooperativas de médicos não poderão mais renovar contratos

Heracles Dantas



Governadora Wilma de Faria, a prefeita Mícarla de Souza, secretários e membros do Ministério Público se reuniram ontem

Depois da reunião que terminou às 20 horas de ontem, ficou definido que os contratos com as cooperativas médicas não poderão mais ser renovados com o Estado e Município. O encontro teve as participações da governadora Wilma de Faria; da prefeita de Natal, Mícarla de Souza; do secretário estadual da Saúde, George Antunes e do procurador geral de Justiça, José Augusto Peres. Foi ele quem informou, por telefone, ao jornalista Anderson Barbosa, o resultado do encontro. De acordo com Peres, a governadora convocará, em caráter de urgência, todos os anestesistas do quadro funcional do Estado, inclusive os que estão de férias e sob efeito de licença, contratará médicos de outros Estados, além de especialistas das forças armadas e do Sistema Único de Saúde. Mícarla de Souza prometeu contratar 100 médicos por meio de processo seletivo, abrir concurso público, reestruturar unidades de saúde e fortalecer o Comitê Permanente de Combate à Dengue.

MÚSICA FLÁVIO GUIMARÃES, MESTRE DO BLUES BRASILEIRO, FAZ SHOW EM NATAL

MUITO, CAPA

QUINTA  
FEIRA

COMBUSTÍVEL PREÇO DO GÁS VEICULAR DEVE SOFRER REDUÇÃO EM FEVEREIRO

ECONOMIA, 7

NESTA EDIÇÃO

OPINIÃO	2
POLÍTICA	3
BRASIL	6
ECONOMIA	7
GERAL	8
CIDADES	1, 2 E 3
MUNICÍPIOS	4
ESPORTES	5 E 6
MUITO	1 A 4
CLASSIFICADOS	6 PÁGINAS
TOTAL	24 PÁGINAS

R\$ 1,50

NATAL, 8 DE JANEIRO DE 2009

FUNDADOR: ASSIS CHATEAUBRIAND  
ANO LXIX - NÚMERO 2534

# DIÁRIO DE NATAL



ASSINANTE • VENDA PROIBIDA

## Saúde: Micarla decreta calamidade e Wilma contrata mais 131 médicos

PREFEITA DE NATAL APONTA DEFICIÊNCIA DOS POSTOS DE SAÚDE E RELATÓRIO DO SETOR PARA JUSTIFICAR DECRETO DE CALAMIDADE; GOVERNADORA DETERMINA NOMEAÇÃO IMEDIATA DE CONCURSADOS EM SEIS ESPECIALIDADES MÉDICAS

CIDADES, 3

# Wilma convoca anestesistas e pede médicos ao Exército

APÓS REUNIÃO COM REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E COM A PREFEITA MICARLA DE SOUSA, GOVERNADORA DECIDE QUE CONTRATO COM COOPERATIVA NÃO SERÁ RENOVADO

CIDADES, 5





Micarla concede entrevista ao lado dos representantes de entidades médicas do Estado Álvaro Barros (AMRN) e Geraldo Ferreira (Sinmed)

**DECRETO** Após tomar conhecimento da situação da saúde em Natal, prefeita de Natal, Micarla de Sousa publica hoje decreto de calamidade no Diário Oficial do Município

## Prefeitura de Natal decreta estado de calamidade pública na saúde

A prefeita Micarla de Sousa (PV), em entrevista coletiva à imprensa ontem, decretou estado de calamidade pública na saúde municipal, um dos setores mais criticados entre todos os herdados da antiga administração do ex-prefeito Carlos Eduardo Alves (PSB). O decreto deve ser publicado hoje no Diário Oficial do Município. A prefeita estava acompanhada dos Secretários de Saúde, Levi Jales, e Planejamento, Augusto Carlos Viveiros (DEM), além do procurador-geral do município, Bruno Macedo Dantas, e de representantes das entidades médicas.

A prefeita lembrou que o Governo do Estado decretou a situação iminente de calamidade

no último dia 30 de dezembro e afirmou que, se o estado não tem condições de oferecer o atendimento necessário à população, "não poderíamos nos furtar de decretar isso, pelos dados que mostram as unidades interditas e nosso dever de defender a sociedade natalense".

A partir de agora, com a situação de calamidade em vigor, a Prefeitura fica livre para fazer as contratações que forem necessárias para suprir a demanda da saúde. Micarla de Sousa anunciou que a expectativa é preencher as 27 vagas médicas que estão desocupadas no Programa de Saúde da Família (PSF) e o déficit de 30 especialistas em postos de saúde, atra-

vés da contratação de cooperativas. Além disso, também serão contratados profissionais para que a Maternidade Leide Moraes, na zona Norte de Natal, passe a funcionar, apesar de ter sido inaugurada ainda na gestão de Carlos Eduardo.

A prefeita afirmou que não terá como contratar os 200 médicos necessários, como já havia divulgado, diante da situação financeira da Prefeitura. Com isso, a Secretaria Municipal de Planejamento ainda não confirmou quanto custará aos cofres públicos a contratação temporária dos médicos, que deverá durar por um prazo emergencial de 100 dias. Micarla se comprometeu a, nesse pra-

zo, publicar o edital de convocação para concurso público, que deverá extinguir a falta de profissionais no município.

O Secretário Municipal de Saúde, médico Levi Jales, disse que, de início, serão feitos levantamentos da "necessidade do setor com o objetivo de corrigir, de imediato, as deficiências. A população não pode mais sofrer com isso", resumiu. Para o presidente da Associação Médica do Rio Grande do Norte, cardiologista Álvaro Barros, a atitude da prefeita foi a ideal, numa crítica à posição do Ministério Público Estadual, que se mantém contrário aos contratos firmados entre o Estado e as cooperativas médicas.

# Gestores da saúde e MP querem o fim do "monopólio das cooperativas"

REUNIÕES NA SECRETARIA DE SAÚDE E ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA BUSCARAM SOLUÇÕES PARA A FALTA DE PROFISSIONAIS

TACIANA CHIQUETTI  
REPORTER

O consenso em acabar com o "monopólio" das cooperativas médicas no Rio Grande do Norte é fato entre as diversas esferas do poder público, que pretendem manter esta postura para enfrentar o estado de calamidade pública, decretado para o RN e para Natal, no final de 2008. Secretarias, conselhos estaduais e municipais e Ministério Público Estadual são contrários à prestação de serviços dos profissionais médicos por meio de contratos com empresas, especialmente quando não existe concorrência para tanto. No entanto, ainda não está claro, principalmente para os gestores, quais seriam as soluções para o problema, uma vez que o Estado não dispõe de anesthesiologistas, por exemplo, além dos cerca de 145 cooperados da Cooperativas dos Anesthesiologistas (Coopanest), a exemplo do déficit de médicos em todo o Brasil. Desta forma, as redes privada e pública estão à mercê da opção dos especialistas.

Durante a reunião, hoje pela manhã, entre os secretários e conselhos dos Municípios, poucas proposições foram colocadas pelos gestores e conselheiros, que priorizaram repetir o relato sobre a re-

alidade que a população e os meios de comunicação já conhecem - a das filas no atendimento ao risco de morte dos pacientes por falta de profissionais. Os titulares da pasta da Saúde de Natal e do RN, Levi Jales e George Antunes, tentavam estimular respostas práticas, mas até às 12 horas desta sexta-feira, elas não apareciam. Uma das sugestões mais efetivas foi a de contratar os hospitais privados, que se responsabilizariam totalmente pelo procedimento, obrigando-se a contratar anesthesiologistas independentemente da fonte. A opção, segundo os presentes, faria a situação retornar ao ponto inicial de depender das cooperativas. Representando o Natal Hospital Center, Walmira Guedes, disse que a alternativa não é viável, porque, segundo ela, o Conselho Regional de Medicina do RN (Cremern) diz que o hospital só tem autonomia para disponibilizar infra-estrutura e não os profissionais.

Outra idéia, partida do presidente do Conselho Estadual de Saúde (CES), Canindé Santos, foi pressionar o judiciário para que o poder dissolva as cooperativas. "Além disso, os deputados e vereadores têm que deixar de ser meros espectadores desta crise e



Eduardo Felice

Uma das sugestões foi a contratação de hospitais privados para se responsabilizarem totalmente pelo procedimento

fazer alguma coisa", afirmou. Ele colocou ainda a necessidade de planejamentos de médio e longo prazo para sanar, de uma vez por todas, o déficit de profissionais. Mais uma ação, relatada por Canindé, são os atos públicos que vão ser promovidos pelo Fórum de Defesa da Saúde das cidades, a partir do dia 16, para informar a população sobre os atuais acontecimentos da Saúde pública. "Pre-

eisamos ser firmes na defesa da Saúde pública e o secretário George não pode fraquejar", frisa.

A situação nas unidades hospitalares, de acordo com o que foi falado na reunião, é de que as cirurgias eletivas (marcadas com antecedência) não realizadas, das especialidades de oncologia, cardiologia, por exemplo, começam a se acumular ainda mais do que o normal. Segundo o coordenador

de planejamento da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap), Carlos Eduardo, órgãos e tecidos humanos para transplantes estão sendo perdidos por falta de profissionais para fazerem os procedimentos. A reunião de ontem, com a governadora Wilma de Faria e o procurador geral de justiça, José Augusto Peres, foi mais proveitosa. Durante o encontro surgiram alguns caminhos para minimizar esta

situação, como a convocação dos 89 médicos servidores estaduais, cedidos ou alocados em hospitais com demanda menor, para atuarem nos locais de maior necessidade. Além disso, foi publicado hoje, no Diário Oficial do Estado, uma portaria impedindo férias e licença prêmio para as especialidades com maior déficit. As Forças Armadas também vão colaborar cedendo profissionais.

Outra reunião, convocada pela Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa também foi realizada, hoje pela manhã, na AL, para discutir saídas. De acordo com um dos deputados que integra o grupo, Leonardo Nogueira, a intenção é intermediar os envolvidos e fazer com que a dificuldade acabe definitivamente. "Vamos debater, porque temos que encontrar uma solução para isso. O MP está tomando uma decisão difícil para os médicos", diz. O presidente do Cremern, Luis Barbalho, solicitou um ofício, hoje, às diretorias técnicas dos hospitais privados para saber se as unidades contam com corpo clínico habilitado para atender aos pacientes. Ele sugeriu que os contratos não fossem interrompidos abruptamente, mas que houvesse apenas um intervalo para se legalizar a situação.

&gt; CALAMIDADE NA SAÚDE PÚBLICA

# Promotora 'proíbe' governo de contratar cooperativas médicas e crise não tem fim

GOVERNO DO ESTADO E PREFEITURA DE NATAL, SOB A PRESSÃO DO MP, NÃO TÊM COMO SOLUCIONAR O PROBLEMA



**Marcos A. de Sá**

Página 7

60% das terras do novo aeroporto, desapropriadas há 12 anos, não foram pagas.



**Vicente Serejo**

Página 11

Ivonete fica na coordenação de eventos da Capitania das Artes, mas gera protesto.

As secretarias de Saúde do Estado e da capital e os conselhos Estadual e Municipal de Saúde, acatam orientação do Ministério Público e são contrários à prestação de serviços profis-

sionais através de cooperativas. Porém, sem recorrer a elas, não sabem como completar o quadro de médicos necessário ao atendimento da população desassistida. **CIDADE 5**

## VIA COSTEIRA

**DER afirma que duplicação trará poucos transtornos**

Quem passa pelo local mal percebe que as obras foram iniciadas há um mês. A primeira etapa não requer maquinário pesado e nem muitos trabalhadores.

**CIDADE 6**

## TÁXI

**Ipem dá início à fiscalização dos taxímetros**

Todos os carros utilizados na Grande Natal precisam passar pela perícia. Órgão alerta para que os taxistas não deixem tudo para a última hora.

**CIDADE 7**



Gestores e conselheiros apresentaram algumas propostas, mas ninguém encontrou solução para a falta de médicos

# Médicos pretendem entregar relatório à Micarla ainda hoje

DIANTE DOS PROBLEMAS ENCONTRADOS PELA COMISSÃO EM VÁRIAS UNIDADES DE SAÚDE, A EXPECTATIVA DO SINDICATO É POSITIVA COM RELAÇÃO AO NOME QUE SUBSTITUIRÁ EDMILSON ALBUQUERQUE À FRENTE DA SMS

TACIANA CHIQUETTI  
REPORTER

Os médicos, representados pelo Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed-RN), estão aguardando a disponibilidade da prefeita eleita, Micarla de Sousa, nesta segunda-feira para receber o relatório, elaborado na semana passada, pelas entidades médicas - além do sindicato, Associação Médica e Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte. O Sinmed vai realizar uma entrevista coletiva à imprensa, amanhã, às 10 horas, para detalhar o conteúdo do documento, cujo objetivo principal é favorecer a decretação do "estado de calamidade pública" para a Saúde do Município pela próxima gestão. Desde a semana passada, existe a promessa de entregar o relatório à prefeita, segundo o presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira, e a expectativa é que o fato se concretize ainda hoje.

As entidades visitaram maternidades, pronto-atendimentos e unidades do Programa de Saúde da Família (PSF) e identificaram, por exemplo, falhas nas escalas de plantões em janeiro no Pronto-Atendimento (PA) da Cidade da Esperança, ausência de ortopedista no Hospital dos Pescadores, nas Rocas, 27 equipes de PSF sem médicos e equipamentos insuficientes nas maternidades, como a das Quintas, o que limita a assistência aos partos normais. A expectativa do sindicato é



Geraldo quer entregar o relatório nas mãos da prefeita eleita e aproveitou para eleger o futuro titular da SMS, Levi Jales

positiva com relação ao nome que substituirá Edmilson Albuquerque à frente da Secretaria Municipal de Saúde. "Levi Jales é uma pessoa que faz tudo bem feito. Nas entidades médicas, ele se portou com brilho e esperamos que isso se repita na secretaria. Mas sabemos que ele enfrentará muitas dificuldades", avalia o sindicalista.

Algumas atitudes da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) devem, segundo ele, complicar ainda mais a realidade da rede básica de assistência. Geraldo diz que o Estado está desativando diversos serviços, o que deve "afogar" a Saúde municipal. "O hospital regional de Macalba, por exemplo, vai funcionar apenas como mater-

nidade, e os serviços de pediatria do hospital Walfredo Gurgel serão extintos e os pacientes devem ir para o hospital Maria Alice Fernandes ou para o PA de Sandra Celeste", informa. No entanto, de acordo com a assessoria de imprensa da Sesap, o que ocorre no Estado é a concretização de um plano, em parceria com o Ministério da Saúde,



Micarla deverá analisar o documento antes de decretar estado de calamidade

para reorganizar a rede, visando fortalecer os serviços onde a demanda é maior e aumentar a qualidade da assistência.

O impasse com relação à paralisação dos médicos permanece, porque, segundo a assessoria, não há viabilidade financeira para incorporar as gratificações dos servidores ao salário, como pre-

tende a categoria. Já as outras reivindicações dos médicos, como o pagamento dos atrasados do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), as mudanças de nível, que representa um reajuste de 3%, foram prometidas pelo secretário George Antunes no mês passado, mas o Sinmed não aceitou a proposta.

D'Luca/DN



A prefeita Micarla de Souza recebeu a imprensa ontem à tarde para detalhar o decreto e as providências que tomará

**ATITUDE PREFEITA MICARLA DE SOUZA REÚNE SECRETÁRIOS E DECIDE POR MEDIDA PARA AGILIZAR PROVIDÊNCIAS**

## Em Natal, prefeitura também decreta calamidade na saúde

A saúde de Natal está em situação de calamidade pública. O decreto foi anunciado ontem pela prefeita Micarla de Souza durante entrevista coletiva realizada na sede da prefeitura. Depois de uma reunião com os secretários municipais de Planejamento e Saúde, Augusto Viveiros e Levi Jales, respectivamente, além do Procurador Geral do Município, Bruno Macedo, e de lideranças de entidades médicas, a prefeita falou sobre as principais razões que a levaram a optar por essa medida e já elencou algumas providências para amenizar a crise do setor.

De acordo com Micarla, o primeiro fator que a levou a declarar estado de calamidade pública na saúde de Natal, foi o fato do governo do estado ter feito o mesmo com o Rio Grande do Norte, no dia 30 de dezembro. "Como nós estamos embaixo desse guarda-chuva maior, que é o governo estadual - que está sem condições de atender o setor - nós também temos que decretar. Natal não é uma ilha e 60% dos atendimentos realizados nos hospitais do estado são em Natal", afirmou.

As deficiências dos postos de saúde da cidade foram outras razões que levaram a prefeita a optar pelo decreto.

"Recebi dados da Secretaria Municipal de Saúde mostrando que muitas unidades estão interditadas, sem funcionar por falta de infra-estrutura, de medicamentos e profissionais. Problemas que herdamos da administração anterior", declarou.

Entre as providências apontadas por Micarla para suprir as carências da saúde está a contratação de cerca de 100 médicos. "Vamos fazer isso o mais rápido possível. Inicialmente pretendíamos contratar 200 médicos, mas talvez não seja possível de imediato. Estamos encaminhando um edital para a realização de um novo concurso. Não tínhamos como meta fazer isso esse ano, mas vimos que há essa necessidade. Nós temos 27 equipes de PSF - um número bem inferior ao que pretendemos ter -, que estão sem médicos. Nos postos de saúde são cerca de 30 profissionais a menos. Na maternidade Leide Moraes, que foi inaugurada recentemente, também não há médicos. Na verdade ela só foi inaugurada a parte física, não está dotada de pessoal para abrir", disse.

Outra medida que a prefeita pretende tomar é a abertura de um canal de conversação com o governo do es-

tado para viabilizar os atendimentos. "A intenção é agilizar as coisas. Nós estamos lidando com vidas e eu, como prefeita tenho que fazer por onde salvar essas vidas", declarou. De acordo com Micarla, também será criado um comitê permanente de combate à dengue. "Dados do Ministério Público mostram que Natal está propensa a mais uma epidemia de dengue esse ano. Isso por falta de prevenção da administração anterior", denunciou.

A prefeita também pretende reabrir as unidades de saúde que estão interditadas, dotando-as de infra-estrutura, medicamentos e pessoal. De acordo com ela, todas essas medidas devem ser tomadas num prazo de 180 dias, a partir do decreto. "Se for preciso o prazo pode ser prolongado ou o contrário, caso os problemas sejam solucionados antes dos 180 dias", afirmou.

O titular da Secretaria Municipal de Saúde, Levi Jales afirmou que fará um levantamento das necessidades e vai priorizar a contratação dos médicos de diversas áreas. O procurador geral do Município, Bruno Macedo explicou que o decreto permite que a administração requisite servidores sem os rigores das licitações.

ENFRENTANDO A CRISE

## Governo amplia número de médicos contratados

Para amenizar a crise na saúde pública gerada desde o fim dos contratos firmados com as cooperativas médicas, o governo resolveu ampliar o número de nomeados do último concurso público em seis especialidades e dar mais agilidade à sua contratação. Os novos contratados já serão incluídos na folha de pagamento de janeiro. As apresentações já foram iniciadas ontem.

As especialidades que serão beneficiadas com a nova medida são as seguintes, com seu respectivo número de contratados: anestesiologia (31), cirurgia geral (39), ortopedia (17), pediatria (26), intensivista adulto (18), intensivista infantil (3). No total, são 61 profissionais a mais do que o número determinado anteriormente, totalizando 131 nomeados.

Em entrevista coletiva realizada na tarde de ontem na governadoria, os secretários George Antunes (Saúde) e Paulo César Medeiros (Administração e Finanças) informaram que passos que seriam dados no processo normal de contratação foram dispensados neste momento, como a apresentação do aprovado à junta médica, por exemplo.

"Diante do decreto de iminente ca-

lamidade pública na saúde instituído, etapas do trâmite burocrático só serão cumpridas posteriormente para estas especialidades, escolhidas de acordo com a maior carência destes profissionais nos hospitais da rede pública", disse o secretário Paulo César.

Os salários dos novos contratados ficam em torno dos R\$ 6 mil (incluindo as gratificações de alta complexidade e o adicional de insalubridade, se houver) para uma carga horária de 40 horas. Para efeito de comparação, a Sesap vinha pagando, através das cooperativas médicas, R\$ 850, por um plantão de 12 horas. "Evidente que, com a quantidade de plantões dados pelos médicos, pagávamos muito mais pelos serviços", afirmou o secretário George Antunes.

Antes do concurso mais recente, o último realizado foi em 1996, o que gerou o déficit de profissionais e a consequente prática do governo de ter que recorrer às cooperativas. "Não temos dúvidas de que o déficit existe. Se for necessário, já temos o acordo com o secretário de administração de abrir novos concursos para algumas especialidades como a neurocirurgia e a psiquiatria", falou Antunes.

Os neurocirurgiões continuarão trabalhando através de um contrato estabelecido entre a Sesap e a cooperativa Clineuro, válido até novembro de 2009. "É um contrato bastante elástico e ele vai vigorar, a menos que haja algum questionamento judicial", acrescentou Antunes.

De acordo com o secretário, os hospitais com maior urgência de preenchimento de vagas são o Walfrido Gurgel, Deoclécio Marques (Paranamirim), Hospital de Santa Catarina e o Maria Alice Fernandes, especializado em atendimento infantil.

O secretário Paulo César Medeiros garantiu que os concursos serão habituais a partir de agora. "Vamos ter concursos em caráter emergencial, promovendo uma renovação permanente dos quadros e garimpar os melhores profissionais do mercado", declarou ele.

O secretário Antunes chamou de "manipulação da informação" quando os médicos afirmam que têm o salário baixo. "Quando um deles disser que ganha pouco, peça o contracheque. Na maioria das vezes eles estão se referindo só ao salário base", disparou.

Ana Amaral/DN



Os secretários George Antunes e Paulo César Medeiros anunciaram a ampliação do número de contratados ontem

SAÚDE EM DISCUSSÃO Representante do Conselho Nacional de Saúde e presidente do Sindicato dos Médicos têm posições contrárias

# Entidades divergem sobre papel das cooperativas

Isaac Lira

jornalista.isaacira@gmail.com

Nos últimos dias, a sociedade natalense tem assistido, com ar de assombro, mais uma crise no sistema de saúde da capital e do RN. Em lados opostos, o governo do Estado e os médicos. O que está por trás da briga que já rendeu uma greve de 72 dias, uma decretação de calamidade pública e uma decisão judicial suspendendo a tal paralisação? A expectativa da Secretaria Estadual de Saúde é de que os médicos voltem a trabalhar normalmente hoje, em virtude do feriado de ontem (Santos Reis) e de a categoria só ter sido notificada às 13 horas da segunda-feira passada. Mesmo assim, a confusão deve continuar. Cada lado tem sua versão, cada uma com argumentos não suficientemente sensatos para justificar a humilhante fila de despossuídos no Hospital Walfredo Gurgel na tarde de ontem. Como personagens que representam o que cada trincheira pensa, Geraldo Ferreira, presidente do Sindicato dos Médicos, e Francisco Júnior, titular do Conselho Nacional de Saúde. Vejamos o que cada um diz.

## "A SOCIEDADE É REFÉM DOS DESEJOS UNILATERAIS DAS COOPERATIVAS"

Para Francisco Júnior, a cate-

goria médica se utilizou da grande demanda social por médicos para pressionar o governo e a sociedade pela renovação do contrato, que prevê o pagamento de honorários muito acima do preço de mercado, com as cooperativas. Ou seja: como o Estado precisa do serviço, as cooperativas resolveram aumentar o preço a níveis estratosféricos. Além disso, Francisco Júnior, que concorda com a posição da Justiça em encerrar a greve, não vê legitimidade nas cooperativas. "São instrumentos de terceirização de mão de obra", diz. E complementa: "É tratar a saúde do semelhante como um mero produto. As cooperativas não têm transparência, não se sabe o quanto pagam de imposto, como é a divisão dos lucros, numa organização ilegal e inconstitucional".

## "O ESTADO DEVERIA AGRADECER ÀS COOPERATIVAS"

Geraldo Ferreira discorda do pensamento de Francisco Júnior. Para o médico, o sistema de cooperativa só existe devido à incapacidade do Estado em oferecer os serviços básicos decentemente e os médicos não podem pagar a fatura dessa incompetência sozinhos. Geraldo critica a baixa remuneração oferecida pelo SUS. "Os trabalhadores têm sido explorados até o limite. A cooperativa tenta resgatar



Conselho: Francisco Júnior não vê legitimidade nas cooperativas

o respeito e a dignidade da categoria", afirma. "O SUS quer pagar sete reais a um médico por consulta. Isso é justo?", pergunta. O presidente do Sindicato acrescentou que

os médicos das cooperativas prestam um serviço à população, tendo em vista que o poder público, sozinho, não poderia prover o serviço plenamente.



Sindicato: Geraldo Ferreira diz que os médicos são explorados

**LICENÇA AMBIENTAL**  
GASBRAX DO BRASIL LTDA. inscrita no CNPJ 06.136.821/0002-17, torna público, conforme a Resolução CONAMA N.º 237/97, que requereu à SEMURB em 02/01/2008, através do Processo N.º 00000.042597/2008-37, a Licença Ambiental de Operação para o funcionamento de um LABORATÓRIO DE REQUALIFICAÇÃO DE CILINDROS PARA GNV, situado na Av. Interventor Mário Câmara, n.º 2659, Cidade da Esperança, Natal/RN, ficando estabelecido um prazo de 05 (cinco) dias para solicitação de qualquer esclarecimento.

> SAÚDE ESTADUAL

# Auditoria fiscaliza se médicos retornaram ao trabalho

TACIANA CHIQUETTI

Uma auditoria da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap), com o objetivo de conferir se os médicos servidores estaduais voltaram a cumprir as escalas de plantões, após a interrupção da greve por meio da decisão judicial, está percorrendo os hospitais nesta quarta-feira. De acordo com a assessoria de imprensa da secretaria, até o final do dia, já vai haver um balanço da real situação. O titular da pasta, George Antunes, afirmou que novamente acionará a justiça se o fim da paralisação não for cumprido efetivamente.

Paralelamente a isso, o Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed-RN), por meio do presidente Geraldo Ferreira, já está articulando os advogados da entidade para recorrer da determinação da justiça. Além disso, o Sinmed quer propor ao judiciário que se convoque uma "mesa de conciliação", porque os motivos da greve, segundo ele, vão além da questão financeira. "Queremos que o Estado cumpra com suas obrigações e resolva o caos da Saúde", diz. Mesmo assim, ele admite que as condições de trabalho estão melhores, nas unidades, desde o último mês de dezembro, quando o movimento dos médicos, associado aos dos servidores da Saúde, atingiu seu ápice. "Melhorou, mas continuamos tendo que improvisar para



Greve dos médicos teve de ser interrompida por decisão judicial desde a última segunda-feira, após mais de 70 dias

trabalhar. Ainda não responde às necessidades", salienta. Com relação à denúncia à Organização das Nações Unidas (ONU), relacionada à "precariedade" da Saúde noroeste-grandense, Geraldo revela que interromperá provisoriamente esta idéia para não dar uma impressão de "revanchismo". "Estamos em litígio, o que pode tornar a denúncia menos valorizada", diz.

O Governo do Estado nomeou, na última segunda-feira, dia 5, mais 61 médicos especialistas que foram aprovados no último concurso público realizado para suprir a carência de pessoal da Sesap. Conforme determinação do governador em exercício, Iberê Ferreira de Souza, os médicos devem ser empossados imediatamente e lotados em uma unidade hospitalar da região me-

tropolitana. No Hospital Walfredo Gurgel já se apresentaram hoje quatro anestesistas, nove cirurgiões e dois ortopedistas para compor a escala. As prioridades são nas áreas de cirurgia geral, ortopedia, pediatria, terapia intensiva de adulto e intensivistas para crianças.

O Conselho Nacional de Saúde (CNS) também está agindo sobre a questão da falta de médicos na



Francisco Júnior, do Conselho Estadual de Saúde: comissão visita hospitais

rede estadual. Uma comissão de conselheiros foi criada e, desde ontem, já começou a visitar unidades hospitalares para avaliar os problemas de recursos humanos, especialmente na categoria médica. "É necessário ampliar este debate. Recebemos denúncias de que médicos não cumprem a carga horária total e recebem sem trabalhar, mas também precisamos compro-

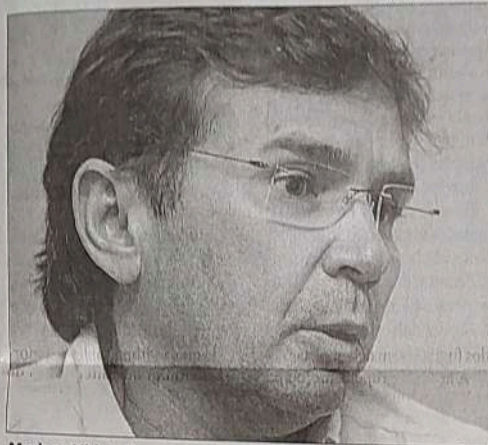
var se as vagas disponíveis no concurso da Sesap são suficientes. Se for assim, defendemos um novo concurso", informa o presidente do CNS, Francisco Júnior. Os Conselhos Nacional e Estadual de Saúde garantiram que intensificarão as ações de fiscalização, na última reunião na Sesap, na segunda-feira, diante do estado de calamidade pública da área.

[CONT. PÁG 1/SAÚDE] Entidades e cooperativas médicas do Estado desafiam MP a comprovar a ilegalidade dos contratos e creditam a não renovação a uma recomendação dos promotores

# Médicos culpam Ministério Público pelo impasse

Os representantes da classe médica consideram o Ministério Público o grande "vilão" nas negociações com o Governo do Estado. O presidente da Coopanest, Madson Vidal, destacou o fato de o juiz Edilson Pereira ter negado, em novembro, uma liminar impedida pelos promotores da Saúde. "O juiz deixou claro que não há nada ilegal nesses contratos e ainda lembrou que o importante é garantir o atendimento da população", ressaltou.

Madson Vidal lembrou que as negociações sempre contaram com participação da Controladoria e da Procuradoria Geral do Estado e que, há meses, as autoridades vêm sendo alertadas quanto à possibilidade de paralisação dos serviços, devido ao fim dos contratos. Já Geraldo Ferreira questionou o motivo que tem levado o Ministério Público a manter essa posição contrária. "Queremos que eles venham a público dizer porque são contra, já que o juiz afirmou que não há nada ilegal", ressaltou.



Madson Vidal afirma que vinha alertando sobre paralisação

A Coopanest participa de 1.600 procedimentos por mês nos hospitais públicos e privados ligados ao SUS, no Rio Grande do Norte. A Cipem realiza cerca de 1.000, em sua grande maioria no Maria Alice Fernandes, mas também no Santa Catarina. Enquanto

**NÚMERO**  
**1.600**  
procedimentos são realizados pela Coopanest por mês

to a Coopmed atua em 2.500 em diversas unidades. De acordo com o tesoureiro da Coopmed, Manoel Marques, não está sendo pleiteado sequer aumento nos valores pagos pelo Estado. "Queremos é, pelo menos, ter o direito de continuar realizando o trabalho que temos feito", afirma.

Já o diretor administrativo da Cipem, Flávio Azevedo, ressaltou que a cooperativa é responsável por mais de 70% dos atendimentos cirúrgicos pediátricos no Estado e mais de 90% dos atendimentos de alto risco e neonatal. No último concurso da Saúde, apenas um cirurgião dessa subespecialidade foi aprovado e ainda assim reside em outro Estado. Segundo o médico, os cinco servidores existentes no quadro da Sesap já cumprem a carga horária máxima.

Para o presidente da Coopanest, há hoje uma "antipatia" de parte do Ministério Público em relação à cooperativa. Alvaro Barros confirma a dificuldade no diálogo. "Já tentamos todos os contatos com o Ministério Público."

## MP divulga nota oficial negando responsabilidade

O Ministério Público do Rio Grande do Norte divulgou uma nota oficial esclarecendo que não expediu nenhuma Recomendação Impeditiva da renovação dos contratos entre a Secretaria Estadual de Saúde e as cooperativas médicas.

"Se existe óbice jurídico na renovação dos contratos com as cooperativas médicas, este é imposto pela Procuradoria Geral do Estado (PGE) que, ao longo dos anos, opina sistematicamente de

forma contrária aos mesmos, ante a ausência de amparo legal para estas contratações", diz a nota.

O texto diz ainda que o Ministério Público, em consonância com a posição da PGE, "também enxerga graves irregularidades que permeiam referidos contratos. E, mais uma vez, em harmonia com o posicionamento da PGE, desde o ano de 2005 vem buscando a correção desta situação. Porém, o Governo do Estado conti-

nuia omissão. E é esta omissão que, reiteradas vezes, gera a situação ora vivenciada, uma vez que é responsabilidade do Governo do Estado a manutenção dos serviços hospitalares de saúde".

A nota é bastante clara no que se refere à renovação dos contratos. "O Ministério Público reitera: não impôs nenhum óbice à renovação dos contratos com as cooperativas médicas. Todavia, não os legitimará."

Ciente que a não renovação poderá gerar dificuldades ao atendimento de saúde à população usuária SUS, o MP acredita que o melhor encaminhamento para solução do impasse é o Governo do Estado buscar amparo judicial para tais renovações.

Para finalizar a nota, o texto diz que "o Ministério Público continuará trabalhando até a erradicação total deste tipo de contratação nos serviços públicos de saúde."

### ENTENDA O PROBLEMA

Como o impasse sobre a renovação dos contratos pode influenciar no atendimento aos pacientes do SUS

#### Cooperativas médicas

O que são: entidades que reúnem profissionais de Medicina e assinam contratos com o Governo do Estado para atender pacientes do SUS, em áreas onde a carência de servidores não permite o atendimento da demanda.

#### Questionamento

O Ministério Público questiona esses contratos, entendendo que o SUS deve priorizar a rede pública, através da contratação direta de médicos concursados por parte do Governo do Estado, e que o vínculo com as cooperativas vem deixando o poder público "refém" dessas entidades, que em alguns casos reúnem a quase totalidade dos especialistas de algumas áreas, muitos dos quais também trabalham para o Estado ou os municípios.

#### A defesa:

Os cooperados entendem que o SUS reúne não só a rede pública, como também a filantrópica e privada (onde se enquadram as cooperativas), e que os contratos são a melhor alternativa diante da falta de interesse dos

profissionais, em geral, se tornarem exclusivamente funcionários estaduais, devido aos baixos salários e precárias condições de trabalho.

#### Tempo:

Os primeiros contratos do tipo foram assinados há 12 anos entre o Governo do Estado e a Coopanest e desde então vêm sendo questionados pelo Ministério Público. Por algumas vezes esse impasse jurídico impediu a renovação e as entidades trabalharam recebendo através de indenização, modalidade que não é mais admitida, uma vez que a Sesap não tem como garantir o pagamento. Os contratos se encerram hoje e, caso não se encontre uma solução, os cooperados deixam de atender os pacientes do SUS em 18 hospitais.

#### Hospitais prejudicados com o fim dos contratos com as cooperativas

##### Públicos

- Deoclécio Marques (UTI, clínica médica, cirurgia geral e anestesiologia)
- Maria Alice Fernandes Fernandes (UTI neonatal, cirurgia pediátrica)
- Santa Catarina (Cirurgia Pediátrica na UTI Neo natal)
- Walfredo Gurgel (Cirurgia geral e ortopedia)
- Tarcísio Maia (Ortopedia)
- Onofre Lopes (parte dos procedimentos de alta complexidade)

##### Privados

- Itorn
- Memorial
- Médico-cirúrgico
- Incor
- Hospital do Coração
- Natal Center
- Hospital Infantil
- Luiz Antônio
- Prunotoclínica da Criança
- Urocentro
- Liga
- Casa de Saúde Petrópolis







TEMPO HOJE

Parcialmente nublado a claro  
Max.: 31° Min.: 26°



TÁBUA DE MARÉS

Preamar 06h43; alt 2.0 - 18h49 - 2.2  
Baba-mar 00h17 aht. 0.4 - 12h24 - 0.6



FEIRAS-LIVRES

Carrasco hoje  
819 bancas/477 feirantes  
Aliança  
229 bancas e 186 feirantes



BALNEABILIDADE  
Imprópria  
Mãe Lúzia



FASES DA LUA  
Lua Nova: Hoje  
Q. Crescente: 04/01  
Nascer do sol: 05h10  
Pôr-do-sol: 17h38

Editora: Yara Okubo  
e-mail: yokubo@tribunadonorte.com.br

NATAL - RIO GRANDE DO NORTE  
Quarta-feira • 31 de dezembro de 2008

[ SAÚDE ] Por causa da não renovação dos contratos com as cooperativas de especialistas, os médicos ameaçam paralisar o atendimento logo no primeiro dia do ano. O governo decretou estado de calamidade para ter margem de ação mais ampla

## Decretado o estado de calamidade

O Governo do Estado decretou calamidade pública na saúde do Rio Grande do Norte. O documento, assinado pelo governador em exercício Iberê Ferreira de Sousa, está publicado hoje no Diário Oficial. Com o decreto, que tem validade "enquanto a situação perdurar", a Secretaria Estadual de Saúde poderá fazer contratos emergenciais com hospitais privados e até planos de saúde.

"Tivemos que tomar essa medida drástica para garantir o atendimento público. A partir de agora a Secretaria de Saúde poderá adotar todas as medidas necessárias. O decreto é amplo e não significa que serão feitos esses contratos com as cooperativas, mas serão ações para manter o atendimento", destacou o governador Iberê Ferreira. A decisão do Executivo foi adotada após uma reunião com representantes da Procuradoria do Estado, Gabinete Civil, Secretaria de Saúde e Controladoria.

O caos na saúde estava sendo previsto pelas lideranças médicas do Estado, que ameaçam paralisar o atendimento caso os contratos com as cooperativas não seja renovado. Pelos cálculos das entidades médicas, a suspensão do

trabalho atingiria dois hospitais públicos (Maria Alice Fernandes e Deoclécio Marques) e o prejuízo ao trabalho de outras três unidades estaduais, uma federal e nada menos de 13 particulares que atendem pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Hoje encerra o contrato do Governo com a Coopamed (anestesiologistas), Coopmed (médicos de diversas áreas) e Cipem (cirurgia pediátrica).

Ao todo, essas instituições representam mais de 500 médicos de 22 especialidades, que realizam um total de 3.500 procedimentos por mês na rede pública e na rede privada ligada ao SUS. O contrato da Secretaria Estadual (Sesap) com essas cooperativas é válido até essa quarta-feira e o secretário George Antunes afirmou aos profissionais que não tem como renovar, pois o Ministério Público é contrário a esse vínculo e os promotores da área já teriam, de acordo com os médicos, deixado claro que se os contratos forem mantidos o secretário é quem terá de responder judicialmente.

Em uma coletiva na manhã de ontem, os presidentes do Sindicato dos Médicos (Sinmed), Geraldo Ferreira; da Associação Médica, Álvaro Barros; da Coopamed, Madson Vidal; o diretor adminis-



Geraldo Ferreira e Álvaro Barros creditam a culpa da não renovação ao Ministério Público Estadual

trativo da Cipem, Flávio Azevedo; e o tesoureiro da Coopmed, Manoel Marques; explicaram as duas alternativas que iriam apresentar ao Governo.

A primeira é de que o Estado, através de sua Procuradoria, entre com uma solicitação junto à Justiça para que algum magistrado autorize a renovação. Outra é

que o Estado decreta estado de calamidade pública no setor, o que permitiria opções como a de fazer contratos emergenciais.

O problema, disseram os médicos, é hoje estritamente jurídico, uma vez que o secretário George Antunes já teria deixado claro seu interesse em renovar os contratos. "Infelizmente, sem as coo-

perativas o atendimento de alta complexidade do SUS no Rio Grande do Norte fica praticamente paralisado. Na rede privada pára e na pública fica muito comprometido", resume o presidente do Sinmed. A Assessoria de Comunicação da Sesap confirmou o interesse do secretário em renovar com as cooperativas.

### Hospitais novos serão os maiores prejudicados

Os hospitais Deoclécio Marques, em Parnamirim, e o Maria Alice, na zona Norte de Natal, são apontados como os mais prejudicados pelo fim dos contratos da Sesap com as cooperativas médicas, uma vez que seus quadros de servidores são bastante limitados e a grande maioria dos serviços é prestado por profissionais terceirizados. "Os dois vão ter o atendimento inviabilizado", resume o presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira. Tão ou mais grave quanto a paralisação nessas duas unidades, entende, será o prejuízo ao setor de cirurgia geral do Walfredo Gurgel. "Vai morrer gente", prevê o representante da categoria. Já o presidente da AMRN, Álvaro Barros, destacou que muitos procedimentos contratados às cooperativas saem mais barato para o poder público do que os realizados pelos próprios servidores estaduais. Como exemplo, ele citou uma cirurgia cardíaca, que custa R\$ 6 mil a profissionais e ao hospital privado onde é realizada.

SAÚDE GOVERNADOR EM EXERCÍCIO ASSINA INSTRUMENTO VIABILIZANDO RENOVAÇÃO DE CONTRATOS

# Decreto garante atendimento

LUCIANA TITO, RENATO LISBOA E LUCIANO KLEBER DA EQUIPE DO DIÁRIO DE NATAL

O governador em exercício do estado, Ibeir Ferreira de Souza, assinou ontem, no início da noite, um Decreto de Perigo Iminente de Calamidade Pública na Saúde do RN. Com o instrumento, a Secretaria de Saúde fica livre para, nas palavras do próprio governador, "tomar as providências necessárias para evitar o colapso do sistema público de saúde do estado". De acordo com Ibeir, a decisão tomada ontem foi a única diante da possibilidade iminente de caos no atendimento a partir de hoje, quando vencerem os contratos terceirizados com cooperativas médicas. Contratos estes que tiveram sua renovação expressamente desaconselhada pelo Ministério Público. Ibeir fez questão de ressaltar que a decisão foi tomada somente após um telefonema dado por ele para a governadora licenciada Wilma de Faria, que se encontra em férias nos Estados Unidos.

"Com esta decisão nós damos à Secretaria de Saúde a possibilidade de resolver, da melhor forma possível, esta questão. É preciso pontuar que nós fomos impelidos a esta decisão pela falta de outra alternativa. O que estava se desenhando era um quadro de caos total na saúde do estado. E isso nós não podíamos admitir. Precisávamos, antes de mais nada, garantir o atendimento à população", afirmou o governador em exercício.

Durante todo o dia de ontem, representantes da classe médica alertaram para o quadro crítico vivenciado pela saúde pública no estado, agravado pela não-renovação de contratos das cooperativas com o governo. O termo dos contratos é hoje e a Secretaria Estadual de Saúde (Sesap) recebeu uma recomendação do Ministério Público para não continuar com os contratos, considerados irregulares pelo MP. Com isso, os médicos haviam garantido que não



Representantes da classe médica do estado reuniram a imprensa ontem pela manhã e alertaram para o caos; à noite, governador assinou Decreto de Calamidade

trabalhariam já a partir de amanhã.

As principais unidades de referência em atendimento médico na capital poderiam ficar sem parte dos especialistas.

Na manhã de ontem os presidentes da Coopamed (cooperativa dos anestesistas), José Madson Vidal da Costa; do Sindicato dos Médicos, Geraldo Fer-

reira Filho; da Associação Médica, Alvaro Barros; e da Cirurgia Pediátrica de Natal (Cipen), Hívio Azevedo reuniram a imprensa para apresentar o quadro

da saúde pública na capital e no interior. O presidente da Coopamed, José Madson da Costa, enfatizou que desde 28 de outubro a cooperativa vem tentan-

do renovar o contrato, porém o Ministério Público não permite, pois há irregularidades nessa renovação. "Fizemos de tudo em uma reunião realizada no dia 26 de dezembro para continuar os serviços e manter o atendimento à população, porém o Ministério Público se opôs. Então o secretário recuou por receio de ser penalizado", declarou Costa.

Quanto às cirurgias pediátricas, o cenário é o mesmo: paralisação a partir do primeiro dia de 2009, em razão do fim de contrato de prestação de serviço que também não será renovado. "O Ministério Público alega que quem já fez parte da família do governo não pode prestar serviço", informou Hívio Azevedo, diretor administrativo da Cipen.

Ele disse ainda que, com a paralisação dos serviços, cerca de mil procedimentos poderiam ser suspensos no Hospital José Pedro Bezerra, dentre eles avaliações e procedimentos cirúrgicos nos 10 leitos da UTI neonatal e nos 17 leitos neonatais semi-intensivos.

No Hospital Infantil Maria Alice Fernandes, ficaram suspensas todas as atividades cirúrgicas envolvendo ambulatório, enfermarias, pronto-socorro, centro cirúrgico e UTI. O que totaliza 70% dos atendimentos cirúrgicos-pediátricos e mais de 90% nos atendimentos de alto risco e neonatal do RN.

Geraldo Ferreira acrescentou que, com a paralisação dos serviços dos anestesiológicos e cirurgiões pediátricos, 3.500 procedimentos ficariam suspensos nos hospitais públicos do RN.

### MUNICÍPIO

Durante a coletiva Geraldo falou também sobre a situação do município de Natal, que não difere muito da estadual. De posse de um relatório que no fim da tarde foi entregue à prefeita eleita da capital, Micarla de Souza, o presidente do Sindicato dos Médicos enfatizou que, tanto nas equipes do Programa Saúde da Família (PSF), quanto nos Pronto Atendimentos e Maternidades, falta pessoal e estrutura necessária para trabalhar.

## Cremem acompanha crise de perto

O presidente em exercício do Conselho Regional de Medicina (Cremem), o obstetra Marcos Jácome, reiterou em entrevista coletiva na tarde de ontem que a situação na rede pública de saúde é crítica e que o órgão fiscalizador está alerta para iminentes interdições nas unidades hospitalares. Apesar do recesso de final de ano, uma equipe ficará de plantão para acompanhar a qualidade dos serviços prestados nos hospitais.

Jácome afirmou que, sob as atuais circunstâncias, o Estado tem que seguir com os serviços prestados pelas cooperativas médicas, ao contrário do que recomenda o Ministério Público. "Não estou aqui para fazer a defesa das cooperativas, até porque essa não é a função do Cremem. Mas no momento elas são a única alternativa para o problema crônico da falta de pessoal nos hospitais públicos", disse ele.

O médico afirmou que, "há mais de uma semana", vem recebendo ofícios de diretores de unidades hospitalares sobre a situação difícil que eles vêm enfrentando.

Ele considera o Hospital Walfredo

Gurgel, o Hospital Infantil Maria Alice Fernandes e a maternidade Januário Cicco como os casos mais graves. No Walfredo, ele fala que o "carro-chefe" da unidade, o setor de cirurgia e trauma, vai ficar sem anestesiológicos amanhã. "Vai morrer gente. É impensável o Walfredo ficar sem esses profissionais", enfatiza.

No Maria Alice Fernandes, ele considera uma situação "triplemente mais grave", uma vez que, não só os pediatras do pronto-socorro são garantidos pelas cooperativas, como também os anestesiológicos e cirurgiões pediátricos. "Vai fechar tudo!", exclama Jácome.

Na maternidade Januário Cicco, o presidente em exercício fala que recentemente mandou um comunicado informando a necessidade de aumentar a quantidade de médicos para garantir o que ele chama de atendimento padrão. "Só há dois profissionais para cuidar de duas UTIs e uma sala de parto. Seria necessário seis especialistas, sem acúmulo de função".

Marcos Jácome finalizou dizendo que a saída vislumbrada pelo secretário estadual de Saúde seria a contratação temporária de profissionais.

*No novo tempo  
Apesar dos castigos  
Estamos crescidos  
Estamos atentos  
Estamos mais vivos*

(Ivan Lins)

Em 2009, vamos viver um novo tempo. Um tempo onde nossas lutas vão virar vitórias e os médicos do RN vão ter muito o que comemorar.

Em 2009, chega de crise. Vamos acreditar e vencer. Feliz ano novo. Feliz novo tempo!



Revista **Malu Malu** 2 em 1 por apenas **1,99**

**CABELOS NATURAIS**

**RECEITAS COM COCO**

**Já nas bancas!**

EDUCAÇÃO TÉCNICA INSTITUTO FEDERAL VAI ABRIR 13 MIL VAGAS NO RN  
EDUCAÇÃO, 5

QUARTA  
FEIRA

ARMAS PRIVADAS TERMINA HOJE PRAZO PARA REGISTRO GRATUITO DE POSSE  
CIDADES, 2

NESTA EDIÇÃO

OPINIÃO	2
POLÍTICA	3
BRASIL	6
GERAL	7
CIDADES	1 A 8
ECONOMIA/ESPORTES	1 A 8
MUITO	1 A 4
CLASSIFICADOS	4 PÁGINAS
TOTAL	30 PÁGINAS

R\$ 1,50

ENCARTE



NATAL, 31 DE DEZEMBRO DE 2008

FUNDADOR: ASSIS CHATEAUBRIAND  
ANO LXXIX - NÚMERO 2529



# DIÁRIO DE NATAL

CERTUS/DN MOSTRA APROVAÇÃO DE 64% A CARLOS EDUARDO

POLÍTICA, 1

## MUNICÍPIOS

Peáro Avelino celebrou em grande estilo aniversário da cidade e fim do ano. Senador Elói de Souza tem trabalho social como sua marca principal. De Nova Cruz, veja um balanço dos oito anos da gestão que termina. Na coluna Cotidiano, notícias curtas de vários municípios. CIDADES, 7

## RODA VIVA

# Decreto de Calamidade evita caos na saúde

GOVERNADOR EM EXERCÍCIO, IBERÊ FERREIRA DE SOUZA, ASSINOU ONTEM INSTRUMENTO QUE POSSIBILITA, ENTRE OUTRAS COISAS, RENOVAÇÃO DE CONTRATOS COM COOPERATIVAS MÉDICAS

CIDADES, CAPA

**DECRETO** A validade dos contratos com as cooperativas médicas termina hoje, às 18 horas, o que forçou o decreto

# Estado decreta perigo iminente de calamidade pública na saúde

O governo do Estado decretou, na noite de ontem, perigo iminente de calamidade pública na rede hospitalar. O decreto, assinado pelo governador em exercício Iberê Ferreira de Souza, após reunião com o setor jurídico do Estado e participação dos secretários Gustavo Carvalho, gabinete civil, George Antunes, da Sesap, e Paulo César Medeiros, da Seahr, visa garantir assistência médica a população. A medida extrema foi tomada frente ao encerramento dos contratos de

prestação de serviços com as cooperativas médicas neste final do ano, sem possibilidade de renovação, devido recomendação do Ministério Público. A situação de "verdadeiro caos", se agrava com a paralisação dos médicos, há 70 dias, sem expectativas de acordo.

A expiração da validade dos contratos encerra, a partir de hoje, os serviços prestados por cooperados médicos em 18 hospitais do Rio Grande do Norte, entre públicos e privados que atendem ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Com isto cerca de 3500 procedimentos por mês, em todas as especialidades, deixaram de ser oferecidos a população. O estado de caos, denunciado pelo presidente do Sinmed Geraldo Ferreira, em entrevista coletiva concedida na manhã de ontem, fará com que "os serviços de alta complexidade deixem 100% de funcionar. Pessoas vão morrer por isso", alerta o médico.

Os serviços de cirurgia pediátrica no Hospital Santa Catarina; Unidade de Terapia inter-

siva, clínica médica e cirurgia geral e anestesia do Deoclécio Marques (em Pamamirim); cirurgia geral e ortopedia do Walfredo Gurgel, pediatria, anestesia e cirurgia pediátrica do Maria Alice Fernandes, zona norte, e ortopedia do Tarcísio Maia, em Mossoró, deixam de funcionar no primeiro dia do ano. Em treze hospitais particulares, conveniados ao SUS, não haverá profissionais cooperados para realizar as cirurgias de alta complexidade.

Apesar dos esforços do gov-

erno no sentido de realizar e convocar os médicos aprovados em concurso público para contratação de pessoal e implantar o plano de cargos, carreiras e salários, o chamado não surtiu efeito e a urgência da situação exigiu a medida extremada. "Não podemos deixar que nossa população, que nossas crianças, fiquem desassistidas. Por isso, tomamos uma medida dura para evitar o colapso do atendimento na rede pública estadual", frisou o governador.

Segundo informações da assessoria de imprensa da Sesap, enquanto durar o estado de "perigo iminente" ficam disponíveis todos os bens, serviços e servidores da administração pública e indireta, afeitos à área da saúde. Neste período, a secretaria fica autorizada a requisitar e contratar, caso necessário, outros serviços e bens de saúde, tanto na área privada, quanto em entidades filantrópicas, com vistas ao restabelecimento da normalidade dos atendimentos.

**NEGLIGÊNCIA** Laudo sobre a morte de vendedora saiu ontem

Divulgação

[ CONT. PÁG 2/SAÚDE ] O Conselho Regional de Medicina se posicionou favorável à renovação dos contratos e admitiu que a paralisação do atendimento pode gerar a interdição das unidades

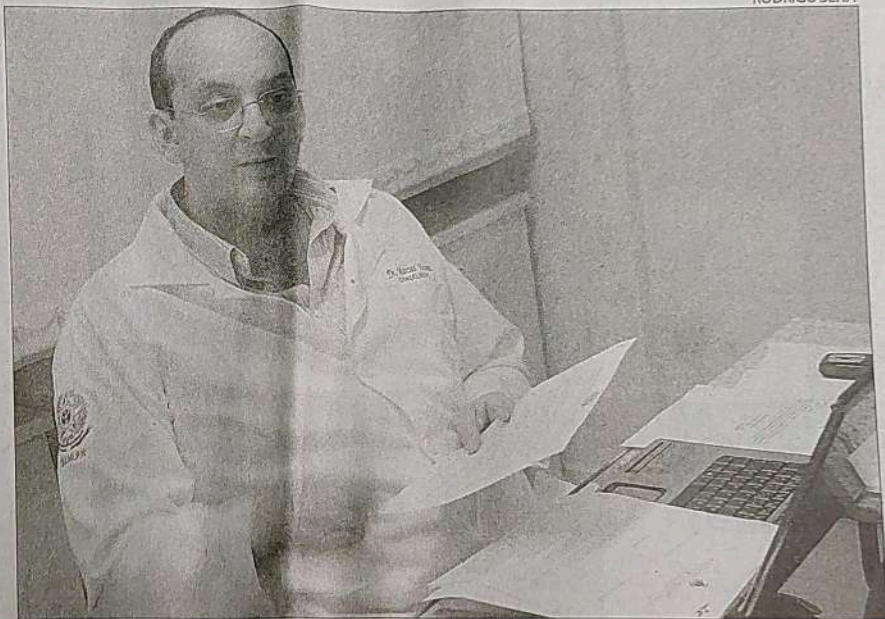
## CRM pode interditar unidades

“**N**ão é hora de julgarse o contrato com as cooperativas é ou não legal. Mas, no momento, é necessário porque a assistência deve estar em primeiro plano”. Essa é a opinião do presidente em exercício do Conselho Regional de Medicina do RN, Marcos Jácome, sobre o impasse envolvendo a renovação dos contratos entre o Governo do Estado e as cooperativas de médicos. Em coletiva à imprensa na tarde de ontem, o obstetra alertou para a situação de gravidade à qual vai ser submetida à saúde pública caso a paralisação desses profissionais seja confirmada.

Marcos Jácome destacou a importância da renovação, já que não há realização satisfatória de concursos públicos. “O certo é a realização de concursos, mas na prática isso não é real. Os que têm ofer-

tam uma quantidade de vagas muito menor do que realmente precisa”. O presidente em exercício do CRM destacou ainda que, a possível paralisação desses profissionais, conseqüentemente, seria seguida da interdição das unidades de saúde. Isso porque, sem profissionais suficientes, as unidades ficarão em condições inadequadas de funcionamento. “Temos o papel de garantir a assistência digna e que não gere riscos. Nossa fiscalização vai continuar”, enfatizou Marcos Jácome. Só neste ano, foram realizadas cinco interdições no município.

O CRM já havia encaminhado um ofício ao secretário de saúde George Antunes alertando sobre a problemática. Os representantes do CRM-RN também afirmam ter procurado o MP a fim de reverter essa situação junto à procuradoria.



RODRIGO SENA

Marcos Jácome diz não caber ao CRM fazer julgamentos, mas destaca a importância da renovação

» CAÇAMBEIROS ACEITAM NEGOCIAR E RETOMAM COLETA DE ENTULHOS - NATAL 3

58  
ANOS

FUNDADOR: ALUÍZIO ALVES - 1921 - 2006

# TRIBUNA DO NORTE



Ano 58 • Número 234 • Quarta-feira, 31 de dezembro de 2008

WASHINGTON ALVES



**[ SAÚDE ]** Polêmica sobre a renovação dos contratos da Sesap com as cooperativas de médicos leva o vice-governador Iberê Ferreira de Sousa a tomar medida extrema no setor

## Governo decreta estado de calamidade pública na Saúde

O impasse para a renovação dos contratos da Secretaria Estadual da Saúde (Sesap) com cooperativas médicas levou o governador em exercício, Iberê Ferreira de Sousa, a decretar "estado de calamidade pública" na saúde. Os contratos terminam hoje, mas a renovação

enfrenta obstáculos jurídicos. A Procuradoria Geral do Estado tem alertado que esse tipo de "acordo para remuneração paralela é ilegal". Sem os contratos, os médicos ameaçam paralisar o atendimento em pelo menos dois hospitais (o Maria Alice Fernandes e o Deoclécio

Marques), atingindo o atendimento em várias outras unidades. A situação de "calamidade pública" permite ao governo renovar o contrato de forma emergencial, mas Iberê Ferreira disse que o objetivo principal não é esse. "Queremos garantir o atendimento", disse ele. [NATAL 1 A 3]

> LAMENTÁVEL

# Médicos pretendem denunciar a situação da Saúde potiguar à ONU

Eduardo Felipe

Os médicos, representados pelo Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed-RN), querem denunciar a situação da Saúde do Estado ao Conselho de Defesa da Organização das Nações Unidas (ONU), argumentando que o governo estadual é um "violador dos direitos humanos" na medida em que a assistência nos hospitais públicos é precária. Segundo o presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira, a categoria está seguindo o exemplo dos médicos do Rio de Janeiro, que procuraram a Federação Nacional dos Médicos e optaram pela mesma solução. "Vamos primeiramente procurar a Ordem dos Advogados do Brasil do RN para efetivar a denúncia internacional. Na unidade de reanimação do Walfredo Gurgel não há médicos. Isso é matar pacientes que teriam alguma esperança", argumenta. A categoria está quase completando dois meses de paralisação, no próximo dia 24, e, até agora, não considerou que o governo do Estado e a Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) estão abertos ao diálogo e à negociação, porque o impasse continua.

No âmbito municipal, a expectativa do Sinmed é que a próxima prefeita, Mícarla de Sousa, decrete estado de calamidade pública para a Saúde. Depois de passarem o final da semana, visitando maternidades, pronto-atendimentos e unidades do Programa de Saúde da Família (PSF), as entidades médicas, que incluem a Associação Médica e o Conselho Regional de Medicina, estão elaborando o relatório que será encaminhado, na próxima



Geraldo Ferreira, do Sinmed, também vai procurar a OAB/RN e espera que Mícarla decrete estado de calamidade pública

semana, à gestora. As vistorias identificaram falhas nas escalas de plantões em janeiro no PA de Cidade da Esperança, ausência de ortopedista nas Rocas, 27 equipes de PSF sem médicos e equipamentos insuficientes nas maternidades, como a das Quintas, por exemplo, o que limita a assistência aos partos normais. "A prefeita terá que intervir de maneira forte e emergencial", frisou Geraldo.

## SERVIDORES MUNICIPAIS

O Sindicato dos Servidores da Saúde do Rio Grande do Norte (Sindsaúde), que já receberam o 13º salário, depois de passarem a manhã dessa quinta-feira tentando uma audiência com o prefeito Carlos Eduardo, aguardam uma nova posição da Prefeitura para falar, desta vez, sobre o pagamento de dezembro, que pode ser acertado até o

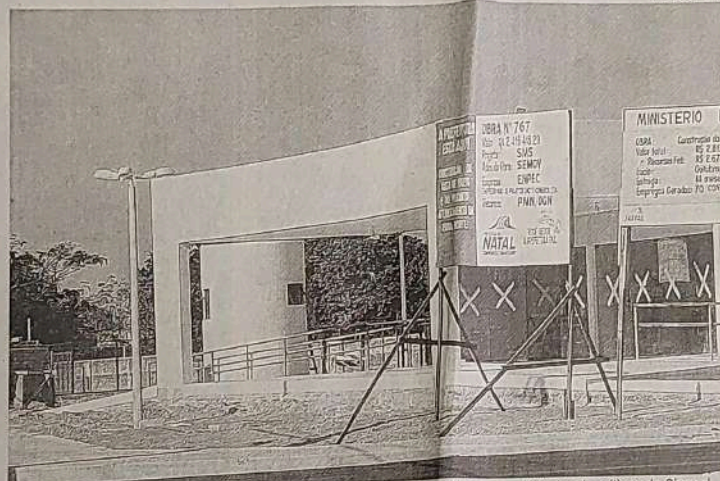
próximo dia 31. "Recebemos o 13º ontem, às 16h30, mesmo sem o desbloqueio da justiça, porque esse dinheiro tinha que estar guardado desde o começo do ano", observa a presidente do Sindsaúde, Sônia Godeiro. Nesta segunda-feira, a comissão do sindicato volta ao gabinete do prefeito para saber se o dinheiro realmente vai ser repassado aos servidores.

# Para Sinmed, maternidade da ZN é "show de fim de governo"

GERALDO FERREIRA CRITICA QUE UNIDADE NÃO TERÁ COMO FUNCIONAR POR FALTA DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE

A maternidade Leide Moraes, localizada na avenida das Fronteiras, no bairro de Nossa Senhora da Apresentação, na zona Norte, prevista para ser inaugurada hoje, às 19 horas, pela Prefeitura, não tem como funcionar, imediatamente, por falta de recursos humanos. É o que afirma o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed-RN), Geraldo Ferreira. Segundo ele, a estrutura da primeira unidade materno-infantil municipal na região Norte é similar às maternidades particulares. Contudo, ele duvida que a unidade consiga atingir seus objetivos, diante de um problema crônico na rede pública: a deficiência de recursos humanos. "Com a carência de profissionais no município, pode ficar difícil fazer a unidade cumprir seu objetivo. Temo que esta inauguração seja apenas um show de fim de governo", lamentou Geraldo. Ele afirma ainda que os profissionais foram remanejados da maternidade das Quintas para atuarem na nova unidade da ZN - o que, segundo ele, pode complicar o funcionamento da unidade da zona oeste.

Apesar das críticas do presidente do Sinmed, a secretária-adjunta da SMS, Maria do Carmo Fernandes, nega que esta transferência tenha ocorrido, como também não confirma problemas de falta de profissionais, impedindo o funcionamento imediato da maternidade. "Não é segredo para ninguém as



Maternidade Leide Moraes custou aos cofres públicos cerca de R\$ 5 milhões, mas já é alvo de críticas do Sinmed

nossas dificuldades com a contratação de clínicos gerais, fato que não acontece só em Natal. Mas, na maternidade da ZN, todas as escalas de obstetras e pediatras estão fechadas e de outros profissionais, como enfermeiros e fonoaudiólogos, também. Todos já foram capacitados e estão lá para trabalhar", explica. Sobre o remanejamento de pessoal das Quintas, a diretora da unidade, Francinete de Medeiros Pinheiro, alega que os 93 servidores, de diversas especialidades, foram apenas treinados nas Quintas e não transferidos de lá. "Aqui todas as escalas estão completas e o que aconteceu até foi que alguns funcionários, como maqueiros, cozinheiros e auxiliar de enfermagem, ficaram por aqui para suprir as nossas necessidades, em vez de irem para a nova maternidade", diz. Uma nutricionista, treinada nas Quintas e lotada na ZN, que preferiu não se identificar, contou que o início do trabalho seria imediato e que não faltariam profissionais em seu setor.

A preocupação do sindicalista

com a nova maternidade se dá com base na realidade de outras unidades de Saúde de Natal, avaliadas, durante a semana passada, pelas entidades médicas - Associação Médica, Conselho Regional de Medicina e Sinmed - as quais apresentaram diversos tipos de deficiências. As falhas nos Pronto-Atendimentos (PAs), maternidades e equipes de Programa de Saúde da Família (PSF) estarão detalhadas em relatório, que será entregue, ainda nesta semana, à prefeita eleita, Micarla de Sousa. O objetivo das entidades é que se de-



Geraldo também denunciou suposto remanejamento de pessoal das Quintas

crete "estado de calamidade pública" na Saúde municipal. De acordo com Geraldo, há lacunas nas escalas de plantonistas nos PAs da Cidade da Esperança e na maternidade das Quintas, além das 27 equipes de PSF sem médicos.

A maternidade "Leide Moraes", que conta com 16 leitos e tem capacidade para realizar 300 partos por mês, inclusive cesárea, tem projeto arquitetônico em forma de círculo, o que a diferencia das demais edificações existentes naquela área da cidade. Outra novi-

dade é que, no mesmo local, funcionará também uma unidade de pronto-atendimento 24 horas, com atendimento de urgência em clínica geral e pediatria. No PA, a capacidade é de 450 atendimentos diários, o que deverá, segundo a SMS, "desafogar" a demanda dos hospitais Maria Alice Fernandes, Santa Catarina e Clóvis Sarninho. O investimento da Prefeitura, em parceria com o governo federal, para a realização da obra, é superior a R\$ 5 milhões, incluindo os equipamentos hospitalares.



# Não haverá médicos suficientes nos hospitais públicos a partir do dia 1º

ENTIDADES MÉDICAS INFORMAM QUE OS SERVIÇOS SERÃO INTERROMPIDOS EM 18 HOSPITAIS PÚBLICOS DO RN

TACIANA CHIOUETI

REPORTER

Os serviços da rede estadual de Saúde, viabilizados por meio de contratos de prestação com as cooperativas de médicos, deixarão de ser realizados a partir de amanhã em 18 hospitais do Rio Grande do Norte, entre públicos e privados que atendem ao Sistema Único de Saúde (SUS). O motivo é que os contratos não foram renovados pela Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) e cerca de 3500 procedimentos por mês, em todas as especialidades médicas cooperadas, terão que ser interrompidos. "Os serviços de alta complexidade, por exemplo, ficam quase 100% sem funcionar. Pessoas vão morrer por isso", declara o presidente do Sindicato dos Médicos do RN (Sinmed), Geraldo Ferreira, durante a entrevista coletiva, ocorrida na manhã de hoje, juntamente com representantes das cooperativas e da Associação Médica do RN.

Segundo o presidente da AMRN, Alvaro Barros, os serviços de cirurgia pediátrica do Hospital Santa Catarina; Unidade de Terapia Intensiva, clínica médica, cirurgia geral e anestesia do Deo-

clécio Marques, cirurgia geral e ortopedia do Walfredo Gurgel, pediatria, anestesia e cirurgia pediátrica do Maria Alice Fernandes e ortopedia do Tarcísio Maia estarão interrompidos no primeiro dia de 2009. Nos hospitais particulares, que atendem pelo SUS, como Itorn, Médico Cirúrgico, Natal Center, Hospital do Coração, Liga Contra o Câncer, em um total de 13 unidades hospitalares, especialmente as cirurgias de alta complexidade não terão profissionais das cooperativas atuando.

As cooperativas, que reúnem 25 especialidades, tentam negociar com a Sesap já há algum tempo, sem sucesso. De acordo com a assessoria de imprensa da secretaria, o Ministério Público ameaça responsabilizar a Sesap, judicialmente, se a mesma prorrogar os contratos, argumentando irregularidade nos documentos, como, por exemplo, a formação de cartel por parte dos anestesistas e a "privatização" da rede pública de Saúde. "A Coopanest é a cooperativa mais antiga do Estado. Há doze anos temos um contrato e sempre foi legal. Não entendemos a antipatia do MP em relação às cooperativas. Nós fazemos o que o Estado não



Presidente do Sinmed se reuniu com membros da Associação Médica para anunciar um 'estado de calamidade na saúde'

pode fazer pela Saúde", relata o presidente Madson Vidal da Costa. As entidades tentam um contato com o governador do Estado interino, Iberê Ferreira de Souza, para discutir o impasse, que deve agra-

var ainda mais a situação para a população, tendo em vista a greve de dois meses por que passam os médicos servidores da rede estadual.

Já os quase 5.000 servidores

da Sesap, que têm até R\$ 500 em vencimentos atrasados, recebem hoje, conforme assegurado na negociação para o fim da greve promovida pelo Sindsaúde. Estes valores são referentes aos resíduos

da implantação do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR), em 2006. O pagamento está sendo feito de forma escalonada e, no próximo mês, serão beneficiados aqueles que têm entre R\$ 500 e R\$ 1000 para receber. A secretaria possui cerca de 15 mil servidores nos seus quadros e todos serão beneficiados até setembro de 2009, conforme tabela definida pelo governo, de acordo com informações da assessoria, que garante também que o titular da pasta está trabalhando para solucionar o problema com as cooperativas ainda hoje. No caso da categoria médica, não houve acordo para o fim da paralisação.

## SAÚDE MUNICIPAL

O relatório, produzido pelas entidades médicas, depois das visitas às maternidades, pronto-atendimentos e equipes de Programa de Saúde da Família (PSF), será entregue hoje à prefeita eleita, Mírcia de Sousa. O objetivo é fazer com que ela decrete estado de calamidade pública na cidade e consiga, a partir desta estratégia, recursos emergenciais para contratação de profissionais e para compra de materiais e insumos.

ALTOS RIGORES DIRIGENTES VISTORIARAM HOSPITAIS QUE GOVERNO CONTRATOU PARA ATENDER À POPULAÇÃO

# Sinmed vistoria hospitais contratados

Foto: Ana Amaral/DN



Dirigentes do sindicato e de cooperativas médicas fazem visita de inspeção



Pacientes esperam atendimento no hospital enquanto médicos inspecionam

Representantes de entidades médicas vistoriaram os hospitais estaduais da grande Natal e as instituições particulares contratadas pela Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap) para atender à população em caráter emergencial. A intenção é fazer um diagnóstico da rede de assistência disponível aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), após o agravamento da crise entre estes órgãos, que se arrasta há cerca de uma semana.

O presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed), Geraldo Ferreira, explica que a vistoria foi a forma encontrada para ver de perto o que ainda funciona nos hospitais da rede pública de saúde e ter consciência da real capacidade que as instituições privadas têm de absorver os pacientes encaminhados pelo SUS. "Precisamos saber o nível de resposta que os hospitais podem dar a esta situação e como a população está sendo atendida", completa Ferreira.

Os quatro representantes dos médicos foram unânimes em afirmar que a crise está caminhando para um agravamento e que a única forma legal de que dispõem para celebrar os contratos com a Sesap é através das cooperativas. "Conhecemos esta situação. Já vimos um secretário de saúde que não

é médico descontando os seus recalques e querendo fazer com que passemos a receber através dos hospitais. Podemos chamar este filme de *Aparecida 2º*", dizem.

O primeiro hospital visitado foi o Walfredo Gurgel, no qual encontraram pacientes acomodados em cerca de 70 macas espalhadas pelos corredores, oito pacientes esperando por cirurgias abdominais grandes, 15 por cirurgias de redução de fratura e 25 necessitando de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). "Estes que precisam de UTI estão esperando em unidades improvisadas, sem médicos para lhes dar assistência", completa Geraldo Ferreira.

Durante a manhã de ontem foram vistoriados o Hospital Walfredo Gurgel, Hospital do Coração e Natal Hospital Center. Ao longo do dia os hospitais Deoclécio Marques e Antônio Prudente receberam o presidente do Sinmed, o representante da entidade de cirurgia pediátrica de Natal (CIPEN), Manoel Marques, o presidente da Associação Médica do Rio Grande do Norte (AMRN), Alvaro Barros, e o pediatra do Hospital Pediátrico Maria Alice, Arthur Ribeiro. De acordo com eles, o Maria Alice Fernandes não necessita de vistoria, uma vez que seus problemas já são conhecidos por todos.

## IPTU 2009.

*É você ajudando a cuidar bem da nossa cidade.*



Um dos feridos no acidente de sexta-feira ainda está internado no Walfredo

TRÂNSITO

**ASSINE O DN SERIDÓ**  
 SERIDÓ  
 4009 0220

# O POTI CIDADES

EDIÇÃO DOMINICAL DO DIÁRIO DE NATAL, 4 DE JANEIRO DE 2009

TEMPO	
Habilita sua previsão de chuva separada a partir da manhã	
MARÉ	
ALTA	11:44
BAIXA	05:45
LUZ	
Crescente	
TEMPERATURA	
Mínima	23°C
Máxima	29°C

## EFEITO POR SER ESSENCIALMENTE CLÍNICA, ESPECIALIDADE REMUNERA MAL MÉDICOS, QUE COMEÇAM A ABANDONÁ-LA

# Baixos salários esvaziam pediatria

LUÍZ FREITAS  
 DA EQUIPE DE O POTI

**B**aixa remuneração e desvalorização da carreira. Falta de renovação do quadro, mudança de especialidade ou até mesmo de profissão. Essa tem sido a rotina vivida por profissionais essenciais à manutenção da saúde: os pediatras, médicos especializados no tratamento de crianças, que começam a escassear no mercado potiguar. Com dificuldades para manter um consultório e sendo obrigados a mudar de especialidade para obter melhor retorno financeiro, a falta de clínicos pediatras tem levado a uma realidade de consultórios lotados e perda de qualidade no atendimento.

Para o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Simec), Geraldo Ferreira Filho, a raiz estrutural do problema decorre do mecanismo remuneratório dos profissionais. "O pediatra vive basicamente de consultas. Não tem máquinas nem procedimentos que agreguem valor. É o ato médico puro, essencialmente clínico".

"A necessidade do pediatra é suprema. Incluir a pediatria no Programa de Saúde da Família é uma forma de valorizar a especialidade. A pediatria é essencialmente clínica. O paciente pediátrico é diferenciado, com características próprias. É uma especialidade de linha, pediatras como a clínica médica. São os pediatras que fazem o trabalho de filtro, que tratam o grosso da população infantil".

Atualmente o profissional pediatra é remunerado na forma de consultas. Ao atender um paciente, ele será pago por aquele primeiro atendimento, mas o paciente terá direito, no período de um mês, a retornar o seu atendimento. "Esse retorno não é pago. Se o pediatra atende uma criança gripada, será remunerado por essa consulta, mas se o paciente retornar cinco, seis vezes em um mês, não terá nenhum adicional".

Segundo a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Mé-

dicos (CBHM), um conjunto de normas instituídas com base em estudos que buscam melhorar o atendimento em clínicas médicas, uma consulta pediátrica deveria ser remunerada em R\$ 54. Entretanto, a realidade de mercado está longe disso.

"A maioria dos planos de saúde se recusa a adotar a classificação e pagam 26, 28 ou 30 reais por consulta. A Associação Médica Brasileira (AMB) já calculou que um pediatra que faça 200 consultas por mês, terá um faturamento bruto de R\$ 6 mil por mês, mas se for descontar todas as despesas com a manutenção do consultório, sobram menos de 500 reais. Ou seja, o pediatra trabalha para receber pouco mais do que um salário-mínimo. Essa é a razão pela qual há uma grande fuga da especialização e o fechamento de consultórios".

O pagamento dos profissionais da rede pública também não é satisfatório. "Os profissionais que são contratados para trabalhar como pediatras nos ambulatórios ganham uma remuneração de R\$ 520 mais uma gratificação de R\$ 670. Pouco mais de mil reais, o que faz com que o médico não consiga viabilizar-se financeiramente". Segundo o dirigente, a alternativa seria diminuir o tempo de validade da consulta. "A possibilidade de retorno deveria ficar restrita a 15 dias para que se pudesse cobrar uma nova consulta".

Embora não seja valorizada, a pediatria é ainda a segunda especialidade com mais adeptos dentre os médicos que atuam no estado. "A ginecologia e a pediatria lideram. A pediatria responde por cerca de 15% a 17% dos médicos potiguares", Geraldo Ferreira estima que seis pediatras sejam formados por ano. "Mas nas turmas mais recentes já não se encontram mais esses profissionais. Por uma questão mesmo de mercado os estudantes dão preferência às especialidades que tem valores agregados, aquelas que possibilitam ganhar mais com um mesmo paciente por meio de procedimentos, como o uso de equipamentos, exames, utilização de materiais e medicamentos".



Lucinete Silva, pediatra formada há 30 anos, afirma que uma opção hoje pela especialidade se dá apenas "por amor"

## "Pediatras são espécie em extinção"

O pediatra João Bosco Lima Barbosa, 22 anos de formado e especialista em terapia intensiva, compra a especialização em pediatria a um preço-leão dourado. "É uma espécie em extinção". Ele relata que o próprio governo federal está desestimulando a procura pela especialidade ao não colocá-la como integrante do Programa de Saúde da Família (PSF). "O profissional médico tem a oportunidade de ao se formar fazer o PSF mas como a pediatria não faz parte desse programa, a procura pela residência pediátrica vem caindo. A remuneração do pediatra é muito pouca, está defasada justamente porque o profissional não é valorizado", afirma.

"Em tempos de globalização se fala muito em humanização. O pediatra é e deve ser visto como clínico geral das crianças. As demais especialidades di-

videm o homem, enquanto a clínica o enxerga como um todo. Além do mais é a que mais abrange o lado social. Para tratar uma criança, se precisa ver todo o contexto social em que ela vive. O médico que trata a criança não pode vê-la como um adulto em miniatura, pois ela é um paciente com uma condição especial, diferenciada. Quem trata o adulto não trata a criança e vice-versa".

O trabalho no consultório também vem sendo prejudicado, segundo o médico que mantém um consultório há 20 anos. "É mais cômodo para a população procurar atendimento nos pronto-socorros. 90% dos atendimentos nos pronto-socorros não são de urgência nem emergência. A pediatria é essencialmente ambulatorial, mas essa procura pelos pronto-socorros termina esvaziando os consultórios".

De acordo com o médico, "a solução é sempre dividir o consultório com outro colega, com outra vítima. Os que faziam consultório sozinho estão em clínicas ou formaram parcerias. É inviável ficar sozinho. Com esse contexto, o médico recém-formado vslumbra o PSF e não procura mais a especialidade. A valorização está caindo. A saída seria colocar a pediatria no PSF".

João Bosco aponta que por outro lado, há uma demanda reprimida muito grande por vagas em leituras de UTI pediátrica no Rio Grande do Norte. "Há poucos leitos, sempre tem lista de espera. Aqui só temos uma UTI privada, do Papi, e duas públicas, do Varela Santiago e do Maria Alice Fernandes. A cirurgia cardíaca pediátrica também tem bastante demanda". Ele atua na UTI do Varela Santiago e do Papi.

## Médicos reclamam de desvalorização

Médica pediatra com 30 anos de profissão, Lucinete Santos da Silva afirma: "Querir fazer pediatria é por amor. É uma profissão maravilhosa, supergratificante, mas a valorização do pediatra no campo profissional em geral é pequena quando comparada com outros profissionais". Ela cita o exemplo dos médicos anestesiologistas. "Como se trata de um grupo pequeno, eles fizeram uma cooperativa, fazem lobby e conseguiram convencer o governo a lhes pagar uma remuneração melhor. Como o pediatra é um clínico geral infantil, ele não tem o respaldo, a força para fazer esse tipo de coisa".

"Baixa remuneração seria um problema crônico. Em algumas cidades do interior paga-se apenas R\$ 8 reais por consulta ao pediatra, enquanto a um oftalmologista esse valor é de R\$ 32 reais. Isso tem afastado os profissionais que estão iniciando a carreira. Para sobreviver, o pediatra precisa tirar plantões. Mas mesmo assim são plantões básicos, ou seja, o mínimo que se pode pagar por um plantão é o que se paga ao pediatra".

Agora a alternativa dos plantões, outra vertente é a sub-especialização. "As pessoas estão procurando se especializar em dermatologia pediátrica ou em cirurgia infantil, por exemplo. Isso tem feito com que o clínico geral pediatra esteja cada vez mais raro no mercado". Ela fala com a experiência de quem teve que seguir esse caminho. "Eu tive que fazer um estágio em UTI pediátrica para assumir um plantão mais valorizado que o próprio plantão em pediatria", afirma Lucinete, que além de intensivista pediátrica, atua como perita na Junta Médica do Estado e já havia se especializado em medicina no trânsito. O resultado seria uma jornada de trabalho ainda mais atribulada que a de outras especialidades médicas. Ela acumula o trabalho na Junta Médica, com os plantões nas UTIs pediátricas.

## Estudantes já rechaçam especialidade

Segundo a pediatra Maria Spinelli, 27 anos de formada, a pediatria vem sendo bastante penalizada nos últimos tempos. "Na verdade hoje o estudante que sai da faculdade de medicina não tem procurado a especialização em pediatria. A clínica médica não tem tido o mesmo valor de antigamente. Hoje se buscam especialistas ou até mesmo superespecialistas. A pediatria tem perdido espaço para outras especialidades, o que tem levado a um quadro de profissionais cada vez menor. Muitos pediatras estão mudando de especialidade ou até mesmo abandonando a própria Medicina".

consultórios abarrotados e um serviço de pouca qualidade. "A quantidade de pediatras está muito abaixo do que é necessário para a população". A ironia é que a especialidade estaria sendo novamente valorizada, agora pela falta de profissionais. "Estamos vivendo esse momento de valorização porque há uma demanda muito grande. Não faltam pacientes, o problema é a baixa remuneração".

A médica Maria Spinelli classifica os planos de saúde como verdadeiros "atravessadores". "Há um déficit muito grande de profissionais em consultórios e a quantidade deles que oferecem um serviço particular é ainda

menor. Os planos de saúde captam o cliente, fazem o convênio e os encaminham ao médico, repassando o valor da consulta pela tabela mais baixa possível".

Segundo a pediatra, que atua em consultório e trabalha em uma unidade de saúde há 23 anos, a deficiência de médicos pediatras atendendo em consultórios seria um agravante. Maria Spinelli aponta que há uma verdadeira filosofia pronto-socorrista no Rio Grande do Norte. "A quantidade de consultas em pronto-socorro é maior que em outros estados. Muitas das queixas que chegam lá deveriam ser atendidas em um

consultório. O resultado é que o médico do pronto-socorro precisa ser mais agressivo na conduta da consulta para poder dar um diagnóstico da doença. Como trabalha sob pressão e não conhece o histórico daquela criança, ele pede mais exames, o que onera mais o trabalho médico, a cooperativa".

Na cooperativa na qual atua, existem 122 pediatras cooperados, mas muitos já não estão fazendo consultório. "O trabalho nos consultórios fica prejudicado porque como é mal remunerado o pediatra terá que fazer uma consulta mais rápida, para atender mais pacientes".



A pediatra Maria Spinelli, há 30 anos na profissão: estudantes renegam área

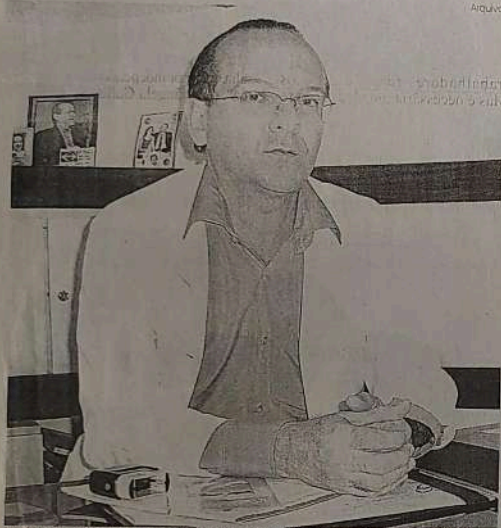
**[ SAÚDE ]** Depois de duas horas de reunião com a prefeita Micarla de Sousa, governadora anuncia medidas para desafogar fila de cirurgias

# Governadora descarta cooperativa e convoca 95 anestesiológicos

O governo do Estado descartou definitivamente a renovação do contrato de prestação de serviços que mantinha com as cooperativas médicas, e vai convocar, por decreto, 95 anestesiológicos para atuarem nos hospitais públicos e conveniados a fim de atender a demanda reprimida

de pacientes à espera de cirurgias de alta complexidade. A decisão foi anunciada ontem, após reunião de duas horas com a prefeita Micarla de Sousa e com representantes dos ministérios públicos federal, estadual e do trabalho para tratar da crise na saúde. Ontem, 42 médicos de várias

especialidades, aprovados em concurso realizado no ano passado pela Sesap, começaram a trabalhar nos três maiores hospitais públicos de Natal - Walfredo Gurgel, Maria Alice Fernandes e Santa Catarina - e também no Deoclécio Marques, em Parnamirim. **[ PÁGINAS 7, 9 E 10 ]**



Levi Jales terá 100 dias para contratar mais médicos para a rede municipal

> MUNICÍPIO

# Secretário de Saúde diz que não descarta contratar cooperativas

ISAAC LIRA  
REDAÇÃO

No seguimento do decreto de estado de calamidade pública em Natal, anunciado ontem à tarde pela prefeita Micarla de Sousa e publicado hoje pela manhã, no Diário Oficial do Município, o secretário municipal de Saúde, Levi Jales, ainda estuda que medidas práticas irá tomar para conseguir restabelecer o atendimento à população nos postos de saúde. A alternativa de um contrato com as cooperativas médicas, que tanta polêmica levantou com relação ao Governo do Es-

tado, não está descartada. "Um convênio com a cooperativa é uma possibilidade, já que é difícil encontrar de uma hora para outra 100 médicos disponíveis", diz Levi Jales. A primeira providência que a Prefeitura de Natal, sob nova administração, está tomando para conseguir encerrar o caos na saúde municipal é a contratação de 100 médicos, embora o secretário Levi Jales admita que o necessário seria 200. "Não podemos atender a esse número porque a situação financeira da Prefeitura não comporta", afirma.

A contratação do novo pessoal tem, de acordo com Levi Jales, um prazo de 100 dias para ser concretizada. Com os 100 novos médicos, entre outros profissionais de saúde, incorporados ao efetivo municipal, já será possível a saída do estado de calamidade pública, com a consequente reabertura dos postos de saúde fechados. Logo após essa meta ser atingida, a Prefeitura pretende abrir concurso na área da saúde. Mas os recursos, que agora já são escassos para fazer as contratações temporárias, ainda serão batalhados. "Mesmo com essa si-

tuação financeira, será possível a contratação porque iremos batizar o dinheiro nos meios cabíveis", afirma. Levi Jales disse não ter fixado ainda um prazo para o concurso. Na prática, o decreto do estado de calamidade diminuir a burocracia necessária para as contratações na área da saúde. A sugestão da medida partiu das próprias entidades médicas ainda no fim da administração de Carlos Eduardo Alves e foi acatada, após estudos na Secretaria de Saúde, pela prefeita Micarla de Sousa.

CRISE NA SAÚDE PÚBLICA

Juíza substituta da 9ª Vara Criminal concede medida cautelar pedida pela Procuradoria Geral do RN; medida faz parte do enfrentamento aos médicos

# Justiça acaba greve dos médicos

Danilo Sá

Repórter de Política

Heracles Dantas

O governo do Rio Grande do Norte venceu a primeira batalha contra os médicos. No plantão do último sábado, a juíza Daniela do Nascimento Cosmo, substituta da 9ª. Vara Criminal, concedeu medida cautelar pedida pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), encerrando a greve dos médicos após 72 dias de paralisação. A decisão de pedir o término do movimento aconteceu na noite de sexta-feira, em reunião marcada às pressas pelo governador em exercício Iberê Ferreira de Souza (PSB) com o secretário estadual de Saúde Pública, George Antunes, e faz parte da posição governamental, de enfrentamento a pressão dos médicos.

Também estiveram presentes os titulares de Segurança Pública, Agripino Neto, e de Administração, Paulo César Medeiros, além de membros da Procuradoria Geral do Estado. O fato vem se transformando em uma verdadeira prova de fogo para Iberê, que assumiu o governo enquanto a governadora Wilma de Faria está viajando pelos Estados Unidos, aproveitando as comemorações de Ano Novo.

A ação foi motivada pela crise gerada após o fim dos contratos com as cooperativas médicas e de anesthesiologistas, em 31 de janeiro, e a inviabilidade do atendimento na rede particular contratada pelo governo, devido à negativa de alguns especialistas a atender pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Em entrevista ao JH PRIMEIRA EDIÇÃO no sábado, o titular da Sesap, George Antunes acusou os anesthesiologistas de não atenderem os casos enviados pelo SUS para a rede privada contratada. Segundo a decisão, os médicos do Estado devem voltar ao trabalho imediatamente sob pena do pagamento de multa de R\$ 100 mil por dia, pelo Sindicato dos Médicos do RN (Sindmed).

A decisão foi expedida por



George acusou anesthesiologistas de não atenderem casos enviados pelo SUS para rede privada

volta das 16h, após posicionamento favorável, inclusive, do Ministério Público. Em um trecho, a magistrada Daniela Cosmo afirma que "o direito de greve não pode sobrepor o direito à vida, este último intimamente relacionado com o direito à saúde e à existência da prestação de serviço de assistência médica, em especial, as de caráter de urgência e emergência".

Daniela Cosmo ainda destacou o código de ética dos médicos, que diz: "É vedado ao médico: deixar de atender, em setores de urgência e emergência, quando for de sua obrigação fazê-lo, colocando em risco a vida de pacientes, mesmo respaldo por decisão majoritária da categoria."

Desde o último dia 30 de dezembro, quando o governador em exercício, Iberê Ferreira de Souza, decretou "Estado de perigo imi-

nente de calamidade pública na rede hospitalar", o governo vem tomando diversas decisões com o objetivo de assegurar o atendimento à população. A primeira medida foi a contratação de dois hospitais privados pela Sesap para realização de cirurgias de urgência e leitos de UTI, que iniciaram os serviços no mesmo dia 31 de dezembro. Na quarta-feira, mais um hospital em Natal e outro em Mossoró passarão a oferecer suporte à rede hospitalar do Estado.

## FORÇAS ARMADAS

A partir da interferência do Secretário de Segurança Pública, Agripino Neto, o Exército cedeu dois anesthesiologistas para viabilizarem a realização de cirurgias em pacientes do SUS neste final de semana, devido à negação de alguns médicos dessa especialidade em realizar procedimentos

contratados pela Sesap. A partir de quarta-feira, outro anesthesiologista será disponibilizado pela Marinha para trabalhar dois dias por semana, com o mesmo fim. O governador em exercício fez o mesmo pedido à Aeronáutica, que não dispõe deste profissional no seu quadro.

Este jornal entrou em contato com o presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira, que também é anesthesiologista. O especialista preferiu não comentar a posição da juíza, por não haver tomado conhecimento ainda do conteúdo da decisão, mas adiantou que "decisão judicial não se discute, se cumpre". Geraldo enfatizou que, apesar do término da greve, a situação "será pouco alterada", porque o problema do setor público "é a falta de recursos humanos".

[ SAÚDE ] Wilma de Faria decidiu convocar anestesistas por decreto após reunião com a prefeita Mícarla de Sousa e o Ministério Público

# Governo estadual vai convocar 95 anestesistas

RODRIGO SENA



Reunião entre a governadora Wilma de Faria, prefeita Mícarla de Sousa e MP definiu pela convocação

O governo estadual está convocando através de decreto os 95 anestesistas dos quadros da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) para atuarem nos hospitais públicos e particulares, conveniados, a fim de atender a demanda reprimida de pacientes que estão à espera de cirurgias de alta complexidade, como no hospital da Liga Norte-rio-grandense contra o Câncer (LNCC), onde a fila é de 900 pacientes. Já na fila da ortopedia, segundo informou a Sesap, o número de pacientes chega a 140.

A decisão da governadora Wilma de Faria saiu depois de uma reunião que durou duas horas entre a prefeita de Natal, Mícarla de Sousa e representantes do Ministério Público Estadual, Federal e do Trabalho. Até às 19:30 de ontem o procurador geral do Estado, José Augusto Peres, colaborava na redação do decreto, que vai trazer uma lista com os nomes dos anestesistas, inclusive aqueles que se en-

contram de férias ou de licença-prêmio, determinando a relocação dos anestesistas nos hospitais onde existem mais demanda por cirurgias.

A imprensa não teve acesso à reunião, mas segundo uma fonte, a prefeita Mícarla de Sousa chegou a propor a contratação temporária de 100 médicos para o quadro de saúde do município, mas a governadora se posicionou contrariamente, inclusive contando com o respaldo do Ministério Público Estadual.

Peres foi escolhido para falar com os jornalistas, tendo informado que outras medidas vão ser tomadas para minimizar a crise da saúde pública no Rio Grande do Norte, como solicitar às Forças Armadas a cessão de anestesistas, até de outros estados, para se juntarem aos três anestesistas do Exército e Marinha que, segundo a Sesap, já estão prestando serviços no Hospital do Coração.

Ele ainda disse que foi reiterado ao governo e ao município que o Ministério Público não concor-

da com a renovação dos contratos com as cooperativas médicas, tanto que além da ação judicial já em curso contra a Coop anest, aquela instituição vai recorrer administrativamente à Secretaria de Defesa Econômica do Ministério da Justiça para que "reconheça a ilegalidade" da Coop anest, a qual fere os princípios do Serviço Unificado de Saúde (SUS), a cujo quadro pertencem 95 dos 135 médicos associados à cooperativa.

Segundo ele, também foi acordado com o município o chamamento dos oito anestesistas do seu quadro de saúde para atender os pacientes que estão na fila de cirurgia.

Outra medida seria a contratação temporária e individual de profissionais da área de saúde pelo estado ou município, por um ano e renovação do contrato pelo mesmo período, até a realização de concurso público: "Desde que os profissionais não feito esse tipo de contrato nos últimos dois anos".

MEDICINA PARA ESCAPAR DA BAIXA REMUNERAÇÃO, ALUNOS RECHAÇAM A ESPECIALIDADE E AUMENTAM ESCASSEZ

# Formandos já fogem da pediatria

A demanda por profissionais pediatras continua intensa no Rio Grande do Norte. Na última quarta-feira, o governo do estado decretou a convocação, em caráter emergencial, de profissionais de seis especialidades médicas consideradas críticas pela falta de recursos humanos. Entre os convocados, estão 23 médicos pediatras aprovados no último concurso da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap), quando a previsão era de apenas seis. O que chama atenção é que as demais especialidades tiveram um acréscimo de convocados, mas no caso da pediatria, todos os aprovados no concurso foram chamados. Por outro lado, os gestores públicos afirmam haver uma dificuldade em conseguir novos profissionais porque poucos pediatras estão sendo formados. Com o número de novos adeptos em queda nos últimos anos, a falta desses especialistas é generalizada, mas a demanda cresce cada vez mais. A reportagem de O Poti foi em busca de averiguar como anda a procura pela formação de novos pediatras no estado, por meio da residência médica da UFRN.



A especialidade, considerada a base do atendimento médico, está esvaziada

LUÍZ FREITAS DA EQUIPE DE O POTI

No dia 31 de janeiro, a residência médica da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) estará formando cinco novos profissionais pediatras. Outros sete estão indo para o segundo ano de residência. Para a médica Nivea Maria Rodrigues Arraes, coordenadora da residência médica desde 2007, a procura pela residência médica anda bastante baixa e era imensamente maior há 20 anos atrás.

borada, desgastante. O tempo de consulta é muito maior e o valor pago é pequeno. Ultimamente existe um interesse muito grande por especialidades que têm procedimentos, como um ultrassom ou um eco-cardiograma, onde na consulta em si se consegue uma remuneração maior, tanto no sistema privado como no SUS. Quando se pensa no futuro, na remuneração, os estudantes têm optado por especialidades mais voltadas para esses procedimentos".

Com duração de dois anos, a especialização em pediatria básica é feita no Hospital de Pediatria Eriberto Bezerra e na Maternidade Escola Januário Cicco, além de estágios complementares fora desse ambiente, na UTI pediátrica do hospital Várzea Santiago e nos pronto-socorros dos hospitais Maria Alice Fernandes e do Walfrido Gurgel. Os alunos do segundo ano podem ainda fazer um estágio opcional de um mês em algum serviço fora do Rio Grande do Norte.

Para a nova turma foram ofertadas 10 vagas. Doze candidatos prestaram o concurso e foram aprovados. "Praticamente todas as vagas foram preenchidas. Espero que os oito primeiros colocados assumam essas vagas e realmente cursem a residência até o fim. Se formos considerar os que se formam aqui e mais os que vêm de fora, a procura está realmente baixa. Dos oito que passaram, cinco são de fora".

ESPECIALISTA  
Pediatria há 22 anos, médica convocada da UFRN na área de neonatologia, a coordenadora Nivea Arraes lembra que a pediatria é fundamental em um país com uma quantidade de crianças e de mortalidade muito alta, o que exige todo trabalho e empenho em ações

para redução da mortalidade infantil, da desnutrição, de sequelas por alterações perinatais. O pediatra é esse profissional com quem se precisa trabalhar e deve ser experiente, qualificado e bem remunerado". Nivea Arraes ressalta a condição diferenciada da consulta pediátrica. "A pediatria envolve muita responsabilidade. A consulta é demandada, cheia de detalhes, tem um enfoque diferenciado. Enquanto consultas de outras especialidades são mais objetivas, levando de cinco a dez minutos, um atendimento pediátrico bem feito levará no mínimo de 20 a 30 minutos. É uma consulta diferente, que requer outra especialidade no ar, que irá abordar temas como a prevenção de acidentes ou a vacinação".

**Proteja seu Futuro**

**VESTIBULAR AGENDADO**  
Terças e Quintas

**NOVA ESTRUTURA COM:**

- Internet banda larga.
- Infraestrutura poliesportiva.
- Todas as salas de aula com datashow.

**VESTIBULAR 2009.1**  
Inscrições: [vestibular.mauriciodennassau.edu.br](http://vestibular.mauriciodennassau.edu.br)

**PROVAS 25/01, DAS 8h ÀS 12h.**

**Faça parte do maior Grupo Universitário do Nordeste.**

ADMINISTRAÇÃO • CIÊNCIAS CONTÁBEIS • PEDAGOGIA • DIREITO

**FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU**  
FAZENDO PARTE DA SUA HISTÓRIA

**educed**  
CENTRO DE ESTUDOS DE SAÚDE

CAMPUS NATAL - Av. Engenheiro Roberto Freire, 1514, Capim Macio - (84) 3344.7800

**Opção, quando vem, desconsidera remuneração**

Para uma das concluintes da residência pediátrica, a médica Thais Reboças, 30, a pediatria foi uma escolha consciente, desde o início do curso. "Fiz a opção pela pediatria por gostar mesmo dessa área. Não levei em consideração a questão da remuneração. Já ingressei na faculdade de medicina sabendo que iria seguir essa especialidade. Para mim, é mais fácil lidar com crianças do que com adultos. A recompensa e o reconhecimento é maior".

Para ela, o momento é de mudança e valorização da categoria. "A expectativa está boa. Estamos começando, brigando por nosso espaço. Com essa falta de profissionais, a procura está maior. Isso deveria fazer com que haja um maior reconhecimento do pediatra, que os salários melhorarem".

A mudança já estaria sendo sentida num crescimento da procura pela residência. "Na faculdade ninguém aconselhava que eu seguisse a pediatria. Falavam da baixa remuneração, de que o mercado estava saturado. Minha família me apoiou sempre no que decidi. Quando fiz o concurso para a residência pediátrica, em 2007, eram oito vagas mas apenas cinco pessoas ingressaram, e delas três eram de fora. Agora todos estão terminando a residência. No novo concurso, 12 médicos médicos se inscreveram e teoricamente todas as vagas foram preenchidas".

Thais continuará na residência pediátrica, se especializando em neonatologia. "Prefiro ficar a nível de UTI. Como não temos essa residência, optei pela neonatologia por me identificar mais com a parte de recém-nascidos do que crianças maiores".

**Crise leva à convocação de 23 pediatras**

Com a decretação do estado de calamidade pública nas instâncias estadual e municipal da saúde em Natal, as ações começaram a se voltar prioritariamente para a especialidade pediátrica. Isso porque ela é uma das seis especialidades médicas consideradas críticas nos serviços públicos de saúde no Rio Grande do Norte.

131 profissionais médicos foram convocados em caráter emergencial, após o concurso realizado pela Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap) e serão lotados em hospitais da Grande Natal. Foram convocados todos os 23 pediatras aprovados, quando o concurso previa a nomeação de apenas seis. A nomeação foi determinada pela governadora Wilma de Faria e publicada no Diário Oficial do Estado

desta última quarta-feira, permitindo que sejam incluídos na folha de pagamento do mês de janeiro, desde que assumam imediatamente suas funções.

**SMS**  
No município, a Secretaria Municipal de Saúde deverá contratar 100 médicos nos próximos seis meses, período de duração do estado de calamidade. Os pediatras também estão incluídos nessa parcela. "Estamos fazendo um levantamento das necessidades para preencher as vagas de acordo com as maiores necessidades. Esses profissionais serão alocados em postos de saúde, maternidades e pronto-socorros, para prestar assistência de melhor qualidade para a população", afirma o secretário Levi Jales.

"Vamos priorizar a pediatria. É uma especialidade que tem sofrido e que tem muita importância para a rede básica. Os pediatras serão prestigiados, vamos melhorar a situação dessa especialidade", garantiu. A falta de profissionais no mercado seria a grande dificuldade. "Estamos formando poucos profissionais pediatras. Consequentemente temos poucos pediatras no quadro. Todos os aprovados do último concurso já foram convocados. Fizemos uma outra seleção e temos mais nove profissionais para serem contratados, mas isso depende de autorização legal". A saída encontrada é a centralização. "Buscamos centralizar o atendimento, tendo o Sândra Celeste como referência. A intenção é de fazer isso também na maternidade Leide Moraes".

O secretário de Saúde de Natal, Levi Jales, esforça para melhorar



**TEMPO HOJE**  
Dia parcialmente nublado  
Máx. 35,9°C - Mín. 24,2°C

**TÁBULA DE MARES**  
Maré alta  
09h13 e 18h29  
Maré baixa  
03h34 e 12h08

**FEIRAS-LIVRES**  
Alcortim Feje  
836 Bancas/437 feirantes  
Felipe Camarão  
83 Bancas/57 feirantes

**ABERTURAS**  
Parque do Sul (Roraima)  
Parque do Norte (Araguaia)  
Alta Luz

**FASES DA LUA**  
O Crescente Feje  
Cheia amanhã  
Minguante: 17:01  
Lua Nova: 26:01

**DIRETOS**  
Julz de Nísia Floresta,  
Marcus Vinícius fala sobre  
os 21 presos foragidos.  
PÁGINA 13



Editora Interim: Emília Felipe  
e-mail: pazeira@tribunadonorte.com.br  
**NATAL - RIO GRANDE DO NORTE**  
Sábado - 10 de janeiro de 2009

**[CRISE NA SAÚDE]** Contrato com a cooperativa de neonatologistas que atende a Januário Cicco - a maior do Estado - pode não ser renovado e atendimento já será reduzido na próxima semana, trazendo risco de sequelas às mães e aos bebês

# Quadro da maternidade está deficitário

A crise da saúde pública já atinge a Maternidade Januário Cicco, localizada em Petrópolis, a maior unidade de atendimento neonatal no Estado. Os atendimentos já estão comprometidos e a situação será ainda mais grave caso o contrato firmado com a cooperativa dos neonatologistas, a se encerrar no próximo dia 15, não seja renovado pela Fundação Norte-riograndense de Pesquisa e Cultura (Funpec), órgão vinculado à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que também é a mantenedora da unidade hospitalar.

O diretor geral da maternidade, o médico Kleber Moraes, disse que houve uma rescisão unilateral do contrato, por parte da Cooperativa dos Neonatologistas (Cetitem). Apesar da data de renovação estar prevista para a próxima semana, o contrato só se encerra a 1ª de março deste ano.

Kleber Moraes explicou que já comunicou o ocorrido aos gestores da saúde no Estado e em Natal, além do Ministério Público, Conselho Regional de Medicina (CRM) e ainda ao reitor da UFRN, Ivonildo Rego. Ele disse que a partir da próxima semana a maternidade vai reduzir o atendimento na UTI neonatal de 22 para 10 leitos, bem como não poderá receber parturientes oriundas do interior e de outras maternidades do município.

Moraes ainda informou que a UFRN tem em seus quadros 10 neonatologistas, mas só oito estão à disposição, porque um está de licença e outro foi cedido ao governo estadual, número insuficiente para atender toda a demanda daquela unidade de saúde. "É impossível fechar a escala de plantão para fazer o atendimento em toda a sua plenitude", disse ele, para informar que os neonatologistas cooperados respondiam por 60% do atendimento na maternidade.

O médico Moisés Santos procurou a TRIBUNA DO NORTE, já preocupado com essa situação, porque "as escalas de plantão já estão com as ausências dos neonatologistas", o pediatra especializado em receber os bebês nos primeiros momentos pós-parto, "que é fundamental para a vida do bebê".

Moisés Santos explicou que na escala normal sempre estão três neonatologistas, um na UTI, outro na sala de parto e mais um no centro cirúrgico. Por conta do fim desse contrato, ele acredita que já neste fim de semana só fique um neonatologista de plantão.

Segundo Santos, por ser uma unidade complexa, parte dos casos que chegam são "graves", por

Na próxima semana a maternidade vai reduzir o atendimento na UTI e não poderá receber parturientes oriundas do interior"

**KLEBER MORAIS**  
diretor da Januário Cicco

isso o risco imediato de sequelas - "é praticamente de 100%" - que por trás alguns pacientes preocupa mais que os casos de outros hospitais, onde alguns tipos de cirurgias, podem ser adiados por uma semana.

"O que a gente não pode é ser omissos", continuou, achando que já na segunda e terça-feiras da próxima semana, nem todos os neonatologistas devem comparecer à maternidade, o que, segundo ele, pode sobrecarregar o trabalho dos obstetras que realizam partos.

A reportagem tentou entrar em contato com a Funpec, mas o superintendente, José Luiz, não estava na fundação no fim da tarde de ontem e o número do telefone celular dele não foi fornecido pela instituição.

JÚNIOR SANTOS



Kleber Moraes diz que cooperativa rescindiu o contrato unilateralmente

**VALEU A PENA ESPERAR.**  
AS CONCESSIONÁRIAS CHEVROLET REABRIRAM  
COM VANTAGENS IMPERDÍVEIS PARA VOCÊ.



**CELTA 1.0 LIFE 2 PORTAS 70CV 2009**

NOVO PREÇO COM IPI REDUZIDO

AR-CONDICIONADO  
à vista **R\$ 24.990,**



**CLASSIC 1.0 LIFE 72CV 2009**

NOVO PREÇO COM IPI REDUZIDO  
à vista **R\$ 24.990,**

**PRISMA 1.4 Joy 97CV 2009**

NOVO PREÇO COM IPI REDUZIDO  
à vista **R\$ 34.869,**



**MERIVA 1.4 Joy 105CV 2009**

NOVO PREÇO COM IPI REDUZIDO

à vista **R\$ 43.549,**

Celta 1.0 Life 2 portas (52.089) + IPI, frete, com ar-condicionado de fábrica, sem nenhum outro opcional, à vista R\$ 24.990,00. Classic 1.0 Life (54.999), estoque, sem nenhum opcional, à vista R\$ 24.990,00. Prisma 1.4 Joy (50.849) + IPI, frete, com ar-condicionado de fábrica, direção hidráulica (93337265), vidros elétricos dianteiros (93377752) e travas elétricas (94708123) originais de fábrica instalados na concessionária, sem nenhum outro opcional, à vista R\$ 34.869,00. Meriva 1.4 Joy (51.759 + IPI), estoque, com ar-condicionado, direção hidráulica, vidros elétricos, travas elétricas e alarme, sem nenhum opcional, à vista R\$ 43.549,00. Estes valores estão em conformidade com o PROCONVE - Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores. Preserve a vida. Um certo de segurança. Imagine Autêntica, não condizentes necessariamente com a modalidade oferta. Todos os modelos anunciados são com pintura sólida, ano fabricação 2008 / Ano modelo 2009. Frete incluso. Promoção válida nas Concessionárias Chevrolet participantes de acordo com a disponibilidade do estoque de cada concessionária até 09/01/2009. www.chevrolet.com.br - SAC: 0800 702 4200.

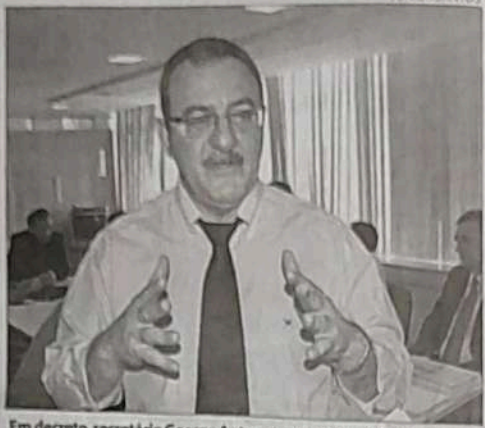


**CONTINUAÇÃO DA CAPA** | Demanda reprimida de pacientes que esperam cirurgias devido à crise foi um dos motivos que levaram à medida, mas convocados também vão completar as escalas das unidades do Estado

# Médicos vão para hospitais privados

Na próxima segunda-feira, às 15h, a Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) irá reunir os 89 anestesiológicos, funcionários do Estado, convocados emergencialmente pela governadora Wilma de Faria para suprir a deficiência desses profissionais, após o fim do contrato com a cooperativa de especialidade (Coopanest). Durante este final de semana serão elaboradas as escalas e definido o destino de cada um, porém já é certo que parte deles vai atuar nos hospitais privados conveniados ao SUS.

A assessoria de imprensa da Sesap informou que a prioridade será recontratar os especialistas para unidades públicas, porém alguns médicos devem ser transferidos para os hospitais particulares, conforme orientação do Ministério Público, para atender as cirurgias eletivas e também a demanda extra por urgências de pacientes do SUS. A medida é necessária uma vez que diversos hospitais onde se realizavam os procedimentos eletivos estão sem atender-los, após o fim do contrato do Estado com a cooperativa (casos do Irem, Memorial, Médico Ciniúglio e o Hospital da Liga).



Em decreto, secretário George Antunes convocou médicos em férias

Ao mesmo tempo, unidades recém-contratadas para receber a demanda extra por emergências também não contavam com esses especialistas em seus quadros (Hospital do Coração, Natal Center e Antônio Prudente) e não estão conseguindo fazer com que os anestesiológicos participem das cirurgias dos pacientes do SUS. Até a última quinta-feira, somente o Hospital do Coração vinha realizando os procedimentos, gra-

ças ao envio de profissionais das Forças Armadas.

A portaria assinada pelo secretário George Antunes foi publicada ontem no Diário Oficial do Estado e prevê sanções para o servidor que não atender à convocação: "será considerado falta grave, ficando sujeito às penalidades legais." Alguns hospitais públicos, como o Maria Alice Fernandes, ainda não sabem se receberão novas equipes com a con-

vocação desses profissionais. Contudo, a diretora técnica, Larissa Brasil, confirmou que até a manhã de ontem cinco pediatras aprovados no último concurso já se apresentaram. Eles devem começar a trabalhar na segunda-feira e serão suficientes para restabelecer o quadro de especialistas, que estava prejudicado desde o final do ano, com a dispersão das cooperativas.

"Estamos superando a parte mais difícil e praticamente todos os plantões do mês voltaram a ser três pediatras", ressaltou Larissa Brasil. A quantidade é importante, uma vez que em janeiro de 2008 o Conselho Regional de Medicina promoveu a interdição ética do pronto-socorro do hospital, por só contar com dois pediatras por plantão na época. Por outro lado, os pacientes que necessitam de cirurgia continuam sendo encaminhados ao Walfredo Gurgel. Esse é o hospital onde estão lotados os cirurgiões pediátricos do Estado e foi a alternativa encontrada diante do fim do contrato com a cooperativa da especialidade (Cipem), da qual faziam parte todos os nove médicos especialistas que atuavam no Maria Alice Fernandes.

## Cooperativa está aberta à negociação

O presidente da Coopanest, Madson Vidal, reforçou ontem a posição de que não há qualquer dificuldade em discutir com a Sesap um novo contrato, basta que para isso a entidade seja convocada a sentar à mesa de negociação. Ele lamentou, porém, o que chamou de "tentativa de confundir a opinião pública" no que diz respeito às declarações que têm sido dadas com relação à não renovação do contrato da secretaria com a cooperativa. "O contrato com a gente terminou dia 31 e não temos mais nada a ver com o que está acontecendo", lembrou o médico.

Sobre a afirmação do procurador Geral de Justiça, José Augusto Peres, de que o Ministério Público vai recorrer à Secretaria de Defesa Econômica do Ministério da Justiça para que se "reconheça a ilegalidade" da Coopanest, alegando que a entidade fere os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), Madson Vidal não demonstrou maior preocupação.

Isso porque o MP já move na Justiça uma ação com essa finalidade e, segundo o presidente, não teve seu pedido atendido em primeira instância, uma vez que em novembro o juiz Edilson Pereira negou a liminar pedida pelos promotores.

"O juiz deixou claro que não há nada ilegal nesses contratos e ainda lembrou que o importante é garantir o atendimento à população", lembrou Madson Vidal. O presidente torce que medidas sejam tomadas rapidamente, para que a população não seja penalizada. O contrato do Estado com a Coopanest vigorava há 12 anos e os cooperados participavam de cerca de 1.600 procedimentos por mês nos hospitais públicos e privados ligados ao SUS.

Além da entidade, também não foram renovados os contratos com as cooperativas dos Médicos (Coopmed) e dos Cirurgiões Pediatras (Cipem). Juntas, as três reuniam mais de 500 profissionais de mais de 20 especialidades, que realizavam 2,5 mil procedimentos mensais.

## Promotoria apoia medidas do governo

O Ministério Público foi o principal defensor da não renovação do contrato do Governo do Estado com as cooperativas médicas e hoje vem apoiando as medidas tomadas pela Sesap. Ainda assim, a promotoria de Defesa dos Direitos à Saúde, Elaine Cardoso, reconhece que "não é um momento fácil". Ela acredita, porém, que as ações que vem sendo adotadas devem surtir efeito e mantêm a posição contrária à renovação dos antigos contratos com os cooperados.

"Existem algumas dificuldades, mas estão aparecendo as alternativas", enfatiza. Além da convocação e redistribuição dos anestesiológicos da rede estadual, Elaine Cardoso destaca opções como a dos contratos temporários. Através desse instrumento, o Governo do Estado poderá, graças à decretação de calamidade pública, firmar acordo diretamente com cada médico, ao invés de tratar exclusivamente com uma entidade como a cooperativa.

Ela confirmou que o MP acatará a decisão da Sesap de enviar anestesiológicos de seu quadro para realizar atendimentos em hospitais privados, desde que se tratem das unidades contratadas pela secretaria, ou as já conveniadas ao Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, a promotoria lembrou que foi aberta a possibilidade de o governo potiguar buscar ajuda em outros Estados, caso seja necessário.

Desde o último sábado, a Sesap já convocou para nomeação imediata 131 médicos aprovados no último concurso público, dentre os quais 31 anestesiológicos, 17 ortopedistas, 23 pediatras, 19 cirurgiões, 18 intensivistas adulto e três infantil. A rede hospitalar estadual está contando também com o apoio de anestesiológicos da Marinha e do Exército.

Quatro hospitais privados, três em Natal e um em Mossoró, foram contratados para receber pacientes de UTI e atender as emergências (esse último serviço tem sido prejudicado porque os anestesiológicos não estão aceitando participar desses procedimentos).

**LICENÇA AMBIENTAL**  
As Lojas Riachuelo S/A, CNPJ: 33.200.056/0219-01, torna público, conforme a Resolução CONAMA N° 237/97, que requereu à SEMURB em 23/12/08, através do Processo N° 23878/2007-18, a Licença Ambiental de Operação para funcionamento de comércio varejista com 7782,54m², situado na Rua João Pessoa, 254, Cidade Alta Natal, RN, ficando estabelecido um prazo de 05 (cinco) dias para solicitação de qualquer esclarecimento.

**COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE - CAERN**  
RESULTADO DE JULGAMENTO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 08.0035 - CEF S  
AVISO

A Comissão Permanente de Licitação - CPL, no uso de suas atribuições legais, torna público que após análise das Propostas Técnicas julga-se Aptas e Classificadas para 3º Lugar de Contato a empresa, **HIDROCONSULT CONSULTORIA, ESTUDOS E PROJETOS S/A** e desclassificadas as empresas: **MIRAGE ENGENHARIA LTDA** e **ACQUATTOOL CONSULTORIA S/LTDA**. Prazo recursal na forma da Lei.

Natal, 09 de Janeiro de 2009  
**Maria Alice Ferreira Sena**  
Presidente da CPL.

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
R. São João, 388/310 DA 1ª VARA CIVIL - COMARCA DE NATAL

Processo: 003.04.017534-0  
Autor: Companhia em Falência  
Autor: Bráulio Vidal e Bráulio Vidal S/A  
Reu: João Maria Marinho de Vasconcelos & Associados

## Sindicato vai entrar com ações na Justiça na próxima semana

O presidente do Sindicato dos Médicos (Sinmed), Geraldo Ferreira, confirmou que a entidade de classe irá ingressar na Justiça, na próxima semana, com ações para tentar solucionar a crise surgida entre poder público e entidades médicas após o fim do contrato da Sesap com a Coopanest, Coopmed e Cipem. A decisão foi tomada em uma assembleia realizada na noite de quinta-feira, na Associação Médica, da qual participaram dirigentes das cooperativas, das entidades e diversos profissionais.

"Decidimos levar a questão à Justiça porque vimos que é o melhor caminho diante da radicalização das posições. Radicalização não de nossa parte, que continuamos abertos ao diálogo, mas principalmente do governo e do Ministério Público", explicou Geraldo Ferreira.

Ele lamentou, mais uma vez, que as cooperativas estejam sendo colocadas como "vilãs" perante a opinião pública e reconheceu que a "categoria está se sentindo agredida". O sindicalista lembrou que em diversas oportunidades o poder público foi orientado, inclusive pelos promotores de Justiça, a montar uma estrutura de atendimento da população, mas nunca atendeu as recomendações.

De acordo com Geraldo Ferreira, o sentimento geral na assembleia foi de que a hora é de "pôr os pés no chão" e buscar na Justiça um mediador eficaz para a crise. "A discussão já deixou de ser racional. É o momento de parar esse bate-boca e tentar uma solução pelo caminho devido", defendeu, lembrando que representantes da Ordem dos Advogados do Brasil participaram da assembleia e dizendo crer que a entidade pode contribuir com a discussão.

MARIA DE JESUS FERREIRA DE SOUZA

**[ SAÚDE ]** Impasse sobre contratos com cooperativas médicas atinge a Maternidade Januário Cicco. Leitos na UTI neonatal serão reduzidos

# Cooperativa rescinde contrato e MEJC fica sem neonatologistas

RODRIGO SENA

A crise da saúde pública já atinge a Maternidade Januário Cicco, a maior unidade neonatal do Estado. O diretor geral da maternidade, Kleber Morais, confirmou a rescisão unilateral do contrato por parte da Cooperativa dos Neonatologistas. A

partir da próxima semana a maternidade vai reduzir o atendimento na UTI neonatal de 22 para 10 leitos e não poderá receber parturientes oriundas do interior e de outras maternidades do município. A UFRN conta com 10 neonatologistas,

mas só oito estão à disposição. Na próxima segunda-feira (12), a Sesap espera reunir os 89 anestesiólogos, funcionários do Estado, convocados emergencialmente pelo governo para suprir as necessidades dos hospitais públicos. **[PÁGINAS 9 E 10]**

> SAÚDE NO RN

# "Cooperativas médicas são a única saída, mas defendemos a realização do concurso público"

Hercules Cortez

"Cooperativas médicas são a única saída". É o que continua a afirmar o presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte (Sinmed-RN) e médico anestesiológico, Geraldo Ferreira, só que, desta vez, como alternativa provisória ao déficit de especialistas nas redes pública e privada do Estado. As cooperativas, que antes defendiam a "terceirização" dos serviços como um complemento para o Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que os contratos já se renovavam há 12 anos, já ponderam a continuidade contratual como uma situação intermediária neste o período de calamidade pública na Saúde potiguar e natalense. Durante a reunião com a Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa ontem, segundo Geraldo, os deputados se propuseram a criar uma legislação para autorizar a contratação de serviços com qualquer natureza em casos extremos, como o atual. "Mesmo assim, a bandeira do movimento médico é o concurso público, como uma maneira definitiva de resolver o problema da falta de pessoal", ressalva.

O presidente do Conselho Regional de Medicina do RN (Cremern), Luis Barbalho, também de-



Geraldo Ferreira (Sinmed) vê os contratos como uma solução provisória

fende uma solução intermediária para o período emergencial. "Os contratos poderiam ser renovados até que fossem adequados às recomendações do Ministério Público", sugere. No entanto, por enquanto, o consenso em acabar com o "monopólio" das cooperativas médicas no RN é fato entre as diversas esferas do poder público, como secretarias

e conselhos estaduais e municipais e MP, que são contrários à prestação de serviços dos profissionais médicos por meio de contratos com empresas.

As cirurgias eletivas (marcadas com antecedência) são as mais prejudicadas pela falta de médicos, contratados ou servidores públicos. No Hospital Universitário Onofre Lopes



No Hospital Onofre Lopes, os transplantes de órgãos estão suspensos pela falta tanto de doadores como de anestesistas

(HUOL), o trabalho no setor de transplantes de órgãos está parado, primeiramente, porque não existiram doadores nos últimos dias e também pela ausência de anestesistas especializados. "O último transplante foi há 15 dias e, neste intervalo, não houve mais doadores. Não chegamos a perder órgãos, mas se surgir e não tivermos o profissional

isso pode acontecer. Esta situação limita ainda mais os transplantes no Estado", explica o cirurgião Antônio Medeiros. Ele informa ainda que a Central de Transplante não conta com escala de anestesistas para a retirada de órgão há dois anos. Com isso, os plantonistas do Clóvis Sarinho é que são, atualmente, acionados para a finalidade. Em um

ano e meio, seis transplantes de fígado, por exemplo foram realizados na unidade - número pequeno se comparado à média nacional, que prevê de 4 a 7 por milhão de habitante. O RN, portanto, deveria fazer de 12 a 18 procedimentos por ano, se houvesse uma política efetiva para favorecer o transplante no Estado. (TC)



**MAIS EMPREGO** A contratação de funcionários efetivos para o quadro da Prefeitura de Parnamirim é uma das prioridades do prefeito Maurício Marques (foto), PÁGINA 7

COOPERATIVAS Procurador geral de Justiça do RN foi procurado por deputados estaduais e espera encontrar brechas na legislação

# MP admite possibilidade de novo contrato

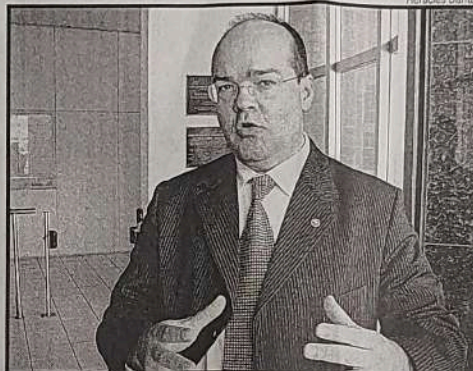
A crise na saúde pública do Rio Grande do Norte, deflagrada mesmo antes da extinção dos contratos firmados entre o governo do Estado e as cooperativas médicas, parece mesmo estar longe de um fim. Ao final da reunião realizada no início da tarde de ontem, desta vez envolvendo membros da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa do Estado e o procurador geral de Justiça, José Augusto Peres, o representante do Ministério Público já admite uma possibilidade de a governadora Wilma assinar um novo contrato, em caráter excepcional, com as Cooperativas dos Anestesiologistas, Pediatras e dos Médicos (Coopmed). A promotora da Saúde, Elaine Cardoso, e os secretários estadual (George Antunes) e municipal de Saúde (Levi Jales) também participaram da reunião.

"O MP continua entendendo que a forma como os contratos eram feitos ainda há ilegalidade. Mas os deputados Leonardo Nogueira, Ze Dias e Getúlio Rêgo, membros da Comissão de Saúde da Assembleia, nos colocaram a urgência da crise. Por isso resolvemos buscar brechas

na legislação que permitam, em caráter excepcional, que um novo contrato seja assinado entre o Estado e as cooperativas", declarou Peres, com exclusividade, ao JH PRIMEIRA EDIÇÃO.

O procurador revelou ainda que, para encontrar essas brechas, membros do MP voltarão a se encontrar com a assessoria jurídica do Governo, em reunião agendada para a próxima terça-feira (13), em busca dessa possibilidade. "Não estou afirmando que isso é fato concreto, mas se depararmos com essa oportunidade, esse novo contrato só será firmado por um período de 90 dias, não mais que isso", afirmou.

Logo que a reunião entre os membros da Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa e os representantes do Ministério Público foi encerrada, por volta das 14 horas, o presidente da Cooperativa dos Médicos (Coopmed) e do Sindicato dos Médicos do RN (Sinmed), Geraldo Ferreira,



Procurador José Augusto Peres: nova reunião na próxima terça-feira



Médico Geraldo Ferreira: fim do impasse depende agora de Wilma

"Fim da crise está nas mãos da governadora", diz presidente da Coopmed

comemorou a notícia.

Por telefone, Geraldo mostrou-se entusiasmado com a possibilidade das cooperativas assinarem um novo contrato com o Estado e depositou, segundo ele mesmo disse, nas mãos da governadora o fim da crise na saúde. "A reunião foi muito boa. Agora está

nas mãos da governadora a decisão de acabar com a crise", instigou.

Ainda segundo o presidente da Coopmed, se a governadora assinar o novo contrato, imediatamente os cooperados retornarão a prestar os serviços à rede pública estadual e a crise, em no máximo duas se-

manas, estará sob controle. "É claro que uma crise como essa, que ganhou dimensões desproporcionais, não acaba assim. É preciso uns quinze dias para atender toda a demanda reprimida", explicou.

O JH PRIMEIRA EDIÇÃO também entrou em contato com a Secretaria de Comuni-

cação do Governo do Estado. Por telefone, o secretário Rubens Lemos Filho mostrou-se surpreso com as declarações de Geraldo Ferreira e disse que a governadora Wilma de Faria só se pronunciará, sobre qualquer decisão, quando for comunicada oficialmente pelo Ministério Público.

# A hora é de jogar o jogo

O assunto da hora é a saúde pública que, segundo as autoridades, enfrenta tanta dificuldade que o jeito mesmo foi decretar calamidade pública.

Há muita carência, sim, na área, mas há, também, convenhamos, um desejo embutido, no caso de Natal, de atribuir à gestão passada toda a responsabilidade pela situação do setor.

Ontem mesmo o secretário de Saúde de Natal apresentou um relatório mostrando que há duas unidades fechadas, uma em Mãe Luiza e outra nos Guarapes. E qual a novidade?

As interdições foram amplamente divulgadas pela imprensa, os jornais já mostraram o prejuízo que aquelas comunidades sofrem com o fechamento desses postos e a urgência com que merecem ser tratados.

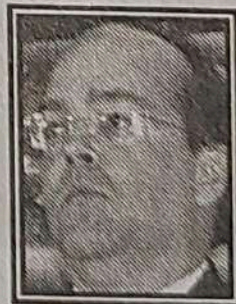
A nova gestão já assumiu. Boa ou má, é essa a cidade que terá de administrar. Precisa pensar em reativar essas unidades o mais rápido possível e não somente em apontar os erros da administração anterior.

No caso da maternidade da Zona Norte, por mais incompleta que esteja, não se pode discutir sua importância para aquela região. Fazia tempo que os moradores dali pediam a obra. O bom funcionamento dela, certamente, vai ajudar a atual administração. Por isso, se foi entregue incompleta, se falta algo, que seja concluída e posta para funcionar. É isso que o povo espera que a prefeitura faça

O julgamento da gestão passada, como gostam de repetir os políticos, já foi dado nas urnas - então, que se arregacem as mangas.

No caso do estado, a calamidade na saúde foi decretada principalmente por causa do fim do contrato com a cooperativa dos anestesistas. Não custa lembrar que a criação de cooperativas, em dado momento, foi até estimulada por autoridades da saúde, como forma de melhorar o atendimento. O que era solução hoje, então, é problema? Então que se defina uma política de saúde, clara. E vamos jogar o jogo. Chega de tapetão.

**“ VEMOS QUE A COOPERATIVA ATUA DE FORMA ILEGAL PORQUE DESVIRTUA DA ATUAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE”,**



do procurador geral de Justiça, José Augusto Peres, ao se referir à Cooperativa dos Anestesistas

# “pedi”...

A série de reportagens que O POTI vem publicando sobre a pediatria no Rio Grande do Norte deveria servir como forte motivo de reflexão para uma série de agentes envolvidos na questão: universidades, governo, cooperativas médicas, professores e estudantes de medicina. Em resumo, é esse o quadro: fica, a cada dia, mais difícil encontrar pediatra nos consultórios, clínicas, maternidades e hospitais públicos e privados. De outro lado, a explicação para essa situação é dolorosa: a pediatria não rende o suficiente para estimular os formandos a optarem por essa especialidade. Vamos agora a um pouco de história. Há muito tempo - há muito tempo mesmo - medicina era um sacerdócio. Bom, fora o sacerdócio religioso, a verdade é que nenhuma profissão pode ser apenas um...



# ...o quê?

... porque ela inclui também a sobrevivência do “sacerdote”. Até aí, tudo bem. Mas é de se considerar que nenhuma profissão existe apenas para enriquecer os seus praticantes, e nisso os estudantes precisam pensar antes de se decidirem por uma prática tão social e humana quanto a medicina. Do seu lado, as universidades precisam repensar o que estão ensinando aos seus alunos que não conseguem transmitir a eles motivação que não seja a monetária. Dinheiro é importante, sim, mas não é tudo. Ou não deveria ser. De uma quarta visão, os governantes precisam rever suas políticas salariais e de estímulo a profissionais tão importantes para um país desigual quanto o Brasil. Talvez se todos buscarem o interesse maior se ache uma alternativa. Ah!... Se alguém aí que procura só dinheiro esqueceu, o interesse maior se chama saúde das crianças. Ou não?

VAI E VEM JUSTIÇA DETERMINA FIM DA PARALISAÇÃO DOS MÉDICOS, MAS SINDICATO VAI RECORRER DA DECISÃO AMANHÃ

# Sindmed luta para manter greve

## MP e conselhos apoiam secretário

O Sindicato dos Médicos (Sindmed) anunciou que vai recorrer da decisão judicial que põe fim à greve dos médicos da rede estadual de saúde.

A decisão foi dada pelo juiz federal Sérgio de Souza, presidente do Juízo da Saúde. A paralisação já durava 74 dias inintermitentes, quando no início da tarde o presidente do Sindmed, Geraldo Ferreira, foi oficialmente notificado da decisão da Justiça. Até então, os médicos continuavam em escala de greve. Entretanto, a presidente do sindicato informou que estava mesmo encaminhando a decisão aos grevistas, para reestabelecer a escala normal.



O presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira, insiste na paralisação

A juíza substituta Daniela do Nascimento da 9ª Vara Criminal, em plantão no sábado passado, julgou favorável a medida cautelar em que a Procuradoria Geral do Estado pediu o fim da paralisação. A decisão determina a volta imediata dos profissionais sob pena de multa diária de R\$ 100 mil ao Sindicato dos Médicos.

Geraldo Ferreira informou que o sindicato vai cumprir a decisão judicial, mas vai recorrer. "O direito de greve é constitucional. A calamidade que o governo fez o próprio Estado e é isso que os médicos querem corrigir", declarou o presidente do Sindmed. "Pelo que eu vi, não forneceram à juíza informações sobre o que é a greve. Há uma certa indução ao erro", completou.



O secretário de Saúde do estado, George Antunes: vitória foi da população

A decisão da juíza foi baseada no código de ética dos profissionais, segundo o qual o direito à greve não pode ser sobrepõe ao direito à vida. A ação da PGE foi a alternativa encontrada sexta-feira passada, quando o governador em exercício, Ibêê Ferreira de Souza, se reuniu com o secretário estadual de saúde, George Antunes de Oliveira.

Em reunião extraordinária convocada em caráter de urgência, representantes do Ministério Público e dos conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Saúde manifestaram apoio às ações tomadas pelo secretário George Antunes na busca pelo fim da crise na saúde pública. Também participaram do encontro o secretário George Antunes, representantes do Fórum em Defesa da Saúde Pública e a Promotoria de Saúde, Lara Pinheiro.

Diante a reunião, os participantes discutiram os encaminhamentos necessários em decorrência da decretação do prego iminente de estado de calamidade pública na rede hospitalar do Estado. A promotora de saúde, Lara Pinheiro, declarou apoiar as medidas adotadas pela secretaria estadual de saúde enquanto o governo estiver trabalhando pela solução da crise. Entretanto, a promotora deixou claro que cobrará soluções definitivas para o problema. "O governo terá que encaminhar medidas que garantam o atendimento em larga escala", declarou.

Lara Pinheiro disse ainda esperar que, em até 30 dias, sejam eleitos os devidos encaminhamentos para a solução da crise na saúde pública. A promotora de saúde também cobrou mais participação por parte dos conselhos de saúde no acompanhamento e cobrança ao governo por soluções para o problema. "Os nós vamos profissionalizar esse debate, ou vamos perder", disse ela.

Os representantes dos conselhos de saúde exigiram providências para a solução dos problemas gerados a partir do fim dos contratos com as cooperativas, em 31 de dezembro. "Fazemos a defesa radical do SUS", declarou Francisco Casimiro, presidente do Conselho Estadual de Saúde. "O estado de calamidade não pode ser declarado muito tempo", completou o presidente, que também garantiu que os conselheiros acompanharam de perto as ações da Sesap no combate à crise.

Francisco Casimiro disse apoiar as medidas tomadas pelo governo para solucionar a crise, como a contratação de profissionais das forças armadas, a nomeação dos aprendizes dos contratos públicos e a não renovação dos contratos com as cooperativas, contratos que os conselheiros desaprovariam. "Esperamos que esse posicionamento leve a uma solução. Somos contrários à contratação do Sistema Único de Saúde e as cooperativas dão esse enfoque ao SUS", declarou o presidente do Conselho Estadual de Saúde.

O secretário estadual de saúde, George Antunes, declarou que está buscando soluções efetivas para a crise. "Vamos montar uma estrutura com pessoal em larga escala", declarou. "Estamos começando a trabalhar os aprendizes no contrato", disse. O secretário informou ainda que vai procurar trabalhar junto com o município de Natal na busca de soluções para a crise. "Queremos ouvir os planos do secretário municipal para dotar a estrutura de Natal de condições para atender o Serviço Único de Saúde".

Com relação à determinação judicial de que seja encerrada a greve dos médicos, George Antunes informou que vai apoiar a decisão judicial, desde que seja cumprida. "Se a greve continua, vamos notificar a justiça para que tome as medidas legais", disse ele.

### SEM ENERGIA

# Pronta, maternidade ainda não funciona

Inaugurada no último dia 23 de dezembro, a Maternidade Professora Leide Morais, instalada na Avenida das Fronteiras, no bairro de Nossa Senhora da Apresentação, Zona Norte de Natal, ainda não realizou nenhum parto ou atendimento por falta de energia elétrica. Criada com o objetivo de ser referência para o público da região da cidade, a maternidade é dotada de boa infraestrutura e visa oferecer um atendimento humanizado às gestantes com gravidez de baixo risco, trabalhar com o estímulo ao parto natural. O Pronto Atendimento, voltado para o público adulto, também não funciona, devido à falta de médicos e profissionais de saúde.

Em decorrência dessa situação, os pacientes que procuram atendimento são obrigados a se deslocar para outras unidades, como o Hospital Santa Catarina local para onde foi uma senhora que buscava atendimento pediátrico para a filha. "Não está funcionando? O jeito é ir mesmo para o Santa".



Totalmente equipada, a maternidade da Zona Norte continua sem atender

Sem energia, o atendimento fica restrito ao processo de acolhimento do paciente. "Acolhemos, vemos qual é a necessidade do paciente, orientamos e encaminhamos para outra unidade de saúde. Mas alguns atendimentos de ginecologia e obstetria já podem ser feitos aqui". Para uma das funcionárias da maternidade, "do jeito que ainda tem coisa para ser feita aqui, o atendimento só deve normalizar no próximo mês".

A expectativa da direção da maternidade é que a energia seja estabelecida o mais breve possível. "Temos problemas técnicos, de atraso de fornecedores. O nosso gerador de energia deveria ter chegado há 15 dias, mas só foi instalado agora. Faltam a Cosern fazer a ligação", afirma a administradora Débora Viana. A previsão era de que a energia fosse ligada na tarde de ontem.

O pronto-atendimento será destinado para casos de urgência de adultos. Para que possa funcionar, uma das administradoras da maternidade estava na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) com o objetivo de completar a equipe.

"Foi feito um concurso, mas não completo o quadro. Estamos fazendo a locação de mais médicos e profissionais para o pronto-atendimento".

**HUMANIZADO**

A Maternidade, que já conta com uma equipe praticamente pronta, deverá funcionar antes do Pronto Atendimento. "Os profissionais da maternidade já estão todos aqui, inclusive temos médicos de prontidão. Precisamos apenas testar os equipamentos quando a energia chegar, porque não podemos receber pacientes sem a segurança necessária", afirma a médica obstetra Edilma Pinheiro de Araújo, também administradora da maternidade.

"A proposta da unidade é a de oferecer um atendimento humanizado com serviço de qualidade. A assistência humanizada resgata a postura do profissional em atender a paciente em todas as suas demandas, permitindo que as usuárias tenham direito a todos os seus direitos como privacidade, acompanhamento e assistência antes, durante e depois do parto. As suites são adaptadas para que os partos sejam realizados ali mesmo e a gestante pode escolher até a posição", explica. Uma parceria com os Programas de Saúde da Família (PSF) está sendo feita, no sentido de que as gestantes sejam encaminhadas para a maternidade a partir do oitavo mês de gestação para que possam conhecer as instalações e receberem outras orientações da equipe.

"A paciente precisa estar segura, bem informada, ter uma referência. Isso faz com que diminua o medo, a tensão e a dor do parto".



A recepção vazia contrasta com o volume de pessoas que necessitam de atendimento mas não encontra na unidade

### PERSONAGEM DA NOTÍCIA

## "A gente precisa saber onde ir"

A gestante Patrícia da Silva Araújo, 26 anos e no sétimo mês de gravidez, foi à maternidade em busca de informações. Ela queria saber se o local já estava em funcionamento, se realizava parto cesáreo e se poderia continuar seu pré-natal lá. "É sempre bom estar sabendo dessas informações porque a gravidez pode apertar de uma hora para outra e a gente precisa saber para onde ir. Essa maternidade ficou mais perto da minha casa

do meu trabalho".

Moradora de Nova Natal, ela esperou seu quarto filho e sua gravidez é considerada de risco, uma vez que Patrícia é diabética. Entretanto, há dois meses que não vai ao médico realizar o pré-natal. "As unidades de saúde do Soledade não fazem pré-natal e a médica que me atendia saiu de férias e não voltou mais".

A cesariana seria sua preferência, tendo em vista uma experiência anterior e o desejo de fazer a ligadura

de trompas. "Hoje em dia não deram mais a gente ligar as trompas, mas como vou para o meu quarto filho, tenho direito por lei. Minha última gravidez também foi de risco. Fui fazer meu parto na maternidade de das Quintas, mas no último momento o bebê virou e não queria sair. Me encaminharam para o Santa Catarina, mas o médico aqui por fazer uma cesária, ao invés da cesárea, e o menino nasceu com o braço quebrado", relatou.

# Capacidade é de 300 partos por mês

A Maternidade dispõe de 16 suites e três enfermarias, totalizando 22 leitos. A expectativa é de que 300 partos sejam realizados mensalmente. "Estamos preocupados com a qualidade e não com a quantidade de atendimentos", afirma Edilma. A administradora ressalta que serão feitos um mínimo de procedimentos no parto, "só aqueles necessários e baseados em evidências científicas". O obje-

tivo, explica, é reduzir a mortalidade materna. "Além de um acompanhamento pré-natal bem feito, essa é a outra maneira eficaz de reduzir o número de mortes durante o parto". Métodos naturais e farmacológicos para alívio da dor, massagens e banhos quentes estão entre esses métodos.

Com ênfase no parto normal e no atendimento de gravidezes de baixo risco, a maternidade conta com um

## MARIA DALVA DE ASSUNÇÃO FURTADO



★02.08.1908 ✧07.12.2008

### MISSA DE 30º DIA

Os familiares de **MARIA DALVA DE ASSUNÇÃO FURTADO (DALVA)**, filhos, noras, netos e bisnetos, convidam parentes e amigos para a missa de 30º DIA de seu falecimento que será celebrada às 17 horas de amanhã, dia 7, quarta-feira, na Igreja Matriz de Santo Afonso Maria de Ligório, Mirassol.

Agradecemos a todos que comparecerem a este ato de fé cristã.



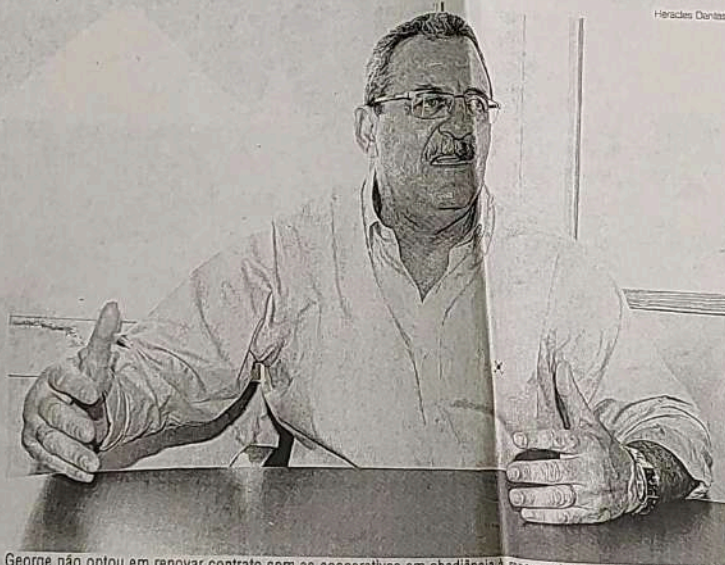
# Sesap planeja novo concurso público para completar quadro de servidores

APÓS DECRETO, SECRETÁRIO DEFINE ESTRATÉGIAS PARA GARANTIR OS SERVIÇOS PRESTADOS ANTES PELAS COOPERATIVAS MÉDICAS

TACIANA CHIQUETTI  
REPORTER

Um novo concurso público emergencial está sendo planejado pela Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) para completar o quadro de servidores no Estado, depois de estabelecido, na última terça-feira, o "estado de perigo iminente de calamidade pública" na rede hospitalar do Rio Grande do Norte. As áreas contempladas, desta vez, vão ser a neurocirurgia, a cirurgia pediátrica e a neurologia pediátrica. Além desta medida, as estratégias da Sesap, facilitadas pelo decreto, estão sendo a contratação de hospitais privados para atender a demanda, o remanejamento de profissionais das próprias unidades estaduais para os locais em que a situação de falta de pessoal seja mais crítica e a convocação, com mais celeridade, dos aprovados no processo seletivo, realizado no último dia 12 de outubro.

Os 308 médicos, principalmente das especialidades de anestesia, ortopedia e cirurgia, terão prioridade no intuito de começarem a trabalhar o mais rápido possível. De acordo com o titular da pasta, George Antunes, eles comecem a se apresentar no próxi-



George não optou em renovar contrato com as cooperativas em obediência à recomendação do Ministério Público

mo dia 7 e em, no máximo, 20 dias já estarão atuando. Até lá, a rede privada complementar os serviços públicos, especialmente de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), cirurgia geral e trau-

mato-ortopedia. "O atendimento está normal. Ontem, tivemos algumas dificuldades logísticas, mas nada que atrapalhasse a assistência aos pacientes", explica.

Apesar dos recursos viabiliza-

dos pelo estado de calamidade, George não optou em renovar os contratos com as cooperativas médicas, obedecendo a uma recomendação do Ministério Público Estadual (MPE), cujo argumento

é de que os documentos são ilegais, porque burlam o concurso público, favorecem a formação de cartel por parte dos anestesistas e "privatizam" a rede pública de Saúde. "O MP recomenda um contrato mais curto e sem incluir médicos que, ao mesmo tempo, sejam servidores no Estado, mas as cooperativas não concordam com isso. Não posso assinar um contrato da maneira que eles querem, porque a promotoria ameaçou ingressar com uma Ação Civil Pública contra a minha pessoa", declarou o secretário.

O presidente da Cooperativa dos Anestesistas (Coopanest), Madson Vidal, afirma que a postura do gestor está comprometendo a assistência nas unidades hospitalares e que os anestesistas se propuseram a renovar o contrato sem um reajuste de 50%, como o presidente do Sindicato dos Médicos do RN, Geraldo Ferreira, anunciou na última quarta-feira. "Ele não optou pelas cooperativas e os hospitais não estão funcionando. O secretário deu um tiro no pé", diz. Os serviços da rede estadual de Saúde de 25 especialidades, viabilizados por meio de contratos de prestação com as cooperativas de médicos, estavam prestes a deixarem de ser realizados, no início da semana,

em 18 hospitais do RN, entre públicos e privados que atendem ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Durante entrevista coletiva, na terça-feira, o presidente da Associação Médica do RN, Alvaro Barros, afirmou que os serviços de cirurgia pediátrica do Hospital Santa Catarina; Unidade de Terapia Intensiva, clínica médica, cirurgia geral e anestesia do Deoclécio Marques, cirurgia geral e ortopedia do Walfredo Gurgel, pediatria, anestesia e cirurgia pediátrica do Maria Alice Fernandes e ortopedia do Tarcísio Maia ficariam interrompidos no primeiro dia de 2009.

Com relação à greve dos médicos, servidores do Estado, a qual já dura pouco mais de dois meses, a Sesap continua tentando negociar com Wilma de Faria a incorporação da gratificação - reivindicação principal da categoria. "A questão das cooperativas e a greve dos médicos são movimentos distintos, porque as cooperativas são instituições privadas. Com a greve, o atendimento fica mais lento, mas não para", esclarece. Ele informa ainda que o desabastecimento dos hospitais, denunciado pelo Sinmed e Sindaúde, já foi solucionado e que as contas da Saúde finalizaram o ano "em dia".

SAÚDE SEGUNDO TITULAR DA SESAP, HOSPITAIS TÊM DIFICULDADE EM MONTAR EQUIPES POR FALTA DE ANESTESISTAS

# Movimento nos hospitais é normal

O movimento nos hospitais da rede privada que foram contratados quarta-feira passada pela Secretaria Estadual de Saúde Pública para atender à população em caráter de emergência é considerado tranquilo pelo coordenador de planejamento da Sesap, Carlos Eduardo Albuquerque. Dos três hospitais contratados, dois receberam pacientes. O Hospital do Coração, com atendimento para um leito de UTI e uma cirurgia de estômago; e o Natal Hospital Center, que realizou duas cirurgias ortopédicas, e recebeu três pacientes para leitos de UTI, informou Eduardo.

Numa rápida avaliação do serviço, ele afirmou estar dentro do planejado

pela Sesap. A Unidade de Regulação de Vagas do Walfredo Gurgel e o Centro Avançado de Regulação de vagas encaminham os pacientes para os hospitais contratados quando necessário.

Para o presidente da Associação Médica, Álvaro Barros, a decisão do secretário Estadual de Saúde, George Antunes, de contratar três hospitais particulares foi uma manobra para não negociar e não renovar os contratos com as cooperativas médicas que venceram no dia 31 de dezembro passado. Ele afirmou também que a medida é irregular. "O Conselho Federal de Medicina não permite que médicos recebam os honorários através dos hospitais, eles têm de estar na folha do governo como pes-

soa física. Diante disso questionaremos a decisão do secretário", adiantou.

Tanto Barros, quanto o presidente do Sindicato dos Médicos (Sinmed), Geraldo Ferreira, defendem que a atitude do secretário George Antunes acirra os ânimos entre a Sesap e as cooperativas médicas. "Acreditávamos que com o decreto de calamidade pública na saúde, que possibilitou juridicamente a renovação dos contratos, o secretário nos procuraria, mas não foi isso que aconteceu. Alegando que os médicos inscritos nas cooperativas também fazem parte da folha do governo, fechou contrato com a rede privada. Porém, alguns dos médicos que estão nos hospitais privados também fazem parte da folha

do governo, portanto o argumento não possui fundamento", explicou Ferreira.

O presidente do sindicato disse ainda que o secretário poderia ter evitado toda essa ceieuma com a renovação dos contratos, mas não preferiu acirrar os ânimos. Agora, segundo ele, as cooperativas só aceitam renovar os contratos após negociar reajustes para honorários. Eles pedem de 13% a 15% de reajuste.

Falando em nome da Cooperativa dos Anestesiastas, o presidente da entidade, Madsom Vital, negou que os médicos estivessem pedindo reajuste de 50% nos honorários para renovar o contrato de prestação de serviço. Ele esclareceu que na verdade era uma questão jurídica, uma vez que o Minis-

tério Público não permitia a renovação do contrato. "Não estávamos falando em reajuste. Queríamos a renovação, porém a secretária não tinha respaldo jurídico para fazê-lo. Dizer que não renovou porque queríamos reajuste é uma mentira. Agora ninguém fala é que esse contrato com os hospitais particulares saiu muito mais caro do que com as cooperativas, uma vez que o valor dos procedimentos na rede privada estão sendo cobrados de acordo com a tabela dos planos de saúde, e não do SUS, como era com as cooperativas", afirmou Vital.

O secretário George Antunes confirmou que o motivo da rescisão, de fato, não foi o reajuste, mas um impedin-

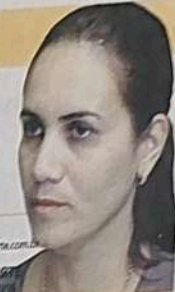
to legal. "Essa questão do reajuste foi publicada na imprensa e eu acredito como forma de desabafo, ou retaliação. Mas o que ocasionou essa rescisão foi uma questão jurídica", afirmou.

Antunes também declarou que os hospitais da rede privada estão enfrentando dificuldades em formar equipes de cirurgia, pois estão faltando anestesiastas. "Estamos entrando em contato com os hospitais públicos para diminuir os encaminhamentos. Diante disso, os pacientes continuam no hospital da rede pública", explicou.

O secretário afirmou que entrará em contato com a Procuradoria do Estado para ver uma medida legal para resolver essa situação.

**DENGUE**  
Secretaria de Saúde muda  
estratégia de combate à  
dengue na cidade

PÁGINA 12



**[ SAÚDE ]** O acordo feito com os hospitais privados acabou não fazendo o efeito esperado porque a Sesap não chegou a um consenso com os anestesiológicos, que estão se recusando a realizar procedimentos em pacientes do SUS

# Decisão judicial não põe fim à crise

A determinação da juíza substituta da 9ª Vara Criminal, Daniela do Nascimento Cosmo, de acabar com a greve dos médicos da rede estadual, no último sábado, não solucionou os problemas de atendimento na rede hospitalar privada, contratada para atender a demanda de cirurgias dos pacientes encaminhados pelo Hospital Walfredo Gurgel. Isso porque a liminar não interfere na decisão dos anestesiológicos de não atender, nos hospitais privados, os casos enviados pelo Estado.

Desde a tarde de sexta-feira, a categoria vem se negando a participar desses procedimentos. Os hospitais privados contratados pela Secretaria Estadual de Saúde (Hospital do Coração e Natal Hospital Center) para receber pacientes do SUS, depois que se encerrou o contrato com as cooperativas médicas, dia 31 de dezembro, não conseguem realizar as cirurgias. Isso porque mesmo contando com os demais profissionais, nenhuma é feita sem a presença de um anestesiológico.

O Sindicato dos Médicos (Simec) e a Cooperativa dos Anestesiológicos (Coopanes) ressaltam que nesse caso a decisão pelo atendimento, ou não, cabe exclusivamente aos profissionais e que não há qualquer recomendação das entidades a esse respeito. "Não há boicote. Agora, quem a secretária contratou foram os hospitais, não os médicos. Os hospitais é que têm de prestar os serviços", ressaltou o presidente da Coopanes, Madson Vidal. Porém, os hospitais privados não contam, em sua maioria, com esses especialistas em seus quadros, pois quase todos são terceirizados.

O próprio secretário Estadual de Saúde, George Antunes, confirmou que "não há como obrigar" os anestesiológicos a atender na rede privada. Contudo, ele deixou claro que acredita que a nomeação imediata de 31 médicos da área, aprovados no concurso público de 2008 e cujos nomes fo-

ram divulgados no Diário Oficial do último sábado, deve minimizar, se não solucionar o impasse. Até o meio-dia de ontem, cinco desses 31 já haviam se apresentado e deveriam ser encaminhados às unidades, provavelmente o Walfredo Gurgel, até o dia de hoje. Eles já assinaram o termo de posse e terão 60 dias para apresentar os documentos e exames necessários. A partir de amanhã um anestesiológico também será credenciado pela Marinha para trabalhar dois dias por semana, em um dos hospitais privados contratados, como forma de atender parte da demanda. No último final de semana, foi o Exército quem ceceu um especialista.

**MADSON VIDAL**  
Coop. dos Anestesiológicos

A expectativa de George Antunes é que esses novos profissionais possam minimizar o problema. Outra contribuição deve vir com o final da greve dos médicos, embora a adesão à paralisação fosse considerada pequena. Espera-se ainda a ajuda de outro ente público: a Prefeitura de Natal. O secretário estadual aguardava por uma nova reunião com o municipal, Levi Jales, na tarde de ontem, para buscar entendimentos sobre como o Município pode se somar à solução do impasse.

[Leia mais na página 10]

JOÃO MARIA ALVES



O atendimento a pacientes do SUS continua prejudicado

## VESTIBULAR DIREITO UP 2009.1

### SER UM VENCEDOR FAZ A DIFERENÇA. TER SOBRENOME UnP TAMBÉM.



**DIFERENCIAIS DO CURSO DE DIREITO UnP:**

- ENSINO PARA NOVA GERAÇÃO: INTERNET, PODCASTS E VÍDEOS INTEGRADOS AO CONTEÚDO DA SALA DE AULA.
- PORTAL JURÍDICO: CONTEÚDO EXCLUSIVO PARA ALUNOS E PROFISSIONAIS FORMADOS NA UNP.
- MATERIAS APROFUNDADAS ATRAVÉS DO PORTAL JURÍDICO, COM LEGISLAÇÃO, DOUTRINA, JURISPRUDÊNCIA E EXERCÍCIOS.
- UNIVERSIDADE FOI RECOMENDADA DUAS VEZES PELA OAB NACIONAL.
- PROJETO PEDAGÓGICO MODERNO E REVOLUCIONÁRIO.
- FOCO E DIRECIONAMENTO: AULAS PREPARATÓRIAS PARA A OAB NO 1º SEMESTRE.

ESCOLA DO DIREITO			
CURSO	CAMPUS	TURMA	PREÇO NO VENCIMENTO
DIREITO	BACH. FLORIANO	INT	≈ 527,00
	BACH. PENUTO	INT	≈ 528,00
	BACH. PENUTO	INT	≈ 527,00
DIREITO (BACH. INTERMEDIÁRIO PARA OAB NACIONAL)	BACH. ROBERTO FREIRE	INT	≈ 527,00
	BACH. FREIRE	INT	≈ 528,00
	BACH. MOSSORÓ	INT	≈ 518,00

**MAIS ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.**

PROUNI | FIES

ProUni | FIES

**AGENDE JÁ SUA PROVA**

NATAL  
TERÇAS, QUARTAS E SÁBADOS

MOSSORÓ  
SÁBADOS

NATAL: 3215.1234

MOSSORÓ: 3323.8200

www.unp.br



# Sinmed vai recorrer da decisão

O presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira de Carvalho, afirmou que a entidade irá recorrer da decisão judicial que pôs fim à greve da categoria, que já durava 72 dias. Segundo ele, porém, a medida não irá influenciar diretamente na melhoria do atendimento, uma vez que a paralisação estava sendo considerada de "baixo impacto". No entender do sindicalista, a juíza Daniela do Nascimento observou apenas os interesses do Estado ao conceder a liminar.

Ele lembra que a categoria vem lutando, através da greve, por melhores condições de trabalho e nesse ponto não teria havido qualquer avanço. Geraldo Ferreira também destacou que a medida não interfere na decisão de alguns anestesistas de não atenderem os pacientes do SUS, através dos hospitais privados contratados pela Sesap, uma vez que essas unidades geralmente não contam com corpo clínico próprio e os profissionais são terceirizados.

Além disso, o presidente da Coopanest, Madson Vidal, acrescentou que vários colegas seus já declararam o temor de perderem seus empregos no Estado, caso aceitem atuar nas cirurgias do SUS nos hospitais privados. Isso porque o Ministério Público considera ilegal que esses mesmos funcionários atendam pelas cooperativas, argumento que resultou na não renovação do contrato da Sesap com os cooperados. "Se não podem atender pelas cooperativas, eles também temem atender pelos hospitais privados", ressaltou.

Por tudo isso, o presidente do Sinmed acredita que são os hospitais privados que estão correndo o risco de se responsabilizar por qualquer problema maior que ocorra a alguma paciente. "Estão todos sendo encaminhados do Walfredo para a rede privada, mas pelo que sei os procedimentos não estão sendo realizados", diz. Para Geraldo Ferreira, os riscos de sequelas e complicações só têm aumentado e o momento pede bom



O secretário George Antunes se reuniu com representantes do Conselho de Saúde e Ministério Público para avaliar medidas

“A posição do Ministério Público e da Sesap é autoritária. Sabemos que a greve não é o grande problema”

**GERALDO FERREIRA**  
Sinmed

senso. Para ele, seria interessante uma decisão judicial obrigando o poder público a garantir o atendimento e não somente encerrando a greve.

"Não é a greve o grande problema", rebateu. Ele tem considerado autoritária a posição do Ministério Público e da Sesap ao não renovarem os contratos com as cooperativas médicas.

## Medidas vão amenizar crise na saúde

Aos poucos o poder público vai tomando medidas para diminuir o impacto da crise da saúde junto aos pacientes do SUS, começando já pelo encaminhamento, a partir de hoje, de quatro anestesistas, nove cirurgiões gerais e dois ortopedistas para o Hospital Walfredo Gurgel, que integram uma lista de 300 profissionais concursados e convocados, no fim da semana passada, para preencherem o quadro de servidores da Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap). Um pediatra foi encaminhado para o Hospital Maria Alice Fernandes, no Parque dos Coqueiros.

A Sesap vai encaminhar os concursados para as unidades de saúde com maior carência de profissionais, à medida em que eles forem se apresentando, mas também resolveu relocar os profissionais de unidades da Grande Natal para os locais onde são exigidos mais especialistas.

As Forças Armadas vão dar a sua contribuição a partir de am-

anhã, com a cessão de anestesistas do Exército e da Marinha para atuarem dentro do Hospital do Coração, a fim de prestar atendimento exclusivo aos pacientes do SUS. O Hospital da Polícia Militar já está habilitado a realizar cirurgias em geral, a maioria eletivas, de pacientes oriundos do HWG, que ficará encarregado de regular a distribuição de pacientes para outros hospitais públicos e privados.

O governador em exercício, Iberê Ferreira, conversou ontem com a prefeita de Natal, Micarla de Sousa, a quem propôs uma maior interação entre os dois níveis de poder para encontrar soluções que minimizem a crise da saúde, começando por uma reunião, prevista para amanhã, entre os secretários estadual e municipal de Saúde, George Antunes e Levi Jales.

Na audiência de ontem à tarde com o procurador geral do Estado, José Augusto Peres e as promotoras de Saúde, Elaine Araújo

e Iara Pinheiro, a prefeita fez uma exposição preliminar da situação da saúde no município - "ainda faltam os dados da saúde financeira" - tendo pedido um prazo de 100 dias para contratar 200 médicos temporariamente, até a contratação definitiva, no prazo de um ano, através da realização de concurso público.

As promotoras de Saúde apresentaram uma lista de 11 pontos como solução para reduzir a crise da saúde, como a contratação de ortopedistas, criação de leitos de clínicas médicas e reforma do unidade de saúde Maria Celeste.

A promotora Iara Pinheiro, defendeu ontem as decisões tomadas pela Secretaria Estadual ao longo do impasse com as cooperativas médicas. O presidente do Conselho Estadual de Saúde, Francisco Canindé dos Santos, confirmou o posicionamento favorável dos conselheiros às medidas tomadas pelo secretário George Antunes.

## Maria Alice sofre com falta de cirurgias

Além dos anestesiológicos, o Hospital Infantil Maria Alice Fernandes, no Parque dos Coqueiros, também perdeu todo seu quadro de cirurgiões-pediatras após o fim do contrato da Sesap com as cooperativas. Agora, todos os casos que necessitam de procedimento cirúrgico (e em geral são 200 por mês) estão sendo encaminhados ao Walfredo Gurgel. Um exemplo é o do menino Kauê Medeiros, 2 anos, que chegou ao local com pneumonia.

Ele necessitava de uma drenagem para a qual seria preciso uma cirurgia. A mãe, a dona-de-casa Maria Katilucia, já vinha com o filho encaminhado do hospital de Macaíba, onde mora, e temia pela situação no Walfredo Gurgel. "Nunca fui lá, mas já ouvi falar bastante dos corredores lotados", afirmou. Para o pediatra Egberto Moura, a impossibilidade de casos como o de Kauê seriam resolvidos no Maria Alice pode atrapalhar a seqüência do tratamento.

Sem contar que a situação só não se agravou mais devido à baixa demanda comum no início do ano, mas que deve mudar em breve. "Acho que já na segunda quinzena deste mês vai aumentar a procura pelo hospital, inclusive com o surgimento dos casos de viroses", enfatiza o médico. Ao mesmo tempo, ele lembra que alguns pediatras que atendiam pelas cooperativas deixaram de prestar os plantões com o fim dos contratos e agora o pronto-socorro conta com apenas dois especialistas por turno, ao invés dos três anteriores.

Esse quadro, recorda Egberto Moura, foi o que levou o Conselho Regional de Medicina a decretar a interdição ética do pronto-socorro do Maria Alice, no início do ano passado. "A situação é difícil, porque agora está até tranquilo, mas a demanda deve aumentar e será complicado", prevê. A diretora técnica do hospital, Lana Brasil, reconhece a gravidade do quadro, porém lembra que a responsabilidade não deve ser atribuída apenas ao Estado.

"O Município é responsável pelas cirurgias eletivas (as não emergenciais, que podem ser programadas), porém tudo é feito a aqui", destaca a diretora. Para Lana Brasil, a Sesap termina sendo apontada como a culpada por tudo, quando na verdade assume uma parcela de atendimentos que deveria ser atribuição das unidades ligadas à Prefeitura de Natal. Além disso, ela lembra que boa parte dos casos graves que chegam ao hospital poderiam ser evitados, caso os postos de saúde funcionassem adequadamente como um "cinto de segurança", no atendimento básico.

### COMPANHIA DE SERVIÇOS URBANOS DE NATAL EDITAL ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas desta Companhia, para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada às 09:00 horas do dia 12 de janeiro de 2009, em sua sede localizada à Rua Dr. Mário Nogueira, 2389 - Quintas Natal, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- 1) Eleição e posse do Conselho de Administração e Conselho Fiscal;
- 2) Outros assuntos de interesse da URBANA.

Natal/RN, 02 de janeiro de 2009.  
Diretor da URBANA

### MARIA DAS GRAÇAS COSTA DA SILVA

(Maria Rendeira)

★14.05.1949 †31.12.2008

Missa de 7º dia

Francisco Símpcio da Silva - In memoriam (esposo), Aldemir, André e Andréia (filhos), netos e demais familiares convidam parentes e amigos para participarem da missa de 7º dia da sempre querida e amada MARIA DAS GRAÇAS COSTA DA SILVA, que será celebrada no dia 06.01.2009 (terça-feira), às 19h30, na Igreja São João Batista - Vila de Ponta Negra. Desde já agradecemos a todos que comparecerem a este ato de fé cristã.



### MARIA DALVA DE ASSUNÇÃO FURTADO

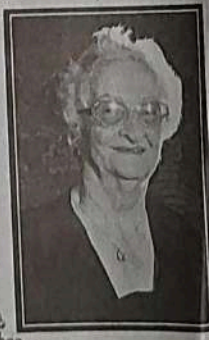
★02.08.1908

†07.12.2008

MISSA DE 30º DIA

Os familiares de MARIA DALVA DE ASSUNÇÃO FURTADO (DALVA), filhos, noras, netos e bisnetos, convidam parentes e amigos para a missa de 30º DIA de seu falecimento que será celebrada às 17 horas de amanhã, dia 7, quarta-feira, na Igreja Matriz de Santo Afonso Maria de Ligório, Mirassol.

Agradecemos a todos que comparecerem a este ato de fé cristã.



SAÚDE PARA MÉDICOS, CONVÊNIO COM HOSPITAIS "TUMULTUA" CRISE DO SETOR

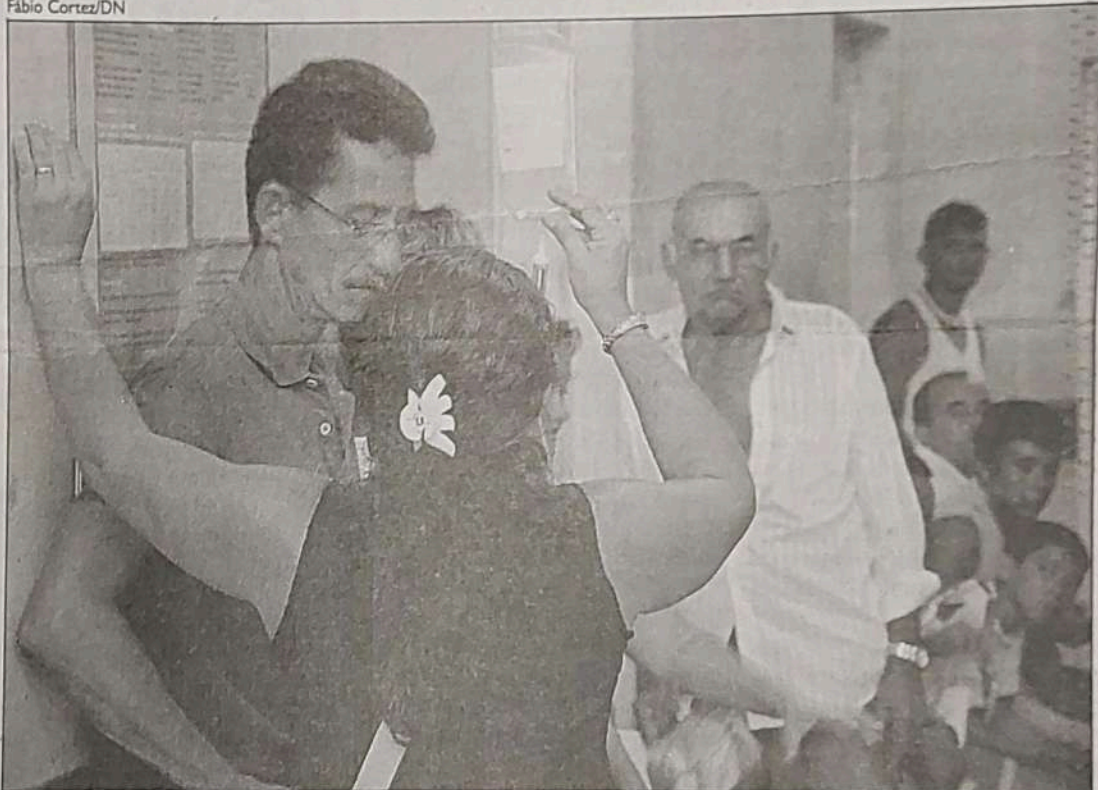
# Sinmed critica solução apontada para crise

Fábio Cortez/DN

**S**indicato dos Médicos, Associação Médica e Cooperativas decidiram endurecer o posicionamento diante da solução adotada pelo governo para solucionar crise na Saúde Pública. As cooperativas passam agora a cobrar repasse dos últimos três anos para a renovação dos contratos, que antes seriam feitos sem reajustes. Isso representará um aumento de 50% do valor atual. Em nota à imprensa, os médicos argumentaram que quando a Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) tentou contratar hospitais há três anos, uma greve de 67 dias se instalou na Saúde, culminando com a contratação das cooperativas médicas.

O secretário estadual de Saúde Pública, George Antunes, começou o ano buscando uma solução para a crise instalada no setor. Após lançar o Decreto de Perigo Iminente de Calamidade Pública na Saúde do RN, o governo fechou contrato com três hospitais da rede privada para assegurar o atendimento à população, ao invés das cooperativas médicas que prestavam serviços à (Sesap). Desde ontem o paciente que se dirigiu a um dos hospitais públicos do estado e que necessitou de cirurgia ou UTIs foi encaminhado para um desses hospitais conveniados. Até o final da tarde de ontem, a Secretaria ainda não dispunha de um balanço de quantas pessoas tiveram que passar pelo encaminhamento.

A nota dos médicos à imprensa divulga que, na opinião do presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira, a "manobra" do secretário de Saúde "suja" e "tumultua" ainda mais a negociação. "O Decreto de Ca-



Até o final da tarde de ontem a Secretaria de Saúde ainda não tinha balanço dos pacientes encaminhados à rede privada

lamidade Pública na saúde assinado ontem (quarta) pelo governador em exercício está sendo mal utilizado pelo secretário o que aprofundará ainda mais a crise e deixará os hospitais públicos e privados inviabilizados a partir de amanhã (ontem)", diz Geraldo Ferreira, em nota.

A suspensão no atendimento atingiria cinco hospitais da rede pública e 17 da rede privada, que prestam serviço à Sesap. O que significa dizer que 3.500 procedimentos médicos, principalmente cirurgias, deixariam de ser realizados.

O governador em exercício, Iberê

Ferreira de Souza, garantiu na manhã de quarta-feira que a população do Rio Grande do Norte poderia ficar tranquila em relação ao atendimento médico nos hospitais públicos do Estado. Ele explicou ainda que a decisão pelo decreto foi tomada após a notícia de que os contratos com as cooperativas médicas de anestesiologia e cirurgia pediátrica se encerrariam. Iberê Ferreira de Souza explica que a contratação de hospitais foi uma forma de atender à recomendação do Ministério Público, que via irregularidades nos contratos com as cooperativas.

O secretário George Antunes prefe-

riu não citar o nome dos hospitais contratados, alegando o risco de a população se dirigir diretamente ao local e demorar para ser atendida. Segundo ele, um plano de contingência está sendo montado para atender aos que necessitarem da rede pública.

George Antunes disse ainda que a decisão não incorrerá no agravamento da situação dos paciente, decorrente da demora no deslocamento. Segundo o secretário, a transferência ocorrerá automaticamente. Além disso, ele afirmou que no Hospital Walfredo Gurgel será realizado o gerenciamento de vagas.

**[ ATENDIMENTO ]** Secretaria envia cirurgiões para o Walfredo, e Forças Armadas cedem anesthesiologistas para atuar em hospitais contratados para atender pacientes do SUS

# Saúde adota medidas para amenizar crise em hospitais

A Secretaria Estadual de Saúde vai reforçar o quadro médico do Walfredo Gurgel, com o envio de nove cirurgiões, quatro anesthesiologistas e dois ortopedistas aprovados em concurso público. Além disso, as Forças Armadas vão ceder profissionais para atuarem no Hospital do

Coração atendendo exclusivamente pacientes encaminhados pelo SUS. As medidas, anunciadas ontem, fazem parte da ofensiva do poder público para reduzir o impacto da crise criada com a decisão de não mais renovar os contratos de prestação de serviços. O Sindicato

dos Médicos anunciou ontem que irá recorrer da determinação judicial que pôs fim à greve de 72 dias da categoria. O presidente do Sinmed considerou autoritário o ato da Secretaria de Saúde sobre os contratos e disse que o fim da greve não resolve o problema. **[PÁGINAS 9 e 10]**

JOÃO MARIA ALVES



Pacientes do SUS aguardam atendimento no Hospital Infantil Maria Alice Fernandes, que está impossibilitado de fazer cirurgias por falta de médicos

SAÚDE PÚBLICA NO RN

Governador em exercício, Iberê Ferreira de Souza, convocou reunião emergencial

# Governo enfrentará médicos

Ney Douglas



A novela que mostra a queda de braço entre o governo do Estado e os médicos ganha um novo capítulo. O secretário estadual de Saúde, George Antunes, disse ontem que os contratos com as cooperativas médicas não serão renovados e que, se preciso, o caso será discutido na Justiça. Ontem à tarde, o governador em exercício, Iberê Ferreira de Souza, convocou uma reunião de emergência para tratar do impasse. George Antunes não poupa críticas aos anestesistas. A expectativa é que, neste final de semana, o Ministério Público seja informado dos acontecimentos, para que uma ação seja produzida contra os grevistas. O presidente do Sindicato dos Médicos, Geraldo Ferreira, avisa que a categoria não cederá às pressões.

Secretário George Antunes concedeu entrevista exclusiva ao Primeira Edição: "Anestesistas estão orientados para não aparecerem"

POLÍTICA, PÁGINA 3

# TRIBUNA DO NORTE natal

TERÇA-FEIRA

Esta publicação é distribuída  
com periodicidade quinzenal às  
10h30h  
Rua: 2112 - BOMAS - 55071

TABOÃO DE FERRAS

Segunda-feira  
08h30h e 21h  
Rua: 1000 -  
55112 - TABOÃO

FEIRAS LIVRES

Aberto: 10h30h  
Rua: 1000/101 - Taboão  
Feira: 08h30h - 12h30h  
Rua: 1000/101 - Taboão

GRANDE SÃO JOSÉ

Aberto: 10h30h  
Rua: 1000/101 - Taboão  
Feira: 08h30h - 12h30h  
Rua: 1000/101 - Taboão

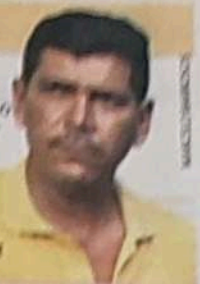
PARO DA LUZ

Luiz Nogueira - 10h30h  
Rua: 1000/101 - Taboão  
Feira: 08h30h - 12h30h  
Rua: 1000/101 - Taboão

**MAPASSE**  
União quer de volta antigo  
prédio, hoje ocupado por  
pressões como Mário.  
PÁGINA 19

Embora tenham sido feitas  
e mais detalhes sobre a obra em

**NATAL - RUA SERRA DO NORTE**  
Sábado 17h de agosto de 1977



**[ SAÚDE ]** Pressionada pelo Ministério Público, Secretaria Estadual de Saúde vai manter contratos provisórios com hospitais até que o pessoal concursado assuma suas funções, o que os gestores acreditam que vai resolver o problema com as cooperativas

## Governo avisa que não renovará contratos

As negociações entre o Governo do Estado e as três cooperativas médicas que não renovaram os contratos de prestação de serviços nos hospitais públicos não poderão seguir aos moldes antigos. De acordo com o secretário estadual de Saúde, George Antunes, o Ministério Público intensificou a pressão sobre o governo no cumprimento da lei 8.666/93, que impede a contratação de profissionais que já existam no quadro do Estado.

Com esta iniciativa do Ministério Público Estadual, o secretário de Saúde George Antunes preferiu não avançar nas negociações com as cooperativas, principalmente porque o Estado correria o risco de ser processado civilmente e penalmente, além de uma série de processos por improbidade administrativa contra a própria governadora Wilma Maria de Faria. "A solução agora é esperar que todos os aprovados no último concurso sejam chamados. Até lá, manteremos os contratos com os hospitais privados, no sentido de eles atenderem à demanda que os hospitais públicos não derem conta", explicou George Antunes.

Questionado sobre a presença das cooperativas por vários anos atuando em conjunto com os médicos concursados, George Antunes admitiu que isso acontecia, mas deixou claro que a pressão do Ministério Público do Estado aumentou tanto que hoje não há mais tolerância para este tipo de procedimento. "A pressão já existia. A diferença é que agora está muito maior e nós não vamos correr riscos de sermos processados por improbidade administrativa ou ficarmos sujeitos a qualquer outro tipo de sanção", detalhou Antunes. Até mesmo os contratos assinados com os hospitais privados - Natal Hospital Center, Hospital do Coração e Hospital Antônio Prudente - só deverão durar enquanto os concursados não forem chamados. Segundo George Antunes, o governo do Estado vai correr contra o tempo para garantir o pleno funcionamento o quanto antes, para que não haja mais empecilhos para a população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS).

Na avaliação de George Antunes, o que está faltando é a reestruturação de pessoal pelo fato de a parte física - que inclui máqui-

nas, equipamentos e as edificações hospitalares - já existir. Para George Antunes, o maior problema agora é enfrentar as cooperativas dentro dos hospitais privados. O motivo: a partir da próxima segunda-feira, 5, quando o ano de 2009 realmente começará, a pressão para o não atendimento de pacientes do SUS será maior.

Com a finalidade de evitar este tipo de problema, o secretário George Antunes até tentou a renovação por três meses dos contratos com as cooperativas - neste caso, com o aval do Ministério Público do Estado -, mas os dirigentes das três entidades disseram "não" e abandonaram a mesa de negociação. No entanto, segundo o secretário, agora as cooperativas até querem renegociar, porém somente com um gorro percentual usando pelo menos o Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). George Antunes entrou em contato com a equipe de saúde da prefeita de Natal, Mírcia de Sousa, que prometeu ajuda ao Estado.

[Leia mais na página 10]



George Antunes: "Não vamos correr riscos de sermos processados por improbidade administrativa"

FOTO: KINOR SANTOS



[ CONTINUAÇÃO DA CAPA ] Profissionais cooperados não concordam com a contratação de hospitais particulares e Conselho de Medicina culpa gestores públicos pela falta de médicos

# Médicos fazem críticas às medidas do governo

O presidente da Cooperativa dos Médicos Anestesiologistas do Rio Grande do Norte (Coopanest RN), Madson Vidal, disse ontem que o Governo do Estado "está com tanto dinheiro para gastar no setor de saúde que agora, caso o governo resolva negociar, as cooperativas vão exigir um substancial aumento".

De acordo com Madson Vidal, o Governo do Estado está gastando um dinheiro absurdo com a contratação dos três hospitais — um valor muito maior se comparado aos gastos com as cooperativas. Apesar de "soltar o verbo" contra o secretário estadual de Saúde, Madson Vidal não revelou as cifras do negócio com os hospitais. No entanto, no Natal Hospital Center, cirurgias deixaram de ser realizadas por conta do não atendimento dos médicos anesthesiologistas. Houve um caso em que a equipe já estava pronta para entrar em procedimento cirúrgico, mas de última hora o médico anesthesiologista resolveu não participar e a operação não foi realizada.

Para Madson Vidal, o secretário de Saúde simplesmente fechou toda a estrutura do Estado e en-



ELISA ELSIE

Madson Vidal diz que valores pagos pelo governo são "absurdos"

tregou tudo à iniciativa privada. "Todos os hospitais públicos estão com suas estruturas paralisadas porque quase todo o pessoal pertence às cooperativas. Agora, esta estrutura ficará sem ser usada e o governo vai pagar uma fortuna para os hospitais privados, que provavelmente não usarão as tabelas do SUS", alfinetou Madson Vidal. A Coopaneest RN tinha 120 anesthesiologistas trabalhando nos hospitais públicos.

O secretário geral da Cooperativa dos Médicos (Coopmed), Álvaro

Barros Costa, destacou que a medida tomada pelo secretário George Antunes é apenas paliativa e equivocada. Ele disse ainda que os contratos com as cooperativas são legítimos porque há liminar concedida pela própria justiça informando que só o quadro do Estado é insuficiente para manter o atendimento. "Além disso, os médicos não podem receber pelo hospital, segundo recomendação do Conselho Federal de Medicina", frisou Álvaro Barros Costa.

O Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Norte (Cremern) enviou nota à TRIBUNA e ofício à Sesap responsabilizando os gestores públicos pela falta de médicos em escalas de plantão nos diversos hospitais da Rede Estadual de Saúde. Segundo a nota enviada à redação, no Hospital Walfredo Gurgel faltam profissionais da Unidade de Terapia Intensiva (UTI), Clínica Médica e Cirurgia Geral. De acordo com a nota, no Hospital Maria Alice Fernandes a situação é mais grave. Além da escala incompleta no Pronto Socorro, há a ausência total na Cirurgia Pediátrica e Anestesia. Em Parnamirim, no Hospital Deoclécio Marques, as escalas da Cirurgia, Traumatologia, Terapia Intensiva e Anestesia estão sem a quantidade necessária de profissionais. No Hospital Regional Tarcísio Maia, em Mossoró, faltam Traumatolo-ortopedistas e Pediatras. A escala da Patologia, para o funcionamento do SVO (Serviço de Verificação de Óbito) também está incompleta. Além da Sesap, o Cremern notificou a Governadora do Estado, o Ministério Público e os diretores das Unidades.

**[ SAÚDE ]** Sesap decide seguir orientação do Ministério Público e não renovar contratos que criavam duplicidade de vínculos com médicos

# Governo não renovará os contratos com as cooperativas médicas

O Ministério Público intensificou a pressão sobre o governo estadual para que seja cumprida a lei 8.666/93, que impede a contratação de profissionais que façam parte dos quadros do Estado. O secretário estadual de Saúde, George Antunes, anunciou que os contratos com as

cooperativas médicas não deverão ser renovados nos moldes anteriores. As negociações estão paradas e só serão retomadas se as cooperativas aceitarem a exclusão, nos novos contratos, dos médicos que já são servidores da Sesap. "A solução agora é esperar que todos os aprovados no último concurso

sejam chamados. Até lá, manteremos os contratos com os hospitais privados, no sentido de eles atenderem à demanda que os hospitais públicos não derem conta", explicou George Antunes. As cooperativas médicas prometem reagir e "cobrar mais caro" do governo. **[PÁGINAS 9 E 10]**

Editor  
Alex Viana

Repórteres  
Guia Dantas  
Danilo Sá

jeanvalerio@gmail.com

Divulgação



**DE FÉRIAS** O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou ontem os prefeitos que assumiram na quinta-feira planejando cortes de investimentos em infraestrutura. Lula disse que a aplicação de dinheiro em obras, além de benefícios para a comunidade, vai gerar empregos e renda. O presidente ressaltou, no entanto, os cortes de custeio da máquina pública e confirmou, para o dia 10 de fevereiro, uma ampla reunião com os prefeitos que tomaram posse no dia 1º. **Página 4**

**CRISE NA SAÚDE PÚBLICA** O governador em exercício do Rio Grande do Norte, Iberê Ferreira de Souza (PSB), convocou uma reunião de emergência na tarde de ontem para discutir a crise e anunciar posição contrária às cooperativas médicas

# Governo diz que anestesistas estão sendo orientados para não atender população

Danilo S

Repórter de Política

O Governo do Rio Grande do Norte não renovará os contratos com as cooperativas médicas e enfrentará os especialistas, caso seja necessário, até na Justiça. Ontem, uma reunião de emergência foi convocada pelo governador em exercício Iberê Ferreira de Souza (PSB), para tratar do assunto, na Secretaria Estadual de Planejamento, onde a Governadoria está instalada.

Além do Secretário Estadual de Saúde Pública (Sesap), George Antunes, os titulares das pastas de Segurança, Agripino Neto, Administração, Paulo César Medeiros, e representantes da Procuradoria Geral do Estado estiveram presentes. A reunião que começou por volta das 16 horas, até o fechamento desta edição, às 21 horas, ainda acontecia no Centro Administrativo.

Em nome do Governo, George Antunes manteve a posição contrária às cooperativas,

disse que contrataria ainda mais hospitais privados nos próximos dias e acusou os anestesistas de não atender a população oriunda do Sistema Único de Saúde (SUS). Em entrevista exclusiva ao JH PRIMEIRA EDIÇÃO, Antunes afirmou que em "alguns serviços contratados em hospitais privados, os cirurgiões, ortopedistas e outros membros da equipe comparecem, mas os anestesistas estão sendo orientados para não aparecerem e está faltando justamente os anestesistas".

O secretário revelou que não se "incomodava" com as críticas que lhe estavam sendo endereçadas pela classe médica, mas que ficava insatisfeito, sim, "pe-lo que estão fazendo para evitar que o trabalho seja feito em benefício da saúde". A Sesap atendeu uma recomendação do Ministério Público, que considera ilegal a contratação de cooperativas pelo setor público. A partir disso, o secretário optou por fechar contrato com hospitais privados, mesmo diante do estado



Estiveram com Iberê Secretários de Saúde, Segurança, Administração e representantes da PGE

iminente de calamidade, o que lhe permitiria fechar os acordos com os cooperativizados.

Ainda conforme Antunes, os pagamentos por plantão feitos aos médicos das cooperativas é, atualmente, o dobro do valor pago aos concursados. Ao ser questionado se existia um complô das cooperativas contra o serviço público, o secretário afirmou que os médicos que defendem essa situação são a minoria. "A maior parte quer o melhor da população, a maioria tem conduta exemplar e está trabalhando levando em conta a saúde da população", finalizou.

A expectativa é que neste final de semana o Ministério Público seja informado dos acontecimentos para que uma ação seja produzida contra os médicos. Segundo apurou a reportagem deste matutino, oito procedimentos deixaram de ser realizados ontem nas duas unidades privadas (Natal Hospital Center e Hospital do Coração) contratadas pelo Estado, por falta de anestesistas.

## "O secretário não tem peito para enfrentar o MP"

A posição dos representantes que fazem as cooperativas médicas, fica bem clara nas palavras do presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Norte, Geraldo Ferreira. "O secretário não tem peito para enfrentar o Ministério Público, quem administra a Sesap é o MP. O MP quer manipular a

Secretaria em defesa do que pensa ser seu dever. O Judiciário está ocupando o espaço do Executivo. Não é a função deles (MP), eles conhecem de leis, mas a administração é do executivo, que foi eleito para isso", desabafa Geraldo.

Geraldo Ferreira afirmou que o movimento médico não

vai ceder contra o que considera uma tentativa de furar a categoria, no que se refere aos contratos com hospitais privados. Além disso, denuncia que a Sesap está pagando valores até cinco vezes maiores aos hospitais do que os que são destinados a custear as cooperativas.

**Prejuízo ao município**

Geraldo Ferreira também abordou os prejuízos que estão sendo sentidos pela Prefeitura de Natal, diante da não contratação das cooperativas. Segundo o sindicalista, a falta de anestesistas, que possuem contratos apenas com o Estado e estariam se recusando a traba-

lhar, estaria afetando até os doentes enviados pelo município, que está em dia com seus contratos. "O estado deveria defender a vida, mas a coloca em risco", completou.

Ainda conforme Geraldo, o caso poderia implicar numa interferência política do Estado, na tentativa de prejudicar o ini-

cio da administração da prefeita Mícarla de Sousa (PV). A prefeita, inclusive, não descartou a hipótese de decretar estado de calamidade pública na saúde, como propôs as entidades médicas, mas afirmou, através de sua Secretaria de Comunicação, que não tomará qualquer decisão até a próxima semana.

Pertencer aos quadros do PV e possuir habilidade política credenciam ex-líder para assumir...

# Conselhos de Saúde também são contrários às cooperativas

SINDICATO DOS MÉDICOS DO RN FOI INTIMADO NO FINAL DESTA MANHÃ, MAS AVISA QUE VAI RECORRER DA DECISÃO JUDICIAL, QUE EXIGE A INTERRUÇÃO DA GREVE EM VIRTUDE DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA

TACIANA CRIBIETTI  
REPORTER

Os Conselhos Nacional e Estadual de Saúde, assim como o Ministério Público Estadual (MPE) e Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap), também são contrários à renovação dos contratos de prestação de serviços com as cooperativas médicas. Em reunião, hoje pela manhã, no auditório da Sesap, os presidentes das entidades declararam apoio às ações do MPE e da secretaria e defendem que os documentos são irregulares. "Nossa grande preocupação é com os usuários, porque defendemos a Saúde Pública e o Sistema Único de Saúde (SUS). É importante que o secretário corrobore com isso e ele tem sido firme em não assinar os contratos", afirma o presidente do Conselho Estadual de Saúde, Francisco Canindé dos Santos. Ele enfatiza ainda que o estado de calamidade pública, instituído pelo governador em exercício, Ibert Ferreira de Souza, no último dia 30 de dezembro, não pode ser por tempo indeterminado. "É preciso que apareçam soluções definitivas", frisa.

A opinião "anti-cooperativas" é

compartilhada pelo presidente do Conselho Nacional de Saúde, Francisco Júnior, que também considera ilegal a prestação de serviço ao Estado, sugerindo que as entidades estaduais fiscalizem o andamento na rede, e pela promotora de defesa da Saúde do MPE, Iara Pinheiro. Ela declarou hoje que vai cobrar encaminhamentos definitivos para minimizar e resolver a crise da Saúde pública.

O representante da Cooperativa dos Anestesiologistas (Coopanest), Madison Vidal, que reúne 120 profissionais, nega que a especialidade esteja "boicotando" a Sesap, recusando-se a atender pacientes do SUS nas unidades da rede privada contratadas pelo Estado e nas quais prestam serviço. "Nós cobrimos por 12 anos o Estado sem deixar de fazer nenhum procedimento. Não há boicote. A vida continua para a gente e estamos trabalhando em outros hospitais", diz. O Diário Oficial do Estado publicou no último sábado, dia 3, a lista de 31 anestesiologistas aprovados no concurso público para apresentação e contratação imediata. Além dos anestesiologistas, o gover-

no nomeou também e dará posse, em caráter emergencial, aos aprovados no concurso público, de acordo com o quadro de vagas, para os seguintes cargos: 17 de cirurgia geral, 16 de ortopedia e seis de pediatria.

A Sesap continua com as ações do plano de contingência, convocando com mais celeridade os concursados, remanejando profissionais nas unidades hospitalares e contratando os serviços da rede privada. Outra medida que está sendo tomada é cobrar resposta da rede básica municipal para que não haja superlotação na rede estadual por causa de casos ambulatoriais - ou seja, que não sejam de urgência e emergência. "Vamos conversar ainda hoje com o secretário municipal, Levi Jales, e com a prefeita porque a estrutura tem que funcionar", afirma o titular da Sesap, George Antunes.

## GREVE DOS SERVIDORES

Com relação à greve dos médicos servidores estaduais, que já durava 72 dias e que foi interrompida judicialmente no último sábado, pela juíza-substituta da 9ª Vara Criminal, Daniela do Nascimento



Membros dos conselhos nacional e estadual de saúde se posicionaram sobre os contratos com as cooperativas hoje

Cosmo, por meio de uma medida cautelar pedida pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), o presidente do Sindicato dos Médicos do RN (Sinmed-RN), Geraldo Ferreira, afirma que vai recorrer da decisão. Ele foi intimado pela Justiça no final da manhã de hoje. "Vamos obedecer ao que foi determinado, mas pretendemos recorrer porque

não se trata apenas de uma questão financeira e sim da cobrança de uma solução para o caos na Saúde", informa. O secretário George Antunes anuncia que também acionará novamente a justiça se os médicos não retornarem ao trabalho.

No Hospital Giselda Trigueiro, de acordo com a diretora Milena Martins, mesmo com a paralisação,

os atendimentos não estavam prejudicados e a expectativa, com o fim da greve, é de normalização total. "Foi necessário interromper a greve, porque o momento é de calamidade pública", opina Milena. A demanda na unidade, nesta segunda-feira, estava intensa por causa do final de semana e do feriado da semana passada.

[ SAÚDE ] O hospital Walfredo Gurgel está lotado de pacientes precisando fazer cirurgias, mas não pode encaminhá-los para as unidades privadas porque os anestesistas se recusam a atender

## Anestesistas se negam a atender

Hospitais privados conveniados ao SUS (Itom, Memorial e Médico Cirúrgico) e recém contratados pelo Governo do Estado, depois do fim do contrato com as cooperativas médicas (Hospital do Coração e Natal Center), não estão recebendo os pacientes encaminhados pelas unidades públicas porque os anestesistas se negam a trabalhar nessas cirurgias, desde a tarde de sexta-feira. Com isso, o Walfredo Gurgel vem concentrando toda demanda por procedimentos cirúrgicos do Estado, os "menos graves" estão sendo adiados e os mais complicados se acumulam. O risco de mortes é iminente.

A cooperativa da categoria (Coopanest) e o Sindicato dos Médicos (Sinmed) negam que haja uma recomendação geral para que os profissionais não atendam. Porém o coordenador de Planejamento e Serviços da Secretaria de Saúde (Sesap), Carlos Eduardo de Albuquerque, critica o "boicote geral dos anestesistas". Segundo ele, na manhã de ontem a situação era "muito complicada", pois tanto os hospitais conveniados quanto os contratados informaram não poder receber os pacientes, devido à recusa desses profissionais.

"Os demais integrantes das equipes estão a postos, mas sem os anestesistas não há como fazer as operações", lamenta. Carlos Eduardo revelou que a Procuradoria Geral do Estado ingressou na Justiça, neste sábado, tentando encontrar uma maneira de acabar com o boicote. Além disso, anestesistas das Forças Armadas irão atender parte da demanda no Hospital do Coração. Ontem e



Diretor José Renato confirma a gravidade da situação no hospital

hoje um profissional do Exército participaria de cirurgias na unidade e amanhã dois da Marinha devem realizar o mesmo trabalho.

Ao mesmo tempo, a secretaria divulgou no Diário Oficial de sábado a convocação dos 31 anestesistas aprovados no concurso público (inicialmente seriam chamados apenas 10) e valagilzaras contratações. A partir de quarta-feira, também terá início os atendimentos no Hospital Antônio Prudente, contratado pelo Estado. "Hoje (sábado), ele e o Natal Center estão recebendo pacientes do SUS para a UTI, mas as cirurgias só no

Hospital do Coração, com anestesistas do Exército", explicou, Carlos Eduardo lembrou que equipes já foram deslocadas do Deoclécio Marques (Pamamirim) e do Giselda Trigueiro para reforçar o atendimento no Walfredo Gurgel. Porém a secretaria ainda aguarda uma posição do Município de Natal, que poderia se somar ao Estado na solução do problema.

Diretor geral do Walfredo, José Renato Brito confirmou a gravidade da situação. Apesar de a unidade contar com três anestesistas de plantão na manhã de ontem, o número era insuficiente para a deman-



Pacientes continuam chegando ao WG e as cirurgias são adiadas

da, que vem dos vários hospitais públicos e não pode ser repassada aos privados, devido ao boicote. "Estamos tentando dar conta. Os casos de menor gravidade, que mesmo assim são graves, estão esperando", explicou. Mortes, afirmou o diretor, não aconteceram "ainda".

Os representantes dos médicos ressaltaram que a decisão pelo atendimento nos hospitais privados cabe a cada profissional, que estariam impedidos de participar das cirurgias por dois motivos. De acordo com o presidente do sindicato, Geraldo Ferreira, porque o Conselho Federal de Medicina os

proibe de receber honorários através dos hospitais, já segundo Madson Vidal, da Coopaneest, muitos são funcionários do Estado e não querem se arriscar a atender pela unidade privada.

Isso porque a alegação da Sesap para não renovar os contratos das cooperativas foi exatamente o de que nessas entidades havia funcionários do Estado cooperados e o Ministério Público não admitia a "duplicidade". Madson Vidal negou, porém, que a cooperativa tenha pedido reajuste de 50% e disse que as negociações estão paradas.

### [ PLANO VERÃO ]

## Poupador ganha tempo para entrar na Justiça

Brasília (ABr) - Por conta do recesso de fim de ano, período em que a Justiça não funcionou, o prazo para que os poupadores que se sentiram lesados possam receber as perdas causadas pelo Plano Verão foi estendido até amanhã.

Para dar início ao processo, o poupador precisa ter em mãos os extratos da caderneta de poupança dos meses de janeiro e fevereiro de 1989 - a correção é de 10,36% sobre o saldo mantido na época. É necessário apresentar ainda cópias da carteira de identidade e do CPF, além de comprovantes de residência.

Se o poupador não tiver os extratos, a orientação é ir a qualquer agência do banco onde mantinha a conta e fazer o pedido do documento. Para os que possuíam conta na Caixa Econômica Federal (CEF), a ação deverá ser apresentada na Justiça Federal ou no Juizado Especial Federal, caso o valor a ser ressarcido seja menor que 60 salários mínimos. No caso de contas mantidas em outros bancos, a ação deverá ser ajuizada na Justiça Comum. Se o valor a ser recebido for menor que 20 salários mínimos, o interessado pode procurar ainda o Juizado de Pequenas Causas.

O Plano Verão foi instituído em janeiro de 1989 e determinou que os saldos das cadernetas de poupança fossem atualizados com base no rendimento acumulado das Letras Financeiras do Tesouro (LFT) e não mais pelo Índice de Preço ao Consumidor (IPC).



**TEMPO HOJE**

Parcialmente nublado a claro  
Max: 31°C - Min: 25°C



**TÁBUA DE MARÉS**

Preamar: 07h15 - 2.0 - 19h24 - 2.1  
Baixa-mar: 00h51 - 0.5 - 13h00 - 0.6



**FEIRAS-LIVRES**

Panorama: hoje  
332 bancas/196 feirantes  
Planalto  
186 bancas/97 feirantes



**BALNEABILIDADE**  
Impróprias  
Mãe Lúzia  
Redinha



**FASES DA LUA**

Lua Nova: hoje  
Q. Crescente: 04/01  
Nascer do sol: 5h10  
Pôr-do-sol: 17h37

Editora Interina: Luciana Campos  
e-mail: lucianacampos@tribunadonorte.com.br

**NATAL - RIO GRANDE DO NORTE**  
Quinta-feira - 01 de janeiro de 2009

**PREVISÕES**

Oráculos tentam prever como será o ano de 2009 em diversas áreas

PÁGINA 11



[SAÚDE] A Secretaria Estadual de Saúde firmou um convênio com o Hospital do Coração, Antônio Prudente e Natal Hospital Center a fim de garantir o atendimento a pacientes do SUS, caso as unidades públicas não possam prestá-lo por falta de pessoal

## Governo garante atendimento

O secretário Estadual de Saúde, George Antunes, anunciou ontem a solução encontrada para evitar a paralisação parcial do atendimento em seis hospitais públicos e 12 particulares, ligados ao SUS, em decorrência do fim do contrato com três cooperativas médicas. O governo assinou um acordo com três hospitais privados que irão receber, a partir de hoje, as demandas que a rede pública não puder atender, devido à falta de pessoal. A renovação com as cooperativas médicas foi descartada depois que os representantes dos cooperados decidiram pedir reajuste de 50%.

George Antunes alertou, porém, que apesar do contrato com essas unidades (Hospital do Coração, Antônio Prudente e Natal Hospital Center), o encaminhamento será feito sempre diretamente pelos hospitais públicos. "O cidadão deve procurar normalmente o hospital público e, se lá não tiver condições de solucionar o caso, é que será encaminhado para esses hospitais", explicou. Apesar de considerar que os três são capazes de suprir a necessidade inicial, George Antunes deixou claro que irá negociar com outros hospitais e planos de saúde.



MARCELO BARROSO

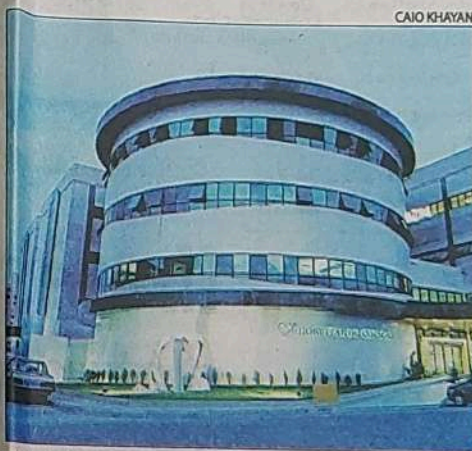
George Antunes afirma que o governo está se esforçando

O foco inicial da Sesap, após a publicação ontem da decretação de calamidade pública estadual na área da saúde, era manter os contratos com as cooperativas. Porém, o secretário impôs uma exigência, que vinha sendo recomendada pelo Ministério Público.

"Eles (os promotores de Justiça) até cederam que renovássemos com as cooperativas, mas desde que não incluisse os médicos coo-

perados que também são funcionários do Estado, senão seria eu que ia ter de responder na Justiça. Porém as cooperativas não aceitaram essa proposta e decidiram pedir o reajuste (inicialmente de 50%)."

O secretário considerou inviável renovar os contratos com esse valor (que elevaria um plantão dos atuais R\$ 850 para mais de R\$ 1.200) e partiu para as conversações diretamente com os



CAIO KHAYAN

O Hospital do Coração é um dos que receberá pacientes

hospitais. As unidades particulares deverão ser pagas por procedimento e o valor total a ser gasto ainda não é possível se calcular, uma vez que novos contratos devem ser firmados. George Antunes prevê que o montante final acabará sendo um pouco maior do que o dos últimos contratos com as cooperativas (cerca de R\$ 1 milhão mensais), porém ainda assim não alcançará os

50% a mais pretendidos inicialmente pelos cooperados.

De acordo com o secretário, o governo não irá medir esforços para chegar a uma solução definitiva para o problema. Ele prevê, inclusive, que dentro de dois ou três meses possa pôr fim aos contratos emergenciais que estão sendo assinados agora.

[CONTINUA NA PÁGINA 10]

“O cidadão que precisar de atendimento deve procurar o hospital público e se o problema não puder ser solucionado será encaminhado para a rede privada”

**GEORGE ANTUNES**  
Secretário de Saúde

“Não vamos medir esforços para chegarmos a uma solução definitiva. Nossa expectativa é de que dentro de dois ou três meses possamos por um fim a esse tipo de contrato”

**GEORGE ANTUNES**  
Secretário de Saúde

# Iberê promete uma solução definitiva para o impasse

O governador em exercício, Iberê Ferreira de Souza, assegurou que o Estado já conta com uma solução definitiva para o problema da falta de médicos, porém preferiu não adiantar se trata-se de um novo concurso, ou de alguma outra alternativa. Ele lembrou que a governadora Wilma de Faria irá retornar de viagem na próxima semana e considerou que seria "desselegante" adiantar a medida elaborada pelo governo. Essa resposta é fundamental, uma vez que o decreto de calamidade pública na saúde não tem prazo de vigência.

"Ele vai até quando persistir esse problema", lembrou Iberê Ferreira. A dificuldade maior, porém, é que o Ministério Público já enviou recomendação ao Governo do Estado para que os contratos com as cooperativas não sejam renovados e, por outro lado, o concurso público não foi suficiente para a aprovação do número necessário de médicos, que ocupariam o espaço hoje preenchido pelos cooperados e também os profissionais de contratos temporários.

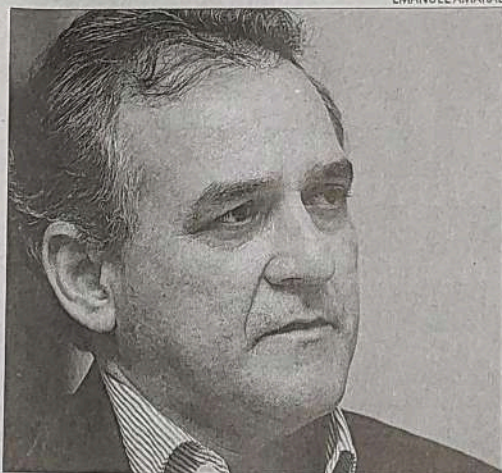
O governador em exercício ressaltou que ao governo não cabe lutar contra nenhum dos lados nesse impasse. "Vamos enfrentar o problema, não as cooperativas", deixou claro. No entanto, Iberê destacou que o governo também não vai admitir pressão, seja de quem for. Ele ainda demonstrou estar cansado da repetição, todo final de ano, dessa polêmica a respeito das renovações, o que ocorre praticamente há 12 anos, quando os contratos com as cooperativas começaram a ser assinados.

A respeito do decreto, publicado no Diário Oficial do Estado de ontem, declarando estado de perigo iminente e de calamidade pública no setor hospitalar público do Rio Grande do Norte, ele lembrou que a decisão foi a última alternativa diante da falta de



ADRIANO ABREU

Iberê Ferreira garante que governo já sabe como resolver a crise



EMANUEL AMARAL

Para Geraldo Ferreira os hospitais acabarão sendo prejudicados

outras opções e de um consenso a respeito das renovações. O governador em exercício destacou que a medida não necessita de aprovação do Governo Federal e se limita à área da saúde. Os recursos para as contratações emergenciais estão garantidos e são do próprio tesouro estadual.

"A partir de amanhã (hoje), não sei se nos hospitais públicos, ou privados, se com cooperativas ou não, mas vamos ter profissionais em todas as áreas para atender a população", assegurou durante a entrevista coletiva, antes mesmo de saber a solução encontrada pelo secretário de saúde.

## Sinmed duvida da eficácia da medida

O presidente do Sindicato dos Médicos (Sinmed), Geraldo Ferreira, afirmou que "os hospitais não sabem o barco em que estão entrando" ao assinar os contratos emergenciais com a Sesap. Segundo ele, as unidades têm "prometido o que podem não cumprir", uma vez que não contam com corpo clínico próprio e a maioria dos médicos que trabalham nesses hospitais são autônomos. Ele lembrou que não há como obrigar que os profissionais atendam nessas unidades, nem que aumentem suas cargas horárias.

"Acho que está havendo é um jogo de cena. As direções dos hospitais vão acabar assumindo o ônus do Estado, já que serão responsáveis se algum paciente morrer sem atendimento", lembrou. Ao mesmo tempo, ele rebateu a informação inicialmente repassada pela Assessoria de Imprensa do sindicato, de que as cooperativas pleitearão reajuste de 50% para renovar os contratos. "Se a negociação endureceu de lá (Sesap), acaba endurecendo de cá também e é natural que o nível de exigência seja outro, mas não deve chegar a isso (os 50%). É a reposição de três anos e como a inflação ficou em torno dos 5% por ano, deve dar algo entre 13% e 15%", prevê.

A decisão de pedir um valor maior foi tomada em uma reunião entre representantes do Sindicato, da Associação Médica e das cooperativas, realizada na manhã de ontem, quando já tinham conhecimento das conversas do secretário com os hospitais. As entidades ressaltaram, em "release" enviado à imprensa, que uma tentativa de contratação dos hospitais já havia sido tentada pela secretaria há três anos, porém resultou em uma greve de 67 dias, que terminou com a contratação das cooperativas médicas.

Os médicos não vêem problema em um servidor do Estado atender também pelas cooperativas, uma vez que esse atendimento é feito no tempo livre, não ocupando a carga horária normal. Ao todo, as três cooperativas (Coopnest, Coopmed e Cipem) reúnem mais de 500 profissionais, que realizam cerca de 3.500 procedimentos por mês, principalmente de alta complexidade, em 18 hospitais ligados ao Sistema Único de Saúde, incluindo cinco estaduais, um federal e doze particulares. Os contratos vigentes terminaram ontem e a Procuradoria Geral do Estado não encontrou brecha legal para a renovação.

## Vicente do Rêgo Neto

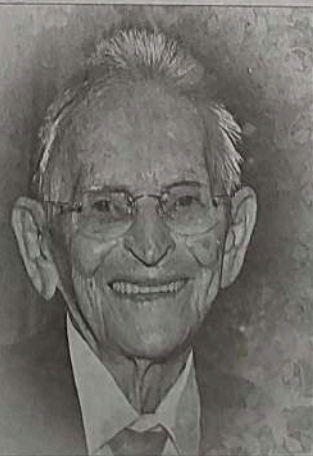
★ 17.10.1908 † 28.12.2008

~ MISSA DE 7º DIA ~

Lilia Rêgo, (esposa - in memoriam); os filhos Francisco (in memoriam), Damião, Vicente, Elpidio, Pedro, Raimundo (in memoriam), Assis, Paulo, Graça, Joana, Tereza, Sônia, Rita (in memoriam) e Mocinha (in memoriam); noras, genros, netos, netas e demais familiares convidam parentes e amigos para participarem da missa de 7º dia do falecimento do inesquecível Vicente do Rêgo Neto, que será celebrada neste sábado, dia 03/01/2009, às 9h, na Igreja São Judas Tadeu, Av. Rodrigues Alves, esquina com Olívio Lameira, Tirol. Antecipadamente, agradecemos a todos que compareceram a esse ato de fé cristã.

"Sirvamos a Deus, humildemente, com reverência e piedade."

Paulo (11/09/08, 12:29)



SAÚDE MINISTÉRIO PÚBLICO RECOMENDA À SESAP A NÃO RENOVAÇÃO COM AS COOPERATIVAS MÉDICAS

# Estado deve decidir hoje sobre contratos

RENATO LISBOA  
DA EQUIPE DO DIÁRIO DE NATAL

**M**ais uma vez a população vai ficar no meio de um fogo cruzado envolvendo cooperativas médicas, o Ministério Público e a Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap). Termina 31 de dezembro o contrato firmado entre as cooperativas e a Sesap para a prestação de serviços nos hospitais da rede pública. O Ministério Público recomendou à Sesap a não renovação dos contratos. O presidente do Sindicato dos Médicos (Sinmed), Geraldo Ferreira Filho, confirmou que, sem a renovação, várias especialidades não vão trabalhar no primeiro dia de 2009.

Embora vá detalhar hoje em entrevista coletiva os hospitais que recebem os serviços das cooperativas, Ferreira adiantou ontem ao Diário

de Natal que todo o setor de anestesia e ortopedia do Hospital Deoclécio Marques, em Parnamirim, vai ficar parado em caso de não renovação do contrato. Assim como a totalidade da cirurgia pediátrica no Hospital Infantil Maria Alice Fernandes. Além de metade do setor de cirurgia geral do Hospital Walfredo Gurgel.

"Não vamos ficar com a faca nas costas. Vamos esclarecer a sociedade os motivos da nossa paralisação. O Ministério Público já entrou com processos contra as cooperativas e perdeu em todas as instâncias. Agora está tentando pressionar diretamente o Estado para evitar o pagamento merecido da classe médica", falou Geraldo Ferreira por telefone.

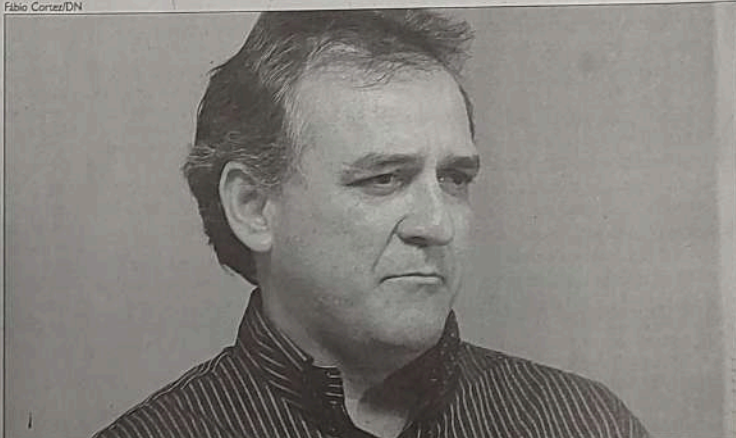
O presidente do sindicato disse ainda que a recomendação do MP ao Estado são de uma "fragilidade jurídica total". "Todos os nossos con-

tratos são regulares, previstos em lei, e a população não pode ficar sem os serviços médicos. Quero saber se, por acaso, um paciente morrer, o MP vai assumir".

O Diário de Natal entrou em contato com a assessoria de imprensa da Sesap e foi informado que o secretário de Saúde, George Antunes, ficou "o dia inteiro" reunido com o procurador-geral do Estado, Francisco de Sales para encontrar uma resolução para o imbróglio. A assessoria não falou nada sobre o teor da reunião e disse que a solução deveria sair "ainda hoje".

As principais cooperativas médicas envolvidas são a Coopanest (anestesiistas), Coopmed (várias especialidades), Cipep (cirurgia pediátrica). A Sesap informou que os contratos com a Clineuro (neurocirurgiões) está "totalmente regularizada".

Fábio Cortez/DN



Geraldo Ferreira, presidente do Sindicato dos Médicos: "não vamos ficar com as facas nas costas. Vamos esclarecer"



Editor Assistente  
Wagner Guerra - Interino

Repórteres

Danilo Sá Isaac Lira  
Roberta Trindade Sara Vasconcelos



**SANTA CRUZ** Na barragem de Santa Cruz, no município de Apodi, cerca de trinta famílias que fazem parte de um organizado grupo de piscicultores se uniram e estão criando peixes do tipo tilápia e tucunaré. **Página 7**

**INSPEÇÃO** Na semana passada um comitiva de médicos visitou os postos de saúde da capital e constataram as péssimas condições

# Médicos entregam hoje à Micarla documento pedindo decretação de calamidade na saúde

A situação de caos em que se encontra a saúde de Natal está diagnosticada num relatório que será entregue hoje por comissão de médicos a prefeita Micarla de Souza. O documento, que pede a decretação de estado de calamidade pública na rede de saúde do município, é fruto de uma série de visitas às unidades de assistência básica, realizadas no início do mês pelo Sinmed. O relatório visa identificar as principais demandas, definir prioridades e permitir uma visão geral sobre a destinação de recursos durante a nova gestão.

Segundo o presidente Geraldo Ferreira, com a chegada do verão e o iminente risco de uma nova epidemia de dengue no Estado, a decretação de estado de ca-

lamidade servirá como instrumento para contratação de recursos humanos e compra de equipamentos e medicamentos necessários ao bom funcionamento da rede. "O estado de calamidade requer providências e liberação de recursos em caráter emergencial, que é o que a nossa saúde precisa: pressa nas soluções", afirma Ferreira.

De acordo com ele, a comissão de médicos visitou os três setores primordiais de atendimento de base: as maternidades, pronto-atendimentos e Programa de Saúde da Família (PSF) e verificou graves falhas e omissões. A Maternidade das Quintas continua a funcionar sem o centro clínico, necessário para realização de procedimentos de média com-

plexidade, como cesarianas e curetagem. Em alguns dias, conforme relatado no documento, o plantão médico foi interrompido a partir das 22 horas, por falta de materiais elementares como gases e medicamentos. "Não são oferecidas as mínimas condições, sem contar que o funcionamento como simples Casa de Parto empurra a demanda para rede estadual, causando problema de superlotação", avalia o médico.

Segundo ele, a Maternidade da Zona Norte inaugurada há pouco mais de uma semana, foi terminada no "improviso", a escala de médicos, principalmente em neonatologia e anestesia está defasada. "Para se ter idéia até os leitos das enfermarias foram rema-

nejados (da Maternidade) das Quintas para compor o cenário no dia da inauguração, passando a impressão de que tudo estava terminado e apto a começar operar", denuncia.

A falta de médicos também compromete o atendimento nos principais pronto-atendimentos da cidade, desencadeando um jogo de empurra-empurra de pacientes, que não conseguem encontrar a assistência no primeiro local de atendimento. Mesmo sem equipe de ortopedia, O Hospital do Pescador, nas Rocas, recebe a demanda encaminhada do Cidade da Esperança e Felipe camarão, que sofre do mesmo problema e terminam por serem avaliadas por clínico geral e referencia-

da as unidades privadas.

Com a interdição ética do Hospital Sandra Celeste, os casos em pediatria foram transferidos para a Cidade da Esperança, no entanto, exames simples como o de raio-X são reencaminhados ao local para serem realizados, visto que falta equipamentos. Das 107 equipes de PSF, 27 estão desfalcadas de médicos. "Estes problemas são reflexo dos baixos salários e mais visíveis em áreas de difícil acesso. Acredito que a prefeita terá dificuldades em atrair profissionais para estes pontos", avalia Ferreira.

## MÉDICOS CONTINUAM EM GREVE

Na rede estadual a situação é ainda mais grave. Os médicos, em greve desde o último 24 de outu-

bro, deverão entrar o novo ano na mesma situação. Apesar da sanção da lei, na última quarta-feira (24), que determina a criação da Gratificação de Estímulo à Produtividade para os servidores da saúde, a categoria reclama que não há avanços na negociação para incorporação das gratificações dos médicos. "É uma situação de total desmanche na saúde do Estado. O diálogo está cada vez mais complicado e aguardamos uma solução", afirma o presidente do Sinmed. Segundo Geraldo Ferreira, com o término dos contratos terceirizados previsto para o primeiro bimestre do ano, a situação deve se agravar. "É lamentável, mas a tendência é de uma paralisação ainda maior", prevê Ferreira.

# Correio Natal

Editora Lúcia de Souza - luisa@correioatard.com.br

**Economia**  
Índice de reajuste de preço tem maior alta desde 2004 em relação a aluguéis e energia.  
Pág. 15

## ► Saúde

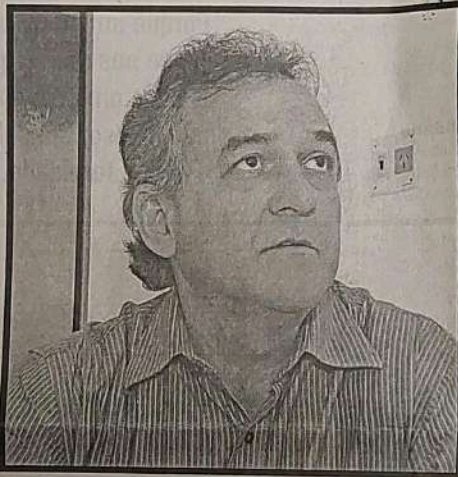
Comitiva médica entrega documento à prefeita e sugere declamação de estado de calamidade na rede de Natal

# Sinmed envia relatório do caos para Micarla de Sousa

**SALVINA MIRANDA**  
Do Correio da Tarde

O estado de calamidade pública da rede municipal de saúde vista e apresentada pelo CORREIO DA TARDE foi constatada, também, pelo Sindicato dos Médicos (Sinmed) durante o mês de dezembro. Na manhã de hoje, uma notificação foi encaminhada para a futura prefeita de Natal, Micarla de Sousa, onde o Sinmed solicitou que fosse decretado estado de calamidade pública na saúde municipal. O motivo para tanto são as aberrações vistas durante as visitas feitas pelo Sindicato em todas as unidades médicas da capital.

De acordo com o presidente do Sinmed, Geraldo Ferreira, o caos da saúde exige, sim, a declamação de estado de calamidade. "Essa é apenas uma sugestão. Embora, a situação da saúde seja mesmo de calamidade. Por isso, Micarla poderá sentir muita dificuldade no começo de sua gestão" relata. Geraldo também acredita que a rede de saúde municipal precisa ser alvo, "rapidamente", de medidas emergên-



Alberto Leandro

Geraldo Ferreira diz que a rede de saúde municipal precisa ser salva rapidamente

cias, o que para ele pode ser solucionado ao se declarar estado de calamidade.

Superlotação, falta de equipamentos e escala de médicos defasada nas unidades de saúde são os principais pontos colocados na documentação do Sindicato, que

também apresentou a deficiência causada pela interdição de vários pontos de atendimentos na cidade, entre eles o do pronto-socorro das unidades de Mãe Luiza e dos Guarapes.

Além disso, a interdição ética da pediatria do Hospital Sandra

Selesté está prejudicando o atendimento em outras unidades das redondezas, como é o caso do Hospital da Cidade da Esperança. O setor de maternidades também foi avaliado pelo Sindicato, no qual foi constatado que a Maternidade das Quintas continua

a funcionar sem o centro clínico, espaço fundamental para realização de procedimentos de média e alta complexidade.

Outro ponto apresentado na documentação é a superlotação do Hospital dos Pescadores, que após receber várias notificações

da Promotoria da Saúde fechou definitivamente o serviço ortopedia. Com isso, moradores não só das Rocas, mais também de bairros vizinhos, que procuram a unidade de saúde deverão ser encaminhados para O Centro Clínico da Ribeira.

## Sindicato aponta dificuldade para futura gestão municipal

De acordo com Geraldo Ferreira, Micarla de Sousa terá bastantes dificuldades administrativas, em termos de saúde, no começo de sua gestão. Ele fala que o Governo está realizando "desmanches" em hospital da rede estadual de saúde. O que poderá comprometer a demanda administrativa de Micarla de Sousa a partir de janeiro. "O estado está fechando serviços para jogar a culpa na futura prefeita e acusá-la de não saber gerenciar a saúde do município", denuncia.

Geraldo diz que o governo está se aproveitando da situação. "Micarla apontou como um dos pontos fundamentais de sua gestão a saúde, e por isso o Estado está se aproveitando para fechar unidades de saúde e dificultar o acesso da população nos hospitais do estado", aponta.

O presidente do Sinmed mostra como exemplo de um dos desmanches do governo a nova adequação feita no Hospital Giselda Trigueiro, que nos próximos dias deverá funcionar igualmente ao Hospital

Walfredo Gurgel, ou seja, com um sistema de triagens pré-atendimento.

"A diretora do Giselda Trigueiro deu uma entrevista confirmando a implantação do sistema de triagem. Se isso fosse feito para o bem da população, tudo bem, mas esse sistema só visa prejudicar algum lado", finaliza Geraldo intensificando que o sistema de triagem em hospitais de grande porte como o Walfredo e o Giselda são prejudiciais para a população, que acaba sendo jogado de uma unidade para outra.

## Religião